



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL

IRACEMA LIMA DOS SANTOS

TERRITÓRIO DE SABERES:
UMA LEITURA DO PROJETO APPJ-EFA-CONVIVER

Salvador
2011

IRACEMA LIMA DOS SANTOS

**TERRITÓRIO DE SABERES:
UMA LEITURA DO PROJETO APPJ-EFA-CONVIVER**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador
2011

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Iracema Lima dos
Território de saberes : uma leitura do Projeto APPJ-EFA-
Conviver / Iracema Lima dos Santos. – 2011.
128 f. : il.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Franco Ribeiro.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da
Bahia, Escola de Administração, 2011.

1. Educação cooperativa - Quixabeira (BA). 2. Educação
rural. 3. Trabalhadores - Educação. 4. Sociologia do
conhecimento. I. Universidade Federal da
Bahia. Escola de Administração. II. Ribeiro, Maria Teresa Franco.
III. Título.

CDD 371.227

IRACEMA LIMA DOS SANTOS

TERRITÓRIO DE SABERES: UMA LEITURA DO PROJETO APPJ-EFA-CONVIVER

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

José Albertino Carvalho Lordêlo _____

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia

UFBA, Brasil.

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Maria Elisabete Pereira dos Santos _____

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP, Brasil.

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Maria Teresa Franco Ribeiro – Orientadora _____

Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRJ, Brasil.

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Sônia Maria de Melo Queiroz _____

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

PUC-SP, Brasil.

Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

A todos os agricultores que, na simplicidade da vida do campo encontram as mais ricas fontes de saber, em especial aos meus pais, Abel e Isabel, também pequenos agricultores, por proporcionarem meu primeiro elo com o mundo rural.

Agradecimentos

Ao Deus da Vida que me acompanha, sempre, concedendo-me, novas oportunidades de encontro, de partilha, de crescimento. Com Ele pude superar muitas barreiras e seguir em busca do meu lugar no mundo.

A minha filha Bartira, pela cumplicidade e incentivos constantes para que eu não desanimasse nas horas de dificuldades.

Aos meus irmãos: Ademilton pelo companheirismo nas viagens de seleção e Suzan pela presença.

A todo o corpo que compõe o Projeto APPJ-EFA-Conviver, (Famílias Agricultoras, Associação, Professores, Monitores, Alunos, colaboradores) pela oportunidade de diálogo, comunicação e acima de tudo, de retorno a minha identidade do campo.

A todos os sujeitos da pesquisa que de forma participativa se disponibilizaram a de forma alegre, ajudar-me na construção deste trabalho.

A Acássia, pela disponibilidade e contribuição no levantamento de dados.

Aos colegas do mestrado, em especial a Fabiane pelo acolhimento nos primeiros tempos de aula, a Carla, Emile, e Fábria por continuarmos nos escutando e servindo-nos, umas às outras, de incentivo nas horas de escrita.

A Gislene e Jânia, pelo companheirismo, compreensão e apoio permanentes, possibilitando-me conciliar o trabalho e o curso do Mestrado.

A amiga Maria Aparecida pela leitura cuidadosa do texto e pelas valiosas contribuições que me ajudaram a inserir detalhes importantes no trabalho.

Agradecimentos Especiais

A minha orientadora Maria Teresa Franco Ribeiro pela amizade, abertura e acolhimento as minhas idéias. Por acreditar sempre no outro e que transformar o mundo ainda é possível. Agradeço ainda por seu respeito ao meu tempo e por estabelecer comigo, na prática, uma relação dialógica.

Ao Padre Xavier Nichele s.j. pelo testemunho de amor e dedicação a Jesus Cristo, traduzidos no serviço ao homem do campo e aos menos favorecidos, e pelas reflexões unindo fé e vida que me ajudaram a crescer como ser humano e cristã.

A Batista, meu esposo, por ter comigo uma relação de amor, confiança e liberdade sem os quais não seria possível manter o equilíbrio familiar e avançar humana e profissionalmente.

A Ricardo, meu filho, que desde os doze anos me acompanha nos meus estudos seja lendo, digitando, ou corrigindo os textos juntamente comigo e, em especial no Mestrado, por me incentivar, e cobrar de mim disciplina nos tempos de estudo.

A minha amiga Maria Lygia, por sua postura ética e compromisso com a vida, Em sua companhia, reencontrei o amor pela educação do campo.

Aos membros da banca, o professor José Albertino e as professoras Bete Santos e Sônia Queiroz que, gentilmente aceitaram participar da avaliação deste trabalho.

A Casa Escola Agrícola Campo Verde – Portugal – na pessoa do Dr. Augusto, Manuela, Ana e Maria pelo acolhimento no período da Residência Social, oportunidade de mergulhar em outros contextos, outras realidades, confrontando-as com a minha própria realidade.

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno. Encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo.

Milton Santos, 2009.

SANTOS, Iracema Lima dos. **Território de Saberes**: uma leitura do Projeto APPJ-EFA-Conviver 126 f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Resumo

Este trabalho propõe analisar as relações socioeducativas e também de produção desenvolvidas pelo Projeto APPJ-EFA-Conviver e como a organização dos pequenos produtores, inseridos no território rural do Município de Quixabeira, região semiárida da Bahia, vem promovendo, por meio do diálogo dos saberes locais, emergências que modificam o lugar e a vida das pessoas. No campo teórico baseou-se nas reflexões em torno do conceito de território visto como espaço humano, espaço habitado e de complexidade e educação como prática da liberdade, condição para a emancipação social. Buscou-se também perceber como os sujeitos organizacionais/institucionais com os quais o Projeto interage e estabelece parcerias participam do processo de desenvolvimento local, e como, mediados pela Pedagogia da Alternância vão sendo estabelecidos os diálogos entre o saber popular e o técnico científico que constroem, reconstroem e articulam o território. Para compreender em que realmente consiste a realidade concreta que compõe o processo complexo e, multifacetado da configuração territorial, optou-se pela pesquisa participante como possibilidade de dar voz aos sujeitos da pesquisa, ajudá-los a se perceberem como sujeitos cognoscentes e compreenderem também sua relação com o mundo. Assim, utilizou-se a entrevista semi estruturada, a análise documental (estatutos, atas, relatórios, fotografias, boletins informativos) e a observação direta como instrumentos no levantamento dos dados. A análise revelou que apesar de haver na prática, ainda, muito que conquistar, há um movimento organizacional que potencializa e dinamiza a realidade local. É importante, no entanto, que a esfera pública atue no sentido de direcionar políticas públicas cada vez mais efetivas para o fortalecimento dos pequenos agricultores e do território.

Palavras-chave: Território, Pedagogia da Alternância, Semiárido.

SANTOS, Iracema Lima dos. **Place of Knowledges**: a reading of the Project APPJ-EFA-Conviver 126 f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Abstract

This study proposes an analysis of social-educational and production relationships developed by Project APPJ-EFA-Conviver and how the small producers organization, merged into rural territory of the Municipality of Quixabeira, semi-arid region of Bahia, has been promoting, with the dialogue of local knowledge, emergencies that change the place and people's lives. It was based on theoretical reflections on the concept of territory seen as a human space, living, complex space and education as practice of liberty, condition for social emancipation. We tried to realize how organizations and institutions, with which the Project interacts and establishes partnerships participate of the local development process, and how they established a link between popular and technical scientific knowledge mediated by the Alternation Pedagogy, building and articulating continuously the territory. In order to understand the reality that makes up the complex, multifaceted process of the territorial configuration, we opted for participatory research as a possibility of giving voice to research subjects, helping them to perceive themselves as knowing subjects and also understand their relationship with the world. Thus, we used a semi-structured interview, documentary analysis (statutes, minutes, reports, photographs, and newsletters) and direct observations as instruments in collecting data. The analysis revealed that there is much more to do, there is an organizational movement that promotes and highlights the local reality. It is important, however, that the public sphere acts in order to bring public policy more effective for the empowerment of small farmers and the territory.

Key words: Territory, Alternation Pedagogy, Brazilian Semiarid.

Lista de Ilustrações

Figura 1	Mapa do Território Bacia do Jacuípe.	28
Figura 2	III Festival do Licuri, em 11/04/2010.	29
Figura 3	Reunião entre as famílias fundadoras da APPJ.	33
Figura 4	Motor-bomba para irrigação da primeira roça.	35
Figura 5	Reunião da APPJ com Pe. Xavier Nichele s.j. para fundação da EFA Jaboticaba.	38
Figura 6	Produção de feno e silo por alunos na EFA.	47
Figura 7	Produção de feno e silo nas propriedades das famílias.	47
Figura 8	Bahia: Territórios de Identidade.	64
Figura 9	Grupo de mulheres em apresentação cultural no XIII Festival do Conviver, em 2009.	73
Figura 10	Grupo dos Agricultores em apresentação cultural no XIII Festival do Conviver, em 2009.	73
Figura 11	Projeto de Apicultura.....	104
Figura 12	Projeto de Caprinocultura.	104
Figura 13	Entrega do Lixo orgânico pela Prefeitura Municipal de Capim Grosso para produção de adubo.	105
Figura 14	Processo de compostagem orgânica.	105
Figura 15	Encontro de formação dos professores do campo.	108
Figura 16	Alunos da EFA explicando sobre o valor da moringa aos Professores da rede pública.	109
Figura 17	Apresentação cultural no XIV Festival do Conviver, ano 2010. ..	115
Figura 18	Celebração Eucarística no XIV Festival do Conviver, ano 2010.	115
Figura 19	Apresentação de samba de roda no XIV Festival do Conviver, ano 2010.	116
Figura 20	Horta em forma de mandala.	116

Lista de Tabelas

Tabela 1	Caracterização dos sujeitos entrevistados, segundo participação no Projeto APPJ-EFA-Conviver.	21
Tabela 2	Presença de Organizações Comunitárias.	29
Tabela 3	Culturas do município de Quixabeira.	30
Tabela 4	Indicadores Sociais do município de Quixabeira.	31
Tabela 5	Índices de desigualdade social em Quixabeira.	61

Lista de Quadros

Quadro 1	Territórios, Municípios e Comunidades com alunos da EFA Jaboticaba.	42
Quadro 2	Resultados alcançados desde 1997.	49
Quadro 3	Instrumentos Pedagógicos da PA.	71
Quadro 4	Relações Institucionais e Parcerias Técnicas Financeiras.	81
Quadro 5	O processo de alternâncias em três tempos.	97
Quadro 6	Temas Geradores desenvolvidos nos PE do ano 2010 na EFA de Jaboticaba – Ensino Fundamental.	97
Quadro 7	Temas Geradores desenvolvidos nos PE do ano 2010 na EFA de Jaboticaba – Ensino Médio.	98
Quadro 8	Dados do projeto de extensão PROCAMPO.	108

Lista de Anexos

Anexo A	Boletim Informativo do Conviver (frente). n.º 01. Quixabeira-BA, junho de 1998.	125
Anexo B	Boletim Informativo do Conviver (verso). n.º 01. Quixabeira-BA, junho de 1998.	126
Anexo C	Boletim Informativo do Conviver. n.º 02. Quixabeira-BA, agosto de 1998.	127
Anexo D	Boletim Informativo do Conviver. n.º 39. Quixabeira-BA, janeiro de 2003.	128

Lista de Abreviaturas e Siglas

AECOFABA - Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia.

APAEB - Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia.

APPJ - Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba.

ASA - Articulação do Semiárido.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNB - Banco do Nordeste do Brasil.

CAR - Companhia de Ação Regional.

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base.

CEI - Conferência Episcopal Italiana.

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços.

CODES - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento – Brasil.

CONVIVER - Projeto de Convivência com o Semiárido.

COOPES - Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina

COSA - Complexo Socioambiental.

CPF - Cadastro de Pessoa Física.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CRB - Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil

DAP - Declaração de Aptidão.

DENOCS - Departamento Nacional de Obras contra a Seca.

DISOP - Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social.

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário.

EFA - Escola Família Agrícola de Jaboticaba

EMATER - Empresa Assistência Técnica Extensão Rural Bahia.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FORMAPROCAMPO - Formação Continuada para Professores das Escolas do Campo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFMM - Instituto das Irmãs Franciscanas Marianas Missionárias - Salvador - Bahia.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IRPAA - Instituição Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Juazeiro.

ISC - Instituto das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – Suíça.

JESLEQ - Província dos Jesuítas do Leste Equatorial do Brasil.

MAGIS - Movimento e Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEC - Ministério da Educação.

MEPES - Movimento Promocional do Espírito Santo.

MIN - Ministério da Integração Nacional.

MMTQ - Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira.

MOC - Movimento de Ação Comunitária - Feira de Santana.

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.

MZF - Missionszentrale der Franziskaner Alemanha.

ONGs - Organizações não Governamentais.

P1MC - Programa um Milhão de Cisternas.

PA - Pedagogia da Alternância

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PE - Plano de Estudo.

PIB - Produto Interno Bruto.

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPA - Plano Plurianual.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

REPARTE - Rede Parceiros da Terra.

SDT - Secretaria do Desenvolvimento Territorial.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.

SEC - Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

SRH - Superintendência de Recurso Hídricos da Bahia.

SICOOB COOPERE - Cooperativa Valentense de Credito Rural - Quixabeira.

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira.

SUAF - Superintendência da Agricultura Familiar da Bahia.

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.

UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícola.

Sumário

Introdução	18
1 Compreendendo o processo de desenvolvimento do espaço a partir do diálogo entre diferentes escalas contextuacionais	24
1.1 Compreendendo os elos das diferentes escalas de interesses	24
1.2 O olhar socioespacial do município de Quixabeira	27
1.3 O desenho organizacional da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Jaboticaba – APPJ – nos processos socioculturais de Quixabeira ..	31
1.4 A EFA de Jaboticaba e os diálogos com as famílias agricultoras	36
1.5 O Projeto Conviver: tecendo e reproduzindo a rede de saberes	43
2 Caminhos conceituais e práticas	51
2.1 Compreendendo as escalas como lugares do a-contecer sociopolítico	51
2.2 O diálogo entre as escalas e a construção do território	53
2.3 Reflexões em torno do conceito de território como espaço da vida cotidiana	56
2.4 O papel do Estado na instituição da Política Territorial Rural de Identidade e Cidadania	62
2.5 A Pedagogia da Alternância adensando os sentidos territoriais	68
2.6 As práticas sociais revelam as ausências e as emergências	75
3 O desenho organizacional e institucional do Projeto APPJ-EFA-Conviver	79
3.1 Os laços organizacionais e institucionais do projeto dos pequenos produtores rurais de Jaboticaba	79
3.2 Compreendendo as relações que articulam os sujeitos do território	89
3.3 Diálogos entre saberes: traduzindo as emergências	94
3.4 Percebendo as transformações sociais e a inserção política dos agricultores nos espaços públicos e organizativos	99
4 Considerações : redesenhando o caminho	101

5 Referências Bibliográficas	117
6 Documentação Consultada	121
7 Entrevistas	123
8 Anexos	125

Introdução

“A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas” (SANTOS, 1994, p. 19). Com base no pensamento de autores como Milton Santos, Saquet, Brandão, Ribeiro, Hissa, e outros, território, nesse estudo, foi visto como o “território do uso”, “quadro de vida”, lugar da complexidade, da ação individual e coletiva, enfim território como formas, mas também como sinônimo do “espaço humano, espaço habitado e produzido” lugar em que as ações humanas se traduzem num a-contecer solidário.

Foi também inspirador o pensamento de Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire, para quem a educação desempenha o papel de libertar o homem, humanizando-o no processo de interação e diálogo, consigo mesmo, com o outro, com a realidade. Educação como “práxis que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2006, p.77).

Nesse sentido, buscou-se analisar como o processo formativo e de produção das famílias de pequenos agricultores, coordenado pelo Projeto APPJ-EFA-Conviver (Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba/ Escola Família Agrícola de Jaboticaba/ Projeto de Convivência com o Semiárido) e mediado pela Pedagogia da Alternância tem possibilitado os diálogos territoriais na região semiárida – município de Quixabeira-Bahia. Procurou-se também compreender como as inter-relações sociopolíticas, culturais e religiosas entre os sujeitos locais e as organizações/instituições parceiras têm influenciado na forma de apropriação do espaço vivido, e no fortalecimento da sua identidade, seus valores, sua cultura, seus estilos de vida. Buscou-se ainda, a partir da prática que vem sendo desenvolvida, fazer uma reflexão sobre o papel dos sujeitos individuais e coletivos, no processo da transformação local.

E, se a teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente (FREIRE, 2006, p. 40-41).

Assim, para alcançar o objetivo de analisar a trajetória do Projeto APPJ-EFA-Conviver, o trabalho buscou atingir de modo mais específico aos seguintes objetivos:

- Caracterizar a teia institucional e sua ação no desencadeamento dos processos de transformação do território.
- Perceber em que medida há diálogo entre o saber popular e o saber técnico trazido pelo Projeto APPJ-EFA-Conviver.
- Traduzir as inovações trazidas/difundidas pelo Projeto APPJ-EFA-Conviver junto aos agricultores (as) participantes.
- Analisar de que forma os agricultores reelaboram esse conhecimento mediatizado pelos técnicos do projeto e em que medida esses conhecimentos modificam visões, posturas, práticas e as condições concretas de vida.
- Perceber a inserção sociopolítica dos agricultores nos espaços públicos e organizativos.

As formas de organização sempre mais plurais que hoje se apresentam requerem também uma forma de produção de conhecimento mais interativa, mais que isso, requerem uma nova forma de SER E ESTAR no mundo, com o mundo e com os outros. O “novo tempo” constitui-se, conforme Prigogine (1996), a partir da irreversibilidade, isto é, um processo de desenvolvimento e comunicação em que o individual fica para trás, dando lugar a uma situação coletiva, com significativa ampliação do raio de liberdade e ação. Essa forma de agir vai exigir uma produção do conhecimento baseada no diálogo, na interação, na emoção, na criatividade e na ética, não sendo possível entrar e sair dela sem interferir e ser por esta influenciada. Desse modo, a teoria não representa um retrato fiel da realidade, mas a reconstrução desta com base nas visões e interações que com ela se têm.

O sujeito da pesquisa neste estudo constitui-se como parte integrante da realidade, assim, o saber construído nesse contexto dar-se-á a partir das vozes diversas que o compõem. Ao invés de uma visão linear e unilateral serão considerados todos os saberes. Desse modo, não há como, no ato de pesquisar, libertar-se dos valores que dão sentido à prática em geral e à prática da pesquisadora. A escolha da metodologia de trabalho que orientou este estudo ocorreu na perspectiva de que “A condição epistemológica da ciência repercute-se na condição existencial dos cientistas. Afinal, se todo conhecimento é

autoconhecimento, também todo desconhecimento é auto-desconhecimento” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 92).

Ademais, a história de vida da pesquisadora, que exerce a função de gestora da Escola Família Agrícola de Jaboticaba e, também, filha de pequenos produtores rurais; assim como as atividades desenvolvidas no seu percurso pessoal e profissional com presença constante nos movimentos sociais, religiosos e comunitários, ainda que não se constitua em sujeito/objeto desse trabalho, são aspectos que justificam a escolha do tema e confirmam a dimensão subjetiva que subjaz a este trabalho. De acordo com Sousa Santos:

Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajectórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio (SOUSA SANTOS, 2006, p. 85).

No trabalho que acompanha a história pessoal e coletiva da pesquisadora, sempre junto a jovens e famílias de pequenos agricultores e, a partir das histórias contadas e vividas no cotidiano das professoras do campo e comunidades desprotegidas socialmente, compreendeu-se a importância da ação dos sujeitos sociais de um local e como, a valorização das suas potencialidades é decisiva para o desenvolvimento do lugar, das pessoas.

O conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada (idem, p. 77).

Nesse sentido, as estratégias utilizadas para a realização deste trabalho priorizaram o método da pesquisa participante, compreendendo que todo sujeito carrega em si, originais e múltiplos saberes e que as experiências vividas, reconstruídas e partilhadas, superam a oposição sujeito/objeto, pesquisador/pesquisado, conhecedor/conhecido no processo coletivo de produção do saber e na transformação das práticas sociais em que se acham inseridos.

A pesquisa participante aborda duas dimensões. A primeira é dada pela relação entre a teoria e a prática na busca da sua interação dialética, o que significa trabalhar na perspectiva da práxis. (...) A segunda é trazer à tona a sabedoria e tradição popular no sentido de que estas nos ofereçam pistas para a crise social em que vivemos (ROCHA, 2004,p.1-2).

Nessa perspectiva, dado o envolvimento dos sujeitos territoriais nas diferentes fases da pesquisa, a estes serão devolvidas as reflexões do processo, como possibilidade de fortalecimento da organização institucional e como forma de melhor atuar/interagir com esta, para poder transformá-la. Como parte da realidade pesquisada, houve nesta, imersão direta da pesquisadora para compreender as convenções que regem a vida dos sujeitos territoriais. Ambos, pesquisadora e sujeito/objeto de pesquisa, constituem-se em sujeitos de um mesmo processo de aprendizado:

Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe da sua história [...], a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa (BRANDÃO, 1985, p.11-13).

O levantamento de dados contou com a observação direta, entrevistas semi-estruturadas, forma de coleta de dados que para Quivy (2008, p. 191) se distingue pelo seu caráter interacional e de comunicação junto aos sujeitos da pesquisa, a análise fotográfica e documental (atas, estatutos, relatórios, boletins), além da participação em algumas das reuniões de avaliação e planejamento de ações relacionadas ao Projeto que aconteceram no ano de 2010. Os sujeitos da Pesquisa foram assim caracterizados:

Tabela 1. Caracterização dos sujeitos entrevistados, segundo participação no Projeto APPJ-EFA-Conviver.

Categorias	N	%
Agricultores (as)	07	17,6
Alunos presentes na Escola	06	14,3
Colaboradores	03	7,2

Coordenadores do Projeto Conviver	02	4,7
Ex- Alunos	07	17,6
Monitores	07	17,6
Representantes da Associação	04	9,6
Técnicos do Conviver	05	12,0
Total	41	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

A construção, reconstrução do caminho percorrido por este trabalho estão, a partir dos diferentes procedimentos metodológicos, que muitas vezes se superpõem, se complementam, apresentadas em três capítulos.

O **primeiro capítulo** contextualiza dados referentes ao campo da pequena agricultura familiar, situa o projeto APPJ-EFA-Conviver no espaço-tempo e apresenta a trajetória histórica da Instituição, revelando que, sob condições limitantes, o grupo encontrou como saída a organização social. Incentivados por representantes da Igreja Católica, partem da organização religiosa e comunitária, se fortalecem interna e localmente e, na interação com outras organizações/instituições, situadas em outras escalas, vão abrindo trilhas que os conduzem à implantação de um projeto educativo apropriado à realidade do homem do campo. Assim, com direito de existir de uma forma diferenciada em seus princípios político-pedagógicos, o projeto educativo por eles adotado ajuda-os a se fortalecer na sua identidade e no sentimento de pertença a essa realidade da qual são parte.

Apresenta, ainda, que, em continuidade e tomando por base a reflexão da realidade, o grupo constrói um processo de formação constante e, por meio desse processo, outras formas de se relacionar consigo mesmo, com o outro, com o espaço. Amplia as possibilidades de mobilização social do grupo, iniciam o uso de alternativas de convivência com o semiárido, entendendo que a existência real se efetiva por meio da existência relacional.

O **segundo capítulo** estabelece o diálogo entre os conceitos de território e educação na perspectiva apresentada por Santos e Freire respectivamente. Apresenta o território/local como o lugar das relações e da complexidade, o lugar do

pulsar da vida, sem, contudo desconsiderar as relações que são estabelecidas entre esta e as outras escalas de interesse.

Aponta o papel do Estado no processo de organização territorial rural e das políticas públicas que são desenvolvidas nesse sentido. Alerta, contudo, que tal esforço não conseguiu, ainda, articular os diversos programas e projetos voltados para a pequena agricultura familiar, não se constituindo assim, em um projeto real de desenvolvimento do campo e, com possibilidades de construção da cidadania plena em qualquer parte do país.

Apresenta, a partir de Freire, a concepção de educação como uma ação libertadora do homem em todas as suas dimensões e, como a educação desenvolvida na EFA, com base na Pedagogia da Alternância, tem adensado os sentidos do território e permeado todo processo formativo e de troca de saberes, sendo assim, agente decisivo na construção das emergências locais.

Busca-se também construir um suporte para a discussão do capítulo seguinte, tendo presente que o levantamento de dados da realidade possibilita estabelecer uma relação intrínseca entre teoria e prática.

No **terceiro capítulo** realiza-se a análise de como a instituição APPJ-EFA-Conviver se articula com os demais sujeitos individuais, coletivos e institucionais com os quais interage por meio de parcerias, buscando, assim, compreender como se constitui a teia institucional que movimenta o Projeto.

Apresenta os diálogos entre os saberes popular e técnico científico como construtores de emergências que promoveram o autoconhecimento do homem e da mulher agricultora, levando-os a posicionar-se frente aos contextos sociopolíticos e ocupar espaços públicos e organizativos.

Revela que, contudo, essa consciência e esses diálogos ainda não se constituíram nas desejadas mudanças das condições de vida material e no domínio dos saberes tecnológicos de modo que os sujeitos possam vislumbrar oportunidades e caminhos criativos para o seu “bem viver” no SER-TÃO.

1 Compreendendo o processo de desenvolvimento do espaço a partir do diálogo entre diferentes escalas contextuacionais

Por viver muitos anos dentro do mato
moda ave
O menino pegou um olhar de pássaro -
Contraíu visão Fontana
Por forma que ele enxergava
por igual
como os pássaros enxergam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
Pedra não era ainda a palavra pedra.
E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
podiam ficar em qualquer posição.
Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar as pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
E, se quisesse caber em uma abelha, era
só abrir a palavra abelha e entrar dentro
dela.
Como se fosse infância da língua.

(Manoel de Barros, Poemas Rupestres, 2010).

1.1 Compreendendo os elos entre as diferentes escalas de interesses

A tentativa de resolver os problemas de produção e modernização do campo, presente no cenário brasileiro hoje, traz as marcas históricas do processo de colonização e exploração da terra pelo qual se deu a dominação do país. “Dono” de uma história de concentração de terra e perpetuação do latifúndio, a forma de desenvolver o país sempre passou pelo cultivo das monoculturas que se iniciaram pela cana-de-açúcar, chegando hoje, à soja, ao milho e ao algodão, produções que promoveram o crescimento do agronegócio brasileiro e seus “bons resultados econômicos”.

Esse modelo tem trazido muitas consequências aos habitantes do campo, seja pela drástica poluição do meio ambiente através dos agrotóxicos, seja pela devastação ambiental promovida pelos imensos desmatamentos que são feitos, ou ainda pela expulsão dos pequenos agricultores da terra e pela exploração da mão-de-obra tanto dos que vivem no campo quanto daqueles que migraram para os centros urbanos, mas que se encontram à margem desse modelo de

desenvolvimento vigente, que se pauta na acumulação de bens e no consumo exagerado. A racionalidade econômica da Modernidade se baseia no modo de produção pautado no consumo que destrói a natureza inviabilizando as condições de vida na Terra (LEFF, 2009, p. 27).

Antes da conquista dos povos dos países tropicais estes viviam e usufruíam dos bens naturais por conhecerem profundamente seus recursos e as formas de explorá-los. Sob a influência do capitalismo mercantil, as civilizações dos trópicos foram transformadas ou destruídas. Isso foi feito a partir da degradação dos recursos naturais e da exploração do trabalho dos povos que aí viviam. Com a introdução de novas técnicas substituiu-se por um lado as práticas tradicionais, e por outro, a diversidade de cultivos pela monocultura, para atendimento às demandas do mercado. Os solos foram destruídos, a vida das comunidades rurais, afetadas. A respeito dessa forma de exploração monocultural, na época da cana-de-açúcar, Josué de Castro afirmou:

Esta zona possuía nas suas origens os solos tropicais mais férteis. Seu clima favorecia a agricultura, o que explicava a presença, no passado, de abundantes florestas onde cresciam inúmeras árvores frutíferas. Hoje, se implantou a cana-de-açúcar. O resultado é que esta região é uma das quais onde a fome faz mais estragos no continente latino-americano. A ausência de hortas e gado criou um problema de alimentação muito grande, numa região em que a agricultura diversificada poderia produzir uma variedade infinita de produtos agrícolas (CASTRO, 1957, apud LEFF, 2009, p. 31).

A história revela, assim, que o desenvolvimento rural no Brasil foi marcado por grandes diferenças em sua organização produtiva: de um lado grandes empresas agrícolas e de outro o desaparecimento das culturas de subsistência inviabilizando, assim, a preservação dos recursos naturais e culturais, sendo, portanto, os pequenos agricultores e a agricultura familiar os que mais sofreram e ainda sofrem os reflexos desse processo.

(...) No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. (...) foi historicamente um setor 'bloqueado', impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 2005, p. 36).

Ultimamente o país tem destinado grandes somas de recursos à política de desenvolvimento agrícola. Esses investimentos têm sido motivados pela grande participação do agronegócio no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que contribui para os seguidos superávits da balança comercial. Todavia, as somas destinadas à agricultura familiar estão longe de alcançar o patamar de recursos destinados ao setor agrícola do agronegócio, persistindo, ainda, um baixo investimento na agricultura familiar – constituída por pequenos agricultores – mesmo que dados do Censo Agropecuário de 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrem que são eles os responsáveis por 70% da produção dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e por 74% dos empregos gerados no campo (IBGE, 2006).

Assim, percebe-se que, historicamente, os benefícios que chegaram ao campo foram sempre no sentido de privilegiar os donos de grandes extensões de terra. As pequenas propriedades de Terra ocupam menos de 3% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais, enquanto que as grandes propriedades detêm mais de 43% da área, fato que contribui para o aumento da desigualdade social do país, colocando-o como o terceiro país de pior índice de desigualdade do mundo, conforme dados divulgados em julho de 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Fica evidenciado pelos dados estatísticos que, no decorrer dos anos, esse processo não tem sido revertido com facilidade, ao contrário, o problema de concentração de terra e, conseqüentemente, de distribuição de renda vem persistindo de forma intensa, já que o modelo de desenvolvimento posto em prática se pauta num modelo socialmente desigual e ambientalmente agressivo e degradante que desconsidera os contextos históricos, sociais, políticos, culturais e religiosos.

Sendo assim, o pequeno agricultor não assume papel de destaque, seja na arte ou literatura, assumiu antes, o papel de figurante, de “paisagem”. Os processos sociais são responsáveis pela descaracterização dos pequenos agricultores, seja no Brasil ou em outras partes do mundo. Sousa Santos assim se refere ao campesinato português: “Conceitualizado a partir do que lhe é estranho e o pretende dominar, não admira que o camponês seja captado pela ausência, pela negação, pelo desvio e pela exceção” (SOUSA SANTOS, 1981, p.560).

Infere-se desse modo que a pequena agricultura foi sempre marginal, sempre periférica. Na atualidade se fala e se tenta empreender uma consciência política

maior, se tenta inserir a pequena agricultura nas políticas públicas, mas esse é um processo que ainda não se efetivou completamente. O discurso não corresponde à prática existencial dos pequenos agricultores, fato facilmente observável em várias regiões do Brasil e em especial na região Nordeste, semiárida, Quixabeira – Bahia, espaço geográfico em que se insere o objeto da presente pesquisa. Essa negação da pequena agricultura, contudo, não inviabiliza que eles se organizem, tracem suas lutas, mesmo contra a ordem que o sistema impõe. Ao contrário, permite-lhes muitas vezes descobrir novos sentidos para vida.

1.2 O olhar socioespacial do município de Quixabeira

Como parte de uma realidade nacional constituída por pequenos municípios rurais, encontra-se o município de Quixabeira cujo nome deriva de uma planta nativa da região, a *Bumelia Sertorum*. O Município, constituído na sua grande maioria por pequenos agricultores, está localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, região semiárida do Estado da Bahia. Possui uma área que corresponde a 368 km² e fica a uma distância de 300 km da capital do Estado. De acordo com o Censo 2007, possui 1.455 estabelecimentos de agricultores familiares e, dos seus 9.466 habitantes, apenas 3.130 vivem no espaço urbano, constituindo-se assim, num município eminentemente rural (CODES/MDA, 2010. p. 68-73). Por essas e outras características socioambientais e culturais, está entre os 14 municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CODES Bacia do Jacuípe (Figura 1), conforme organização da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na sua maioria, a população quixabeirense origina-se de matriz étnico-racial africana e indígena. Apresenta uma rica cultura que se expressa na variedade de artesanatos fabricados a partir do barro, da argila e da palha do licuri, planta nativa da região que garantiu a sobrevivência de muitas famílias nos períodos de grandes secas. Hoje esta planta se encontra, por um lado em fase de extinção, consequência dos constantes desmatamentos feitos pelos maiores proprietários de terras, para plantação de outras culturas na área, mas, por outro, vem ganhando destaque através da defesa promovida pelos pequenos produtores rurais. Esta defesa vem se efetivando por meio dos seminários e festivais (Figura 2) realizados com o intuito de

promover o valor ambiental, nutricional e comercial dos derivados da planta e cujos resultados já ganham destaque em feiras nacionais e internacionais, a exemplo do Encontro Terra Madre, em Turim/Itália, um evento para os produtores da cadeia agroalimentar comprometidos em defender e promover modos de produção que respeitem o meio ambiente, atentos aos recursos naturais, à conservação da biodiversidade e da justiça social. Essa defesa do meio ambiente e valorização dos produtos vem se dando pelos agricultores familiares organizados em grupos de produção, especialmente os ligados à APPJ-EFA-Conviver e COOPES (Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina).

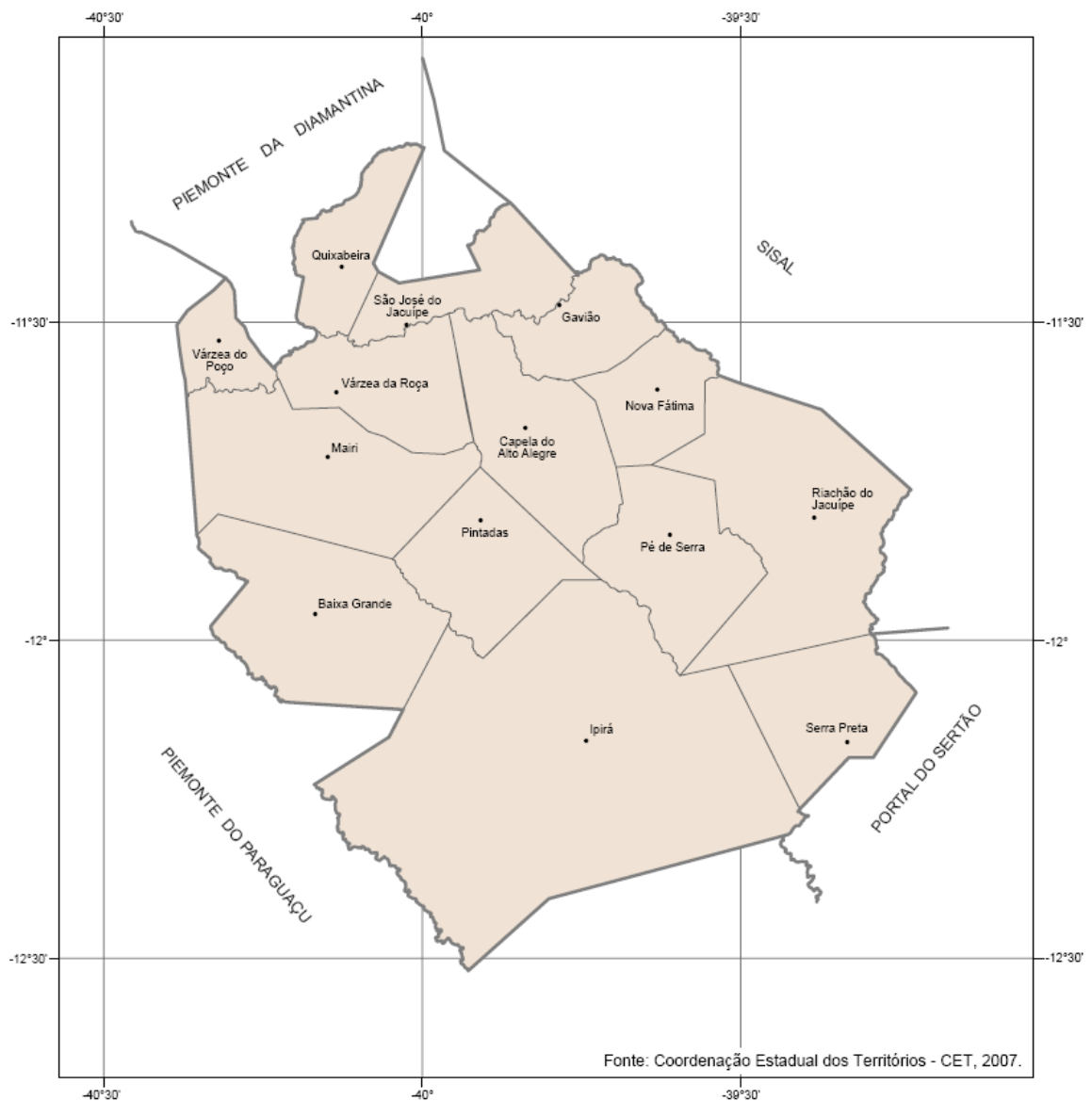


Figura 1. Mapa do Território Bacia do Jacuípe.

Fonte: SEI, 2007.



Figura 2. III Festival do Licuri, em 11/04/2010.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.

A história do município tem revelado uma expressiva participação dos agricultores familiares em organizações comunitárias, a exemplo de associações, cooperativas e sindicatos que se espalham pelo território (Tabela 2), visando sempre a transformação do lugar.

Tabela 2. Presença de Organizações Comunitárias.

Associações		Cooperativas		Sindicatos	
Nº de Ent.	Nº de Sócios	Nº de Ent.	Nº de Sócios	Nº de Ent.	Nº de Sócios
10	200	02	3.500	01	3.645

Fonte: SENA, 2006; CODES/MDA, 2010; e Maria José Oliveira Santana (04/10/2010).

Dentre as organizações sociais aí existentes encontra-se o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira (STTR), que atua diretamente no trabalho e organização dos seus 3.645 trabalhadores/as rurais sindicalizados/as, número que corresponde a uma média de 90% dos agricultores do município (Maria José Oliveira Santana, ex-dirigente da APPJ e presidente do STTR. Entrevista em

04/10/2010). Isso requer uma atuação efetiva do STTR para a implementação de políticas públicas que atendam o meio rural e contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar como umas das possibilidades de melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, de transformação do lugar. Todo esse coletivo se dedica, principalmente, ao cultivo de culturas de subsistência tais como o feijão, mandioca e milho, que são produzidos em pequenas áreas de, em média, 10 ha (Tabela 3).

Tabela 3. Culturas do município de Quixabeira.

Cultura	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor em R\$ (x 1.000)
Batata-doce	2	2	20	8
Feijão (grão)	540	510	327	392
Mamona (baga)	140	140	126	88
Mandioca	720	720	10 080	726
Melancia	18	18	243	64
Milho (grão)	480	445	315	126
Sisal	880	830	768	614
Tomate	5	5	175	105

Fonte: IBGE, 2006.

Ainda que apresente uma organização social considerável, o município de Quixabeira revela baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional. A sobrevivência da população depende, na sua maioria, de um sistema produtivo onde predominam as relações de trabalho com vasta utilização da mão-de-obra da agricultura familiar, técnicas de baixa rentabilidade e reduzidos índices de capitalização. A sua economia está voltada para a agropecuária e agricultura de subsistência, conforme exposto em tabela anterior. Esse quadro põe Quixabeira entre os municípios mais pobres do Estado da Bahia, apresentando assim, baixos índices de desenvolvimento socioeconômico (Tabela 4).

Tabela 4. Indicadores Sociais do município de Quixabeira.

Expect. de Vida	Tx. Alfabet. de adultos	Renda per Capita	Tx. de Longev.	Ind. de Educ.	Ind. de Renda	IDH
62,63	65,55	67,27	0,627	0,715	0,475	0,606

Fonte: IBGE, 2003.

Os dados até aqui apresentados revelam-nos a constituição do território como um espaço humano, espaço habitado e complexo cuja construção e re-construção só é possível pelas relações socioculturais que aí se estabelecem. Corroborando assim com o que Santos (2008a) define como sendo espaço territorial:

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho [...]. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 2008a, p. 27-28).

1.3 O desenho organizacional da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Jaboticaba – APPJ – nos processos socioculturais de Quixabeira

Em consonância com esse contexto socioespacial e organizativo é que surge a organização APPJ-EFA-Conviver com o objetivo de promover de forma coletiva a formação das famílias agricultoras locais, buscando responder ao desafio imposto pelas condições socioambientais e econômicas do semiárido, e ajudando-se mutuamente a permanecer no campo para neste produzir, relacionar-se, cultivar os valores culturais e religiosos, enfim, viver em condições dignas.

A APPJ nasce ligada ao setor mais progressista da Igreja Católica, se enquadra no número das associações que se organizam a partir do trabalho voluntário e cuja característica maior é a participação dos sujeitos para a ação comunitária, social e também política. A princípio, todos no grupo comungam, de certa forma, das mesmas crenças que, aliadas a uma cultura popular com forte influência de conteúdos e de expressão religiosos, levam-nos a organizar-se em

torno da fé, mas levam-nos também a atuar na organização social e política. Em uma reunião de avaliação do grupo, um deles assim se expressou: “E se rezava, e ainda reza, mas se viu que só rezando não se atingia os objetivos, tinha que entrar no campo político.” (José Modesto Souza, sócio-fundador da APPJ. Entrevista em 23/09/2010)

Para compreender como foi possível a construção desse coletivo que vem buscando promover a força socioeconômica local, considerar-se-á as configurações sociais já existentes no território e todo o processo histórico-sociocultural desta Entidade e demais sujeitos com quem tem dialogado no decorrer dos anos. Para tanto, buscar-se-á trazer presente os primeiros movimentos da mesma, que datam de 1983, quando um grupo de 3 famílias se une, a princípio, com o expresso desejo de imitar os primeiros cristãos descritos em Ato dos Apóstolos.¹

Em 1985, o grupo já se amplia, crescendo de 03 para 18 famílias. Estas realizaram o plantio de 01 saco de feijão com o propósito de, a partir dos lucros, construir um salão comunitário onde realizariam reuniões e demais atividades, iniciando-se assim, o processo de organização comunitária dessa Instituição. Ainda nesse período, passam a ter o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e iniciam a luta por uma indenização justa dos agricultores donos das terras que ficavam às margens da construção da Barragem de São José do Jacuípe. Nesse período enfrentam grandes conflitos pela posse da terra como uma forma de garantir a preservação dos direitos do povo ribeirinho.

Começa com a luta que tivemos quando decidiram construir uma barragem aqui na região que foi aí que despertou mais forte a necessidade de organização, onde se lutou por uma indenização justa para que os agricultores da beira do rio pudessem ficar assim em sua propriedade e não sair migrando por aí afora (Maria José Santana. Entrevista em 09/08/2010).

Como forma de preservação da memória coletiva, em algumas reuniões, essas famílias encenam os primeiros encontros, reforçando a identidade e buscando estímulo para continuar com as ações por eles desenvolvidas, como se observa na Figura 3.

¹ O Ato dos Apóstolos é o 5º livro do Novo Testamento, e descreve como os primeiros cristãos viviam em comunidade, partilhando igualmente tudo que produziam.



Figura 3. Reunião entre as famílias fundadoras da APPJ.

Fonte: Acervo Fotográfico particular da APPJ.

A organização do grupo nasce com base nos princípios religiosos, de confiança, partilha, cooperação e solidariedade, princípios que não se desvinculam da defesa dos direitos sociais individuais e coletivos e também da defesa de interesses sociopolíticos: primeiro lutando pelo assentamento dos pequenos produtores e, mais à frente, pela formação social e política com vistas à ocupação de espaços na esfera pública municipal, para a promoção e implementação de políticas públicas que os ajudem na convivência com o meio e na elevação da qualidade de vida dos munícipes. Desse modo, o dirigente da Associação assume, em 1992, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira, ampliando a área de atuação e contribuindo para o avanço da Associação enquanto organização da sociedade civil. Em análise do associativismo civil, como um fenômeno da ação coletiva institucionalizada, Ganança afirma que:

[...] o aumento da organização **autônoma** (grifo meu) de cidadãos e cidadãs em associações, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, assim como o aumento da participação política das pessoas, permite que aos poucos elas possam tomar o destino de suas vidas nas próprias mãos, eliminando progressivamente as arraigadas estruturas de desigualdade presentes em nossa sociedade que gera e reproduz uma classe de sub-cidadãos/ãs, que ocupam certos lugares sociais subalternos correspondendo a lugares políticos invisíveis (GANANÇA, 2006, p.17).

É perceptível que a história da organização APPJ-EFA-Conviver traz, desde o início, a presença da Igreja Católica, e o ideal da Teologia da Libertação, que dava ênfase à organização das bases através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde os cristãos da classe popular se unem para articular fé e vida na busca da superação dos seus problemas sociais. Nos anos 60 e 70 as CEBs constituíram-se numa tentativa dos setores mais progressistas da Igreja de fortalecer a autonomia, a organização e a emancipação de vários setores e grupos do meio popular.

Com base na sua abordagem pedagógica que dava ênfase à participação da comunidade e com base nos ideais igualitários e inspirados nos princípios políticos teóricos da Teologia da Libertação e da educação de Paulo Freire, as CEBs se constituíram em uma oportunidade para os menos favorecidos organizarem-se em associações e sindicatos e, aqui, o grupo de produtores rurais de Jaboticaba iniciou seu processo de organização.

Avançando em busca do seu fortalecimento, em 1986 a Associação estabelece parceria com a Empresa Assistência Técnica Extensão Rural Bahia (EMATER-BA) e participa do Projeto São Vicente, adquirindo um motor-bomba que ajudaria os agricultores na irrigação de uma área de terra para plantio de hortaliças, produzindo assim sua primeira horta comunitária, uma das formas encontradas para gerar recursos para a entidade (Figura 4).

Somente em 22 de julho de 1987, a APPJ regulariza sua situação juridicamente, caracterizando-se como organização da sociedade civil, filantrópica, beneficente, promocional e educativa, sem fins lucrativos. Para além do jurídico, esta instituição nasce com um caráter coletivo, com base em outra racionalidade, cuja intencionalidade é a promoção do social. Conforme ata de fundação, fica expresso o seu objetivo inicial que é o de *desenvolver o agricultor local e melhorar as condições de vida dos seus associados*. Já as suas finalidades, conforme consta no Art. 4º do seu Estatuto, nos Incisos II, IV, VII e VIII, o comprometimento da Instituição com o processo organizativo e de desenvolvimento da comunidade local, que foi, gradativamente, se ampliando no território, fato que será demonstrado no seu percurso histórico:

II – Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, **a assistência técnica** (grifo meu) e outros serviços necessários à produção, servir de assessoria ou representante dos

associados na comercialização de insumos e da produção.

IV – Diminuir os problemas locais que afetam a vida da comunidade, através de sua efetiva atuação.

VII – Mobilizar a Comunidade local, integrando-a nas atividades da associação, visando proporcionar o bem estar-coletivo.

VIII – Prestar atendimento especial aos filhos de associados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos (APPJ, 2006, p.1-2).



Figura 4. Motor-bomba para irrigação da primeira roça.

Fonte: Acervo Fotográfico particular da APPJ.

Pelas suas finalidades fica expresso o papel que a Instituição sonha desempenhar junto aos seus associados. Um pequeno grupo de agricultores assume, de forma ousada, o compromisso de *alavancar* um processo de desenvolvimento que considera as dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas. Questionam-se: Como proceder? Com quais recursos humanos, financeiros? Com quais sujeitos? Com quais parcerias? Para compreender o homem como um ser de relações, capaz de transcender, discernir e conscientizar-se dentro de um contexto encontramos em Freire (2001):

[...] as relações que o homem trava com e na sua realidade fazem dessas relações algo conseqüente. Na verdade não se esgota na mera passividade. Criando e recriando, integrando-se nas condições de seu contexto, respondendo aos desafios, auto-objetivando se, discernindo, o homem vai se lançando no domínio que lhe é exclusivo, o da história e da cultura. (...) E é porque o homem se integra na medida em que se relaciona, e não somente se julga e se acomoda, que o homem cria, recria, decide (FREIRE, 2001, p.63-64).

Desse modo, no período de 1982, a Associação abre uma creche que passa a atender 60 crianças pobres no povoado de Jaboticaba. Nesse momento já contam com um grupo de 46 pessoas e, em 1989, iniciam a criação de cabras de corda, também num empreendimento coletivo. Afirmam-se como um ativo comunitário, associado a virtudes cívicas que advém de raízes históricas, culturais e também religiosas, suporte que ajudou esse grupo de agricultores a contribuir com o desenvolvimento do seu território.

A APPJ se organiza com os associados e uma diretoria composta por: um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, uma Secretária e um Conselho Fiscal formado por seis membros. Uma das características marcantes desta Instituição é o voluntariado, coadunando em parte com dados da pesquisa IBGE/IPEA, referente ao Brasil, que apresentam altos índices de voluntariado, revelando através dos seus dados que 77% das associações não possuem nenhum/a trabalhador/a formal registrados (GANANÇA, 2006. p.38-39). Para um dos fundadores e hoje atual diretor financeiro, a Organização exerceu e exerce um papel significativo dentro do contexto em que se situa. Para ele:

Tem uma coisa que marcou muito. Uniu as pessoas, agregou uns aos outros. Todo mundo se conhece e quando necessário senta para discutir quais são os objetivos que a gente deseja, seja projeto, seja ações na comunidade que possa desenvolver como um todo (Jorge Batista, sócio-fundador e atual diretor financeiro da APPJ. Entrevista em 20/08/2010).

1.4 A EFA de Jaboticaba e os diálogos com as famílias agricultoras

O diálogo entre escola-família-comunidade se apresenta como um dos pilares que sustentam o processo educativo oferecido pelas EFAs, que vêm neste uma forma de ajudar o homem do campo a SER mais, dentro do seu contexto campesino.

Para Freire (2001) a educação é um processo que permite ao homem refletir sobre si mesmo e perceber-se como um ser inacabado e inconcluso. Assim, o homem, por sua própria natureza, está sempre em busca de ser mais. “A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem” (FREIRE, 2001, p. 28). Alerta-nos também sobre aquele que busca ser mais de forma solitária. Este pode ser entendido como um *ter mais*, que é *uma forma de ser menos*. Essa busca do *ser mais* só se torna fértil quando é feita com outros seres, processo que ocorre na comunhão dos sujeitos que buscam ter mais consciência e do comprometimento que se dá na construção coletiva da história desses sujeitos.

Desde o início, o grupo que compõe a Organização APPJ-EFA-Conviver coloca sua esperança numa educação inserida na realidade dos pequenos agricultores, como uma forma de ajudá-los a SER mais, esperando que depois de compreender essa realidade como um todo organizado, as famílias agricultoras possam levantar hipóteses sobre os desafios apresentados, e então buscar possíveis soluções.

É assim que, com a chegada da Ordem dos Jesuítas à Paróquia São Cristóvão/Capim Grosso, em 1993, a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba inicia, juntamente com Padre Xavier Nichele s.j.,² e as Irmãs Franciscanas Marianas Missionárias (IFMM)³ a fundação da EFA (Figura 5). Esta surge nos moldes das Escolas Famílias Agrícolas do Movimento Promocional do Espírito Santo – MEPES, pioneiras no Brasil, cujo sistema educativo é oriundo da França. Em 1935, num vilarejo francês, esta pedagogia surge para dar resposta a um problema aparentemente simples, o não querer frequentar a escola de um adolescente por esta não trazer presente a sua realidade (GIMONET, 2005, p.76). Assim, desde a sua origem, as Escolas Famílias Agrícolas, lá chamadas de Maisons

² Padre Xavier Nichele S.J. nasceu em 13 de maio de 1938, em Lugo de Vicenza - Itália, ordenou-se Sacerdote em 7 de dezembro de 1968, pela Ordem dos Jesuítas vindo em seguida para o Brasil e aqui concluindo seus estudos. Em sua Missão sacerdotal serviu em Estados da Região Sul, Sudeste, Norte e em 05 Estados do Nordeste. Permanecendo maior tempo na Bahia, chega à Paróquia de Capim Grosso em 1991. Encantado pela simplicidade da vida do homem e da mulher do campo dedicou todos esses anos ao trabalho incansável de promoção de desenvolvimento, buscando, além de oferecer uma oportunidade de vida melhor às famílias agricultoras, fixá-las no campo, Tem conseguido dar sua contribuição, seja pela sensibilização, pela articulação, ou ainda pela captação de recursos para a implementação das ações.

³ IFMM são um grupo de religiosas composto por pedagogas, técnicas em contabilidade e administradoras, com sede em Salvador, mas que deslocou um grupo do seu corpo apostólico para se fixar no campo, e responsabilizar-se por todo processo de organização pedagógico e financeiro da Escola Família Agrícola de Jaboticaba, destacando-se dentre elas Maria Lygia Santos Valette a pedagoga que assume a função de primeira gestora da Escola.

Familiaes Rurales, procuram dar solução a um problema: educar os jovens sem restringi-los às paredes da sala de aula. Para além da sala de aula está a vida quotidiana que precisa ser trazida e refletida também em sala de aula, dinâmica possibilitada pela Pedagogia da Alternância (PA) nos períodos em que o estudante alterna estadias na Escola e estadias na propriedade familiar/comunidade.



Figura 5. Reunião da APPJ com Pe. Xavier Nichele s.j. para fundação da EFA Jaboticaba.

Fonte: Acervo Fotográfico particular da APPJ.

Com esse intuito, a presença da EFA, nesse cenário, representou naquele momento, e ainda representa uma esperança para as famílias dos pequenos agricultores familiares que viam para seus filhos duas alternativas: permanecer no campo sob as mesmas condições de vida dos pais ou migrarem para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida.

Se não tivesse a Escola Agrícola, você poderia notar que, aqui, muitos, e eu até, não poderíamos estar aqui trabalhando na região, como outros colegas meus e outros primos que estão em São Paulo, catando laranja, cortando cana, então, se não fosse o conjunto como em tudo, não poderíamos estar aqui trabalhando junto com a família e com toda a comunidade (Gustavo Sousa Moreira, ex- aluno da EFA Jaboticaba. Entrevista em 22/08/2010).

Assim, a fundação da Escola procurou desde o início possibilitar aos filhos dos pequenos agricultores estudos adequados à sua realidade e prepará-los para o pleno exercício de cidadania, vida digna e profissional, procurando cumprir o que prevê seu estatuto no Art. 4º, Inciso VIII, citado anteriormente, ou seja, dedicar uma atenção especial aos filhos dos agricultores associados

Para além da permanência do homem do campo no seu espaço, desde o princípio a escola teve como propósito a formação de sujeitos capazes de fazer e refazer as coisas, capazes de contribuir com a transformação das condições de vida das comunidades rurais e a construção de um espaço local que combine de forma articulada as condições necessárias para a promoção de um desenvolvimento que considere as questões socioambientais e culturais, bem como a relação do homem com este meio. Esse processo educativo revela a complexidade vivenciada diariamente pelo agricultor. Estes se confrontam com uma realidade semiárida, estabelecem relação com a terra, com os elementos climáticos, com a vida animal e humana nas suas múltiplas relações. A escola assim precisa refletir essa vida que pulsa, sob pena de tornar-se amorfa, sem cor.

Para Gimonet (2007, p.16), cultivar uma escola assim exige uma pedagogia que esteja em sintonia com essa concepção. Desse modo, a PA nasce a partir da prática do dia-a-dia, da experimentação por meio de tentativas e erros que foram sendo sistematizados a partir da reflexão e do bom senso, que possibilitaram elaborar instrumentos e princípios pedagógicos que respondam a essa educação inserida e contextualizada na vida dos agricultores. Sendo uma pedagogia da complexidade, ela vai trazer consigo as formas de viver dos seus sujeitos, seus saberes, sua cultura e suas temporalidades.

No seu ideário a PA foge do pensamento analítico e linear para inscrever-se no modo de pensar complexo, onde o apreender das coisas não ocorre em partes e de forma fragmentada, mas na sua globalidade. A realidade é olhada como algo dinâmico e não em clausura, em “departamentos estanques”. “É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. No primeiro caso, sua ação, que estaria baseada numa visão ingênua, meramente “focalista” da realidade não poderia constituir um compromisso” (FREIRE, 2001, p.21). Conforme Gimonet (2005, p. 80) “A Pedagogia da Alternância caminha no coração da complexidade, vive e gera complexidade”, e diria que a EFA de Jaboticaba em sua ação vive também essa mesma complexidade porque os sujeitos que aí atuam carregam

consigo uma complexidade que lhes é inerente: homem e mulheres nordestino/as, agricultor/as, confrontando-se todos os dias com o complexo que é relacionar-se, como dito antes, com a terra, com os elementos climáticos, com a vida humana, com a fauna e a flora, o contexto local físico, humano, cultural, econômico e político.

A proposta pedagógica desenvolvida pela EFA de Jaboticaba baseia-se, assim, nessa pedagogia, cujos princípios aportam num ensino complexo, contextualizado e libertador, onde todos os sujeitos do processo têm vez e voz: a associação, a família, o estudante, o agrônomo, o monitor, o técnico, todos estão em constante diálogo na busca de alternativas que sejam mais viáveis para o desenvolvimento educacional e do meio.

Um dos instrumentos pedagógicos utilizados que se destaca dentro dessa pedagogia é o Plano de Estudo (PE),⁴ que possibilita aos jovens dos cursos do Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, oferecidos pela Escola, realizarem sua formação técnico-científica e continuarem dialogando com sua realidade. A educação, aqui, concebida em uma perspectiva mais ampla, pressupõe a inclusão no projeto de educação escolar, dos saberes construídos no cotidiano da produção da existência – trabalho, cultura, os jeitos de viver e conviver nesse espaço, a relação entre os sujeitos e a interação destes com a natureza. Desse modo, a seleção dos conteúdos a serem trabalhados é decisiva no estabelecimento do diálogo da educação que se propõe libertadora, conforme Freire nos aponta:

Daí que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade comece, não quando o educador-educando se encontra com educando-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. (FREIRE, 2006, p.96)

Ao permitir ao jovem uma tomada de distância da realidade, esse sistema educativo ajuda-o na busca de perspectivas, na avaliação do seu fazer cotidiano, estimulando a tomada de posições pessoais. Essa trajetória de vai-volta sucessiva torna o aluno o sujeito principal do projeto educativo, juntamente com os demais agentes envolvidos – famílias, comunidades – participantes ativos de seu processo

⁴ No PE, o ensino é organizado a partir de grandes temas da realidade local, centrais na vida dos agricultores. A partir desses temas monta-se o currículo, dando prioridade à valorização dos conhecimentos existentes, ao resgate dos valores religiosos e culturais próprios do meio rural.

de formação, fazendo valer o princípio de que a vida é o eixo central da aprendizagem, o ponto de partida e chegada da formação, em uma espiral crescente. Na descontinuidade de atividades vividas pelo aluno, a PA rompe com a dicotomia entre teoria e prática, saber popular e saber intelectual, escola e meio e com uma visão fragmentada da aprendizagem. Possibilita um processo dinâmico de aprendizagem, pois o jovem nesse contexto de família e escola encontra o ambiente propício para sua aprendizagem. Por um lado, permanecendo no meio – casa – mantém o vínculo afetivo com a sua família e comunidade e continua desenvolvendo as atividades sócio-profissionais e culturais no meio em que vive e, por outro, o afastamento do meio lhe possibilita refletir sobre o mesmo e adquirir novos conhecimentos para sua ação, ação esta que o jovem assume livre e consciente, numa atitude filosófica de desvendar a realidade como ser investigador, questionador e comprometido. Freire (2001) afirma que a primeira condição para um comprometimento está na capacidade de atuar e refletir do ser humano.

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem–realidade, ao contrário do contato animal com o mundo, [...] implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão (FREIRE, 2001, p.17).

Nesse sentido, a proposta da escola é proporcionar a formação integral do jovem: humana, religiosa, cultural, e para liderança no seu meio sociopolítico. Para além dos componentes básicos, como currículo complementar, traz presente a convivência com o semiárido, técnicas agropecuárias, ecologia, economia rural e movimentos sociais, buscando em certa medida superar os desafios impostos por uma sociedade urbana que tem no campo o lugar do atraso, e não consegue vê-lo enquanto espaço de reprodução da vida social.

Atualmente estão inseridos no processo educativo da Escola 189 alunos do Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, 173 famílias, 77 Comunidades. Esses jovens e suas famílias são oriundos de 21 municípios da região que se encontram organizados em 04 Territórios de Identidade, sendo que a escola pertence ao Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Territórios, Municípios e Comunidades com alunos na EFA Jaboticaba.

Nº	Território	Municípios	Comunidades
01	Bacia do Jacuípe	Quixabeira	Alto Bonito, Alto do Capim, Caraíba, Cova do Anjo, Jaboticaba, Poços, Ramal, Várzea Dantas, Várzea do Cavalo, Pintado, Mandacaru, Laranjeira, Gameleira, Umbuzeiro Branco, Baixa Grande, Veado, Piloto, Loteamento Morada do Sol.
		Baixa Grande	Vista Alegre
		Gavião	Canela de Ema, Sítio dos Patos, Terra Vermelha, Alagoinhas, Cachoeirinha e Caldeirão
		Capela do Alto Alegre	Sede
		Ipirá	Assentamento dom Matthias
		Nova Fátima	Igazeira
		Pintadas	Cabaceiras, Lagoa das Pombas e Caldeirão Coberto
		Várzea da Roça	Lagoa Danta e Tanque de Dentro
		Várzea do Poço	Barra Nova, Recanto, Gitirana, Pé do Morro e Cruz das Almas
		São José do Jacuípe	Embratel, Itatiáia, km 118, Pau de Colher, Umburaninha e Vaca Brava
02	Piemonte da Diamantina	Caém	Gonçalo, Tigre e Micaele
		Capim Grosso	Fazenda Nova, Lajedo, Tigre, Lajedinho e Furtuoso
		Serrolândia	Maracujá, Amarante e Umburanas
		Jacobina	Santa Rosa de Lima, Catuaba, Várzea Nova e Junco
03	Piemonte do Paraguaçu	Miguel Calmon	Pé do Morro e Umbuzeiro
04	Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso	Ilhote Mucunã e Lajedo
		Ponto Novo	Queimadas
		Filadélfia	Riacho do Mulungu, Novo Riachão, Cachimbo e Riachão
05	Sisal	Queimadas	Riacho da Onça
		Santa Luz	Povoado de Rose, Formigueiro, Queimada do Curral, Várzea do Boi, Pereira
		Valente	Queimada do Curral, Lagoa Redonda, Barriguda e Pau de Rato

Fonte: EFA, 2010.

Essa área de abrangência representa uma riqueza pela diversidade, mas impõe algumas limitações ao processo educativo por alternância quando se considera o atendimento de certas demandas: a distância onera o transporte tanto do aluno para chegar à escola quanto do monitor para realizar as visitas de acompanhamento às famílias conforme prevê a proposta da escola, o que eleva o

custo aluno; maior abrangência requer maior articulação entre a escola e os grupos sociais o que tem sido dificultado pela limitação de agentes educativos na escola; A diversificação cultural requer maior cuidado no entrosamento entre aluno- aluno-educador, em um grupo que convive no mesmo espaço por 15 dias em regime de internato.

Em nível local a escola se vincula à Associação Mantenedora – APPJ – responsável jurídica. Estabelece relação com as comunidades, com as famílias agricultoras, com os próprios jovens, e os monitores, responsáveis diretos pela formação desses jovens, com os professores externos, e os colaboradores que atuam como voluntários tendo a direção como responsável pelo processo de articulação entre os diversos sujeitos.

Em nível regional, faz parte da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), que organiza a Rede das Escolas Família Agrícola da Bahia e é a instituição responsável por organizar a formação inicial e continuada dos educadores que atuam nas EFAS, além de ser uma entidade que articula de forma coletiva junto aos órgãos governamentais para o estabelecimento de parcerias em vista da sustentabilidade financeira das Escolas Família. Em nível Nacional existe a União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil (UNEFAB), entidade não governamental, sem fins lucrativos, com sede em Brasília que tem o papel de representar politicamente as EFAs, manter seus princípios e unidade nacional. Articula também uma equipe pedagógica nacional que trabalha na linha da PA, a “politização” dos trabalhadores das EFAS, produz material didático e informativo e divulga as experiências das 145 Escolas Agrícolas espalhadas pelo país.

1.5 O Projeto Conviver: tecendo e reproduzindo a rede de saberes

A elaboração do Projeto intitulado, a princípio, de “Conviver com a Seca” ocorre, assim como a fundação da EFA Jaboticaba, por incentivo do Padre Xavier Nichele s.j que, juntamente com as organizações sociais regionais e CEBs, refletem sobre a necessidade de um projeto de extensão da Escola. A partir dessa preocupação com as sucessivas perdas das lavouras no período 1995-1997, e também com a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras, busca-se o apoio em organizações como o Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o

Desenvolvimento Social (DISOP). Este estabelece a ponte entre o padre e o assessor agrônomo da DISOP, o professor José Albertino Carvalho Lordêlo, que, em julho de 1997 apresenta o grande projeto de desenvolvimento para a região de Capim Grosso, Quixabeira e São José do Jacuípe.

Mais à frente, em reunião com vinte associações, de forma surpreendente, o agrônomo propôs que se preparasse um festival como uma ação piloto do projeto para a convivência com o semi-árido. Nasce, assim, o “Festival do Feno e Silo”, evento em torno do qual os agricultores, organizados, nas comunidades, se mobilizavam para compartilhar alternativas de convivência com o sertão. Para dinamizar o processo de organização, a primeira coordenadora do Projeto Conviver, Josenaide de Sousa Alves, juntamente com os monitores da EFA Jaboticaba, percorriam os caminhos do sertão, visitando as comunidades, levando informação, conhecimento e solidariedade aos pequenos produtores rurais.

Na oportunidade eram realizados encontros de formação, reuniões, cursos, palestras e seminários para discussão de problemas ligados ao racionamento da água, aos cuidados com o lixo, alimentação alternativa, produção de feno e silo, questões de gêneros, cooperativismo, rádios comunitárias, dentre outras. Como forma de divulgar os eventos e promover a formação, até em leitura, entre os agricultores, era produzido um boletim informativo, em linguagem coloquial que circulava entre os agricultores, levando informações e divulgando datas comemorativas tais como: dia trabalhador rural, dia das mães, dia internacional da mulher. O informativo trazia também a agenda do mês e a prestação de contas dos gastos realizados no período. Para cada ação que ia sendo desenvolvida no território, eram elaborados coletivamente, pelos sujeitos, os instrumentos de consulta e avaliação destas:

(...) o principal objetivo era atender os primeiros alunos que saíam da escola e oferecer uma oportunidade para eles, pra as famílias e comunidades onde eles estavam, mesmo que os alunos fossem muito jovens, mas as famílias podiam assumir um projeto, e depois quando eles terminassem de estudar, eles assumiriam o projeto, então a nossa meta foi essa, preparar as comunidades, os alunos e suas famílias e, nós fizemos um festival, o primeiro festival é o convivência com a seca, e este festival seria pra motivar as famílias. É assim uma conquista, uma vitória que outros, outras comunidades e municípios tentaram fazer esse mesmo... e ainda não conseguiram. Foi a base pra os produtores fazer feno e silo. Hoje é produzido mais de mil toneladas e eles falam, como eu falei no passado, façam feno e silo que é uma saída pra seca, então pra mim, é um orgulho (Josenaide de Sousa Alves, primeira coordenadora do Projeto Conviver, atual presidente da COOPES. Entrevista em 18/02/2011).

Com base nessa mobilização é que, para a aprovação dos recursos que garantiriam o desenvolvimento dos projetos de produção, contou-se com o apoio da assistente social italiana, Carla Grossoni, que traduziu o projeto para italiano e acompanhou os trâmites burocráticos de aprovação, na Itália, voltando a Jaboticaba em 2003 para verificar os resultados do trabalho.

O projeto visava, inicialmente, atuar em 20 comunidades, localizadas em 05 municípios da região. Contou desde o início com a parceria e o financiamento do Movimento de Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo (MAGIS), uma ONG italiana, gerida por Jesuítas, que destinou recursos no valor de um milhão de euros, cerca de três milhões de reais na época, para serem aplicados num período de três anos, visando o desenvolvimento das potencialidades locais; com a Entidade executora do Projeto, a APPJ; com um corpo técnico experiente que já vinha atuando na EFA na PA, além do grupo de famílias agricultoras da região.

Compôs-se, ainda, uma equipe responsável pela coordenação do Projeto que contou, no início, com Silvia Parodi, engenheira ambiental italiana e representante do MAGIS, e, ao final do segundo ano, um administrador brasileiro, Ronaldo Carlos Borges Leite, que se responsabilizou pelo final do gerenciamento financeiro. Atualmente, o projeto vem sendo desenvolvido com outros parceiros, a exemplo de órgãos governamentais tais como MDA⁵, SUAF⁶-, EBDA⁷ –, e outras instituições não governamentais como DISOP, CEI,⁸ dentre outros, conforme será explicitado mais à frente. Também compunha a equipe: um coordenador local, uma secretária, e um corpo técnico responsável pela sensibilização e implementação das ações do projeto, equipe que permanece ainda, hoje, na fase atual e à qual estão sendo incorporados os técnicos em agropecuária formados pela EFA Jaboticaba.

Este projeto surgiu de uma necessidade (...) e da preocupação com permanência das famílias no campo, aí a gente lutou pra que tivesse esse projeto pra dar mais condição pras pessoas ficar no campo. Na época a política do governo era muito arrojado os juros, e os pequenos agricultores era excluído, não conseguia acessar empréstimo e era uma condição que não tinha retorno, não dava para ele pagar os empréstimos, ficava endividados (Eliezer Costa de Oliveira, ex-coordenador do Projeto Conviver e atual prefeito do município de Quixabeira. Entrevista em 14/02/2011).

⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁶ Superintendência da Agricultura Familiar.

⁷ Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

⁸ Conferência Episcopal Italiana.

É importante pensar aqui quais configurações socioculturais contribuíram para a intercomunicação desses sujeitos no processo organizativo e quais as reais possibilidades de desenvolvimento e transformação dos espaços regionais e locais. Considerando que cada territorialidade apresenta características que a diferencia das demais e traz para o presente os aspectos históricos, culturais e socioambientais, além dos econômicos e políticos, a constituição do “Projeto de Convivência com a Seca” apresentou-se desde o início como alternativa de convivência para as comunidades locais, território de atuação do projeto, que sofriam as consequências das irregularidades climáticas, dificuldades de produção, de cultivo do solo, manejo com os animais, dentre outras. Este gerou oportunidade de ocupação e renda e, a partir das próprias características locais, promoveu, necessariamente, um diálogo constante entre os saberes, considerando por um lado o saber popular do agricultor e por outro o saber técnico, colocados a serviço da preservação socioambiental.

Mas é em dezembro de 1997 que foi realizado o primeiro Festival de Feno e Silo na Escola Família Agrícola, para celebrar o término do ano civil e incentivar a produção do feno que seria armazenado como uma alternativa de alimentação para os animais em tempos de longa estiagem, fato frequente nesta região semiárida. Esse foi um processo que se implantou lá, e que ainda hoje se evidencia como uma das grandes inovações trazidas pelo Projeto APPJ-EFA-Conviver, para a convivência com o semiárido. Dados do Relatório Conviver revelam que nesse ano foram produzidas 748 toneladas de silagem (Figuras 6 e 7), quantidade considerada muito significativa, em uma realidade em que antes não havia alternativa de alimentação para os animais. Estes eram vendidos pelos agricultores para não vê-los morrer de fome (CONVIVER, 2009).

A realização desse festival constituiu-se, como dito antes, num marco para a organização de todos os sujeitos que dele participam. O primeiro passo para a organização do mesmo se dá quando, a cada ano, os agricultores se reúnem e, de forma participativa, elegem o tema do festival. Escolhido o tema, inicia-se o processo de formação, feita pelos técnicos do Conviver e monitores da Escola. Várias são as reuniões que acontecem nas comunidades para que as pessoas se apropriem do tema eleito e preparem, a partir dele, as apresentações culturais tais como música, dança, piegas, cantiga de roda, e outras. Em 2009, foram realizados 50 encontros em que participaram 428 pessoas das comunidades rurais para discutir o

desenvolvimento regional e elaborar proposições na linha de políticas públicas que os atendam nas suas especificidades, a exemplo da Lei 11.497/2009, que trata da qualidade da merenda escolar e estipula que a aquisição desta deve atender, no mínimo a 30% da produção da agricultura familiar (CONVIVER, 2009. p.7).



Figura 6. Produção de feno e silo por alunos na EFA.

Fonte: Acervo Fotográfico particular EFA e Projeto Conviver.



Figura 7. Produção de feno e silo nas propriedades das famílias.

Fonte: Acervo Fotográfico particular EFA e Projeto Conviver.

A festa se torna um momento de aprendizagem, dinâmico e alegre, em que os agricultores apresentam o fruto do seu trabalho, resgatam seus valores socioculturais, econômicos e religiosos, além da divulgação das práticas realizadas pela Escola e pelos produtores rurais. Resgata, assim, a alegria do povo. Esse é um dia que ficou registrado, desde sua origem, como sendo o dia dos agricultores. “Está chegando o dia do 2º Festival de Convivência com a Seca. É um dia de alegria, de estudo, de encontro e de troca de experiência. No Festival você tem vez e voz. Agricultor, coloque seus talentos em ação” (CONVIVER, 1998).

Essa organização dos agricultores ajudou-os a perceber que sua sobrevivência no sertão dependia da organização em grupo, em mutirão, e das inovações que chegavam, seja na forma de cultivo da terra, seja no cuidado com os animais, seja na reunião/união das pessoas. Na escuta dos agricultores feita através das entrevistas, esse é um aspecto que fica muito evidente. “Não é que o Conviver resolveu tudo, nem vai resolver, mas tá mostrando que a chave de tudo é a organização. Apesar de que tem muita gente que foge disto” (Gervásio Pereira dos Santos, agricultor. Entrevista em 22/09/2010). A fala do agricultor revela que, embora reconheça a importância da organização das pessoas no processo de desenvolvimento, entende que esta sozinha não é capaz de resolver os problemas dos agricultores, revela também as dificuldades enfrentadas, inclusive em sua comunidade, para mobilizar as pessoas para a luta do povo agricultor, ao que acrescenta: “Organizar exige tempo e dar tempo é aquilo que as pessoas chamam de dinheiro” (idem).

A princípio, o projeto buscou atender algumas demandas como infraestrutura hídrica através da construção de cisternas para captação e armazenamento de água: cisternas de bica, cuja água destina-se ao consumo humano, e de enxurrada para suprir a necessidade de água dos animais; formação das famílias agricultoras; transferência de tecnologia de convivência com o semiárido; financiamento da produção dos pequenos agricultores que culminou, em 2002, na fundação da Cooperativa de Produção, hoje a COOPES, tendo como Presidente a primeira coordenadora do Projeto Conviver. A fala de Maria José revela a forma de implantação de uma das ações do Projeto Conviver:

Aqui na região, na verdade, não tinha projetos para pequenos agricultores e se tivesse era muito difícil acessar, e se acessasse não tinha condições de pagar porque temos exemplo até hoje de agricultores que fizeram projetos e

não tiveram condições de pagar porque não eram projetos bem elaborados de forma a atender às necessidades do trabalhador e da condição financeira do agricultor familiar. E muitos se endividaram até hoje e não conseguiram se sair dessa vida (...) e aí tem exemplo do Projeto Conviver que primeiro estudava as condições do trabalhador rural, via o que era que precisava melhorar na sua propriedade, e a partir daí financiava um pequeno projeto para que ele pudesse desenvolver na sua propriedade, respeitando todas as normas de relação com o meio ambiente e eles podia pagar o seu projeto através da sua produção (Maria José Oliveira de Santana. Entrevista em 12/08/2010).

As ações desenvolvidas pelos sujeitos do projeto APPJ-EFA-Conviver em nível local têm em vista o desenvolvimento humano, visto na perspectiva apontada por Brandão (2009, p. 154) como um processo multifacetado de intensa transformação estrutural resultante de variadas e complexas interações sociais que ampliam as possibilidades de um determinado grupo/sociedade. Por meio da ativação dos recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, foi-se ampliando o campo de ação da coletividade, aumentando, assim, ano a ano, o crescimento nos seus diversos aspectos, quais sejam, sociais, econômicos, de organização e políticos. No Quadro 2, algumas das ações que foram desenvolvidas e podem ser contabilizadas, já que muitas outras, segundo Ronaldo Carlos Borges Leite e Adonias Neves Gordo, não são possíveis de ser contabilizadas, porque são consideradas por eles como “ganhos sociais” que estão na ordem da elevação da autoestima do homem e da mulher agricultores, do sentimento de pertença ao seu espaço e, na consciência social e política que foi sendo fortalecida, conforme já foi apontado em algumas falas anteriores dos sujeitos da pesquisa (Ronaldo Carlos Borges Leite, ex-administrador financeiro. Entrevista em 10/09/2010 e Adonias Neves Gordo, atual coordenador. Entrevista em 14/09/2010).

Quadro 2. Resultados alcançados desde 1997.

Ações desenvolvidas	Número
Eventos de formação (oficinas, seminários)	1000
Famílias diretamente beneficiadas pela formação	2000
Visitas de ATER	15.000
Agricultores acessaram o FCRS com ATER	310
Famílias sem crédito beneficiadas com ATER	500
Cisternas construídas	456

Aguas comunitárias construídas	08
Barragens subterrâneas	03
Poços artesianos	02
Festivais de Convivência com a presença de aproximadamente 15.000 pessoas	14

Fonte: CONVIVER, 2006-2010.

“A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 1997), e estas exigem movimentos que se pautem em valores como ética, justiça, dignidade, cooperação e solidariedade, fazendo parte da vida das pessoas no território em que elas se encontram. Este é o processo que o Projeto APPJ-EFA-Conviver vem desenvolvendo junto ao território de Quixabeira: auxiliar as famílias agricultoras seja no aspecto organizacional, técnico, educacional e de inclusão social.

2 Caminhos conceituais e práticas

[...] As uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como os produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político (SANTOS, 1994, p.19).

[...] pensar na construção de novas horizontalidades permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (SANTOS, 1994, p. 19).

2.1 Compreendendo as escalas como lugares do a-contecer sociopolítico

Este capítulo objetiva estabelecer o diálogo entre os conceitos de território e educação, analisando como esses dois processos, que carregam em si um alto grau de complexidade, têm contribuído para o fortalecimento das relações históricas, socioculturais, econômicas e políticas vivenciadas pelo Projeto APPJ-EFA-Conviver, que se acha inserido no território do município de Quixabeira-BA.

De acordo com Ribeiro (2010, p. 90), “a compreensão do modo como se constitui a organização ajuda a entender as práticas e os avanços enfrentados pela mesma”, ao que acrescentaríamos também, o entendimento dos desafios. Nesse intuito, procuramos percorrer a trajetória de articulação e formação empreendida, a princípio, pelo pequeno grupo de agricultores e, mais à frente, com os demais sujeitos parceiros, situados em outras escalas com as quais a Instituição vem dialogando nos seus mais de vinte anos de atuação. Dentre esses, encontram-se os quatro Territórios de Identidade (Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu e Sisal), cuja participação se dá seja na EFA, pela presença dos filhos dos pequenos agricultores e suas famílias como copartícipes da educação contextualizada desenvolvida pela mesma, seja pelo trabalho desenvolvido pelo Projeto Conviver e sua equipe técnica que os ajuda a avançar na parte produtiva e também de organização social. À escala local/territorial somam-se outras que facultam a interação dos sujeitos como, por exemplo, as Secretarias de Educação e Agricultura em âmbito estadual e nacional, além da participação em Fóruns e

Cooperativas com as quais são compartilhadas as experiências acumuladas no percurso histórico de ambas as partes. Todos esses sujeitos estabelecem diálogo entre si, compartilhando as suas vivências, que vêm carregadas de avanços, mas também de dificuldades. E, assim, esses e muitos outros sujeitos vão se agregando a este grupo que teve desde o início a perspectiva de, coletivamente, promover o fortalecimento territorial por meio do compartilhamento de saberes e fazeres de cada um.

Nesse sentido, o percurso traçado pelo Projeto aponta que este buscou se fortalecer a partir das forças locais, considerando os elementos históricos e culturais presentes na vida do seu povo, sem, contudo, desconsiderar as outras escalas, conforme nos aponta Ribeiro (2010, p.91): “A valorização e o reconhecimento apenas de uma única escala, a local, como a melhor para o desenvolvimento, significa reduzir as dinâmicas e as forças da globalização sobre os espaços e as estruturas produtivas”, evidenciando-se assim que o reconhecimento e valorização do local não prescindem das forças presentes em outras escalas, ao contrário, é no estabelecimento do diálogo entre as diferentes escalas que o processo de territorialidade se fortalece e avança, revelando as experiências, contra o desperdício destas, conforme Sousa Santos (2006, p. 94) quando sugere que se busque evidenciar as:

[...] lutas, iniciativas, movimentos alternativos, muitos dos quais locais, muitos dos quais em lugares remotos do mundo e, assim, talvez fáceis de desacreditar como irrelevantes, ou demasiado frágeis ou localizados para oferecer uma alternativa credível ao capitalismo (SANTOS, 2006, p. 94).

Na busca de valorizar o diálogo entre as escalas e sem negar a importância e o valor das potencialidades locais para o desenvolvimento do lugar, Brandão (2007, p.15) alerta-nos para o cuidado com a exaltação da escala local como aquela capaz de promover o desenvolvimento. Para o autor, a idéia de desenvolvimento *uniescalar* não encontra lugar no mundo atual, e as políticas que apresentam os melhores resultados são justamente aquelas que não priorizam nenhuma escala, ao contrário, reforçam justamente as ações multiescalares. A escala demarca o campo das lutas sociais e serve de suporte para efetivação de projetos e ações que promovem a relação de identidade e pertencimento, podendo também ser vista como um campo onde se revelam os conflitos e as contradições, uma vez que esta

se apresenta como campo “político” e campo da “práxis política” (BRANDÃO, 2009, p. 171-173).

De fato, a escala é o lugar do a-contecer e, nesse processo não há como fugir do enfrentamento do poder de decisão instalado em cada uma delas, bem como da interpretação dos processos socioespaciais que aí se evidenciam. Vista como espaço sócio-político que possibilita ações contestatórias, a escala faculta a construção de estratégias capazes de resolver os problemas detectados num determinado território. “O desafio científico e político consiste em definir o que e com quais meios cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar” (BRANDÃO, 2009, p.173).

2.2 O diálogo entre as escalas e a construção do território

Pela experiência em análise, acredita-se que um grupo de agricultores, fechados em sua escala local, teria tido muito mais dificuldade para conquistar o desenvolvimento que almejava, e ocupar espaços tidos como muito distantes do seu mundo: “o mundo da negação do rural, do agricultor, do não saber”. Contudo, essa negação foi quebrada pelo diálogo estabelecido entre as diversas escalas, fator decisivo para que o local vá, pouco a pouco, dentro da dinâmica de limitações impostas pela globalização, redefinindo-se e afirmando-se em seu espaço.

Destaca-se que não se pode “coisificar” o território e pensá-lo como um coletivo, uma estrutura em que os sujeitos são passivos e não tomam as decisões, pelo contrário, este se constitui num espaço de produção social, de conflitos e, por vezes de contradição, em que as relações e decisões locais, regionais e globais enfrentam-se e confrontam-se entre si. O processo de globalização, atualmente, tenta impor de modo decisivo o domínio do mundo através das grandes organizações e as tecnologias que são usadas de modo irrefletido, mas a realidade dos territórios e as contingências do meio associado impedem a desejada homogeneização. (SANTOS, 2009, p. 45)

Assim, contrapondo-se ao capital que busca se estabelecer como sujeito de todos os processos, incluindo, o território nesse jogo mercadológico, o local torna-se o espaço das lutas sociais e políticas e, com base na sua tessitura material e relacional vai construindo projetos carregados de sonhos e utopias e, de modo

coletivo, vai tecendo a sua história juntamente com os sujeitos que o compõem, inter-relacionando-se com as diversas escalas, num esforço para se contrapor às barreiras impostas pelo pensamento “abissal” que consiste em dividir de modo radical a realidade social em dois universos bem distintos e para além do qual não é concebível a presença dos dois lados da linha.⁹

Para o pensamento abissal, o lado da linha em que se situam os territórios coloniais, há apenas inexistência, invisibilidade, ausência não dialética e a dicotomia da apropriação/violência, lógica que o outro lado da linha, o da regulação/emancipação não comporta. Dá-se aí o desperdício da experiência do que não se enquadra nessa lógica. Tanto as experiências quanto os sujeitos dessas experiências são invisíveis aos olhos do pensamento abissal. Para contrapor-se à linha que se assenta na invisibilidade dos conhecimentos populares, leigos, dos camponeses, Sousa Santos (2009, p.94) sugere como alternativa a quebra do monopólio desse e apresenta o pensamento pós-abissal como reconhecedor das desigualdades sociais e como aquele que necessita da co-presença, reconhecendo que as práticas e os sujeitos de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários. A escala, e nesse caso a local, é o espaço de oportunidade para que os sujeitos de um determinado território possam, assumindo as hierarquias e os conflitos que envolvem os aspectos sociais, político, econômico, cultural e religioso, dentre outros, busquem construir de modo coletivo estratégias de transformação (BRANDÃO, 2009, p. 172).

Para Hissa (2009, p. 41), a divisão imposta pelo pensamento abissal não ocorre sem deixar sequelas profundas no que ele se designa como *um mutilador e essencial apartheid*. Desse modo, a globalização hegemônica promove a desvalorização da escala local nos seus aspectos sociais e culturais, por um lado, e, por outro, torna evidentes as desigualdades socioespaciais e as especificidades culturais, políticas e sociais dos diferentes lugares, sendo que cada realidade irá responder à racionalidade hegemônica de acordo com suas especificidades e potencialidades. O mundo rural, do pequeno agricultor, representa um desses “corpos do mundo” que luta para a emancipação social, política e cultural.

⁹ Para Sousa Santos, (2009, p. 77-93), as linhas cartográficas que dividiam o Velho e o Novo Mundo, na era colonial (constituindo os dois lados da linha) ainda subsistem no pensamento moderno ocidental permeando as relações políticas e culturais do tempo presente. o reconhecimento da existência dessas é condição para a superação dos processos de exclusão que tal pensamento impõe.

As conquistas sociais dos sujeitos dos lugares são disseminadas, menos ou mais intensamente, através de rede de lugares ou do corpo territorial. Por tais motivos, o território pode ser compreendido como espaço social de diálogos possíveis e imprescindíveis para a transformação do mundo (HISSA, 2009, p. 69).

Ademais, se as escalas interagem entre si de modo mais ou menos intenso por meio de relações dialéticas que por vezes se conflituam, por vezes se contradizem, essas relações também acabam por fortalecer as desigualdades e exclusões, cabendo à escala global a oportunidade de desenvolvimento, uma vez que o capital busca sempre os campos onde possa obter maiores oportunidades de lucro, enquanto à escala local resta o nível do “subdesenvolvimento”, incluindo-se aqui o que Leff (2009, p. 35) chamou de dependência tecnológica e desenvolvimento deformado, caracterizados pelo aniquilamento de grande parte das práticas produtivas tradicionais, o que, conseqüentemente, lança no mercado grandes massas de mão de obra desempregada e subempregada, quase sempre oriundas do campo, impedindo assim, a promoção do desenvolvimento que ele chama de “autodeterminado e sustentável.”

Para Santos (2009), a técnica desempenha papel de destaque no mundo atual, contudo, não deve ser considerada como a única responsável pelas mudanças sociais ocorridas. Nesse sentido, o desenvolvimento rural não teve, por um lado, acesso aos implementos modernos e, por outro, sofreu o desaparecimento de grande parte do setor de subsistência, impedindo que o homem do campo tivesse garantido um nível de sobrevivência digna. Seus produtos são desvalorizados em relação a outros oferecidos pelo mercado e que compõem a cesta básica. A esse modelo, Leff (2009) define como “(...) o modelo de desenvolvimento econômico que produziu desequilíbrios tanto no nível nacional como no regional e local gerando efeitos de desintegração cultural e degradação ecológica (...)”. Por isso, quando agricultores se organizam e buscam interna e externamente construir espaços sociais de produção e de convivência, estão lutando para reverter essa lógica perversa.

Conforme Ribeiro (2009, p. 187), o projeto de desenvolvimento imposto pelas agências internacionais, com vistas ao desenvolvimento dos países periféricos, não resolveu, ao contrário, acirrou os problemas de ordem ambiental e aumentou a exclusão social. Na tentativa de reverter esse quadro, a partir dos anos 90, passou-se a enfatizar o poder local, trazendo para o centro, os sujeitos sociais e políticos,

através das organizações sociais que animam os territórios, expressão dos saberes históricos e socialmente construídos. Assim, compreende-se que, mesmo com a ênfase dada aos sujeitos territoriais e às organizações sociais e que os processos de desenvolvimento ocorram localmente, têm-se presentes as condições impostas pela globalização sobre os variados processos de desenvolvimento, exigindo cada vez mais eficiência, eficácia, lucro, competitividade, modelo este que vê o desenvolvimento como algo linear, desconsiderando os contextos nos quais se encontra inserido.

Para sobreviver e manter-se nesse mundo atual a partir da escala local e com base em outra lógica, necessita-se carregar consigo além do projeto, o sonho, conforme os diferencia Santos (2009, p. 79) com base nos estudos de Gaston Berger. Para este, o projeto não se deixa confundir com o sonho porque o sonho não exige um tempo objetivo, pré-determinado, já o projeto “prepara uma execução”, exige aplicação e trabalho metódicos, que se baseiam numa ordem, conferindo-lhe eficácia na ação. O sonho alimenta a alma dos que lutam para a construção de um mundo melhor, onde se articula a justiça social com justiça ecológica, e quebra a lógica que Sousa Santos (2006, p.108) define como a monocultura do tempo linear, cujo sentido caminha num crescente cronológico: progresso, modernização, desenvolvimento, globalização. Aqui a lógica do tempo assume outras dimensões, outras métricas.

2.3 Reflexões em torno do conceito de território como espaço da vida cotidiana

A configuração territorial, todavia, é um todo. Ao mais rico e afoito dos mercadores, de nada valerá comprar um trecho de estrada de rodagem. Que poderá fazer com essa prenda? De que serve adquirir um pedaço de uma rua? Que se pode fazer com esse fragmento, senão utilizá-lo dentro de e em função de uma totalidade das coisas que formam a configuração territorial? (SANTOS, 2008a, p.85).

O conceito de território, assim como o de identidade, surge no contexto das preocupações de unificação alemã (PERICO, 2009, p.54). Está associado também à institucionalização da geografia como disciplina nas universidades europeias, que na década de 1870 visavam estudar essa disciplina a partir das formulações de Friedrich Ratzel. Foi ele o responsável pela divisão da geografia em campos de investigação como política, biogeografia e antropologia. Sua dedicação, contudo, foi

para a Geografia Humana, buscando compreender as relações entre as circunstâncias naturais e a humanidade. Assim, elaborou o conceito chave de território e de espaço vital, que, uma vez apropriado pelos nazistas, levou-o ao desprestígio, cedendo espaço para o conceito de região, defendido pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, que a definiu como “uma área com propriedades homogêneas que a diferencia de áreas adjacentes” (SCHINAIDER; TARTARUGA, 2005).

A partir dos anos 70, o conceito de território volta a ser debatido, incluindo aí controle espacial ou simbólico de determinadas áreas e atribuindo-lhe um sentido mais amplo. Assim, o território deixa de ter o Estado como única fonte de poder e de controle espacial. Entram em cena as relações sociopolíticas que se estabelecem na apropriação, configuração e controle do espaço. Nesse sentido encontramos em Santos (1994) que

[...] O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação, e ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 1994, p. 15).

Com o fim da Guerra Fria e a passagem do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, sob a tendência da descentralização, os estudos sobre território ganham maior relevo. Raffestin (1993) abordou o território como projeção do trabalho humano em um determinado espaço físico. Para ele, o território é um “(...) espaço onde o trabalho humano é projetado, desde a energia até a informação, e em decorrência revela relações marcadas pelo poder.” Assim a constituição do território a partir do espaço, dá-se na ação conduzida por sujeitos históricos. Ao apropriar-se do espaço, de forma concreta ou abstrata, o sujeito o territorializa:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

Para Hissa (2009, p. 58), não há conceito puro de território, este é resultado de conversações epistemológicas e encontra sentido quando estabelece vínculo

com a realidade concreta, estreitando a relação entre teoria e realidade. Ressalta ainda que a construção do conceito de território passa pela relação dos sujeitos com o mundo, corroborando com o pensamento de Freire (2009, p. 47) para quem o homem é um ser de relações e não apenas de contatos. Ele não está apenas no mundo, mas com o mundo, ajudando na sua construção/transformação a partir dos desafios enfrentados.

Em Saquet (2010, p. 64) encontramos que a multiplicidade de abordagens territoriais que se expressa sob diversas perspectivas epistemológicas, sejam elas na área da Sociologia, da Filosofia ou da Geografia, apresentam-se renovadas e voltadas para multiplicidade de relações e processos que comporta. O autor apresenta, a partir de estudos feitos em diversos autores das ciências sociais, um conceito de território que pode ser agrupado em três tendências: a) uma mais conservadora e materialista, b) uma centrada no conceito de território usado, corroborando com o pensamento de Santos, c) uma terceira que se volta para a dimensão territorial do desenvolvimento ligada às redes e às relações sociais. Para o autor, não convém fazer uma abordagem limitada do território, pautada na atuação de determinados sujeitos, por exemplo, o estado com estruturas, funções, hierarquias. Ao contrário, requer um movimento social, humano, político, cultural que extrapole linhas limitantes do espaço físico, embora ressalte que, no exercício do poder político possa ocorrer a centralidade deste em alguns aspectos, como, por exemplo, as capitais dos estados. Nesse sentido, Santos (2007, p. 134) denuncia que “o território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados.”

Conforme Ribeiro (2009, p. 210-211) a evolução do conceito de território passa por diferentes áreas e abordagens até se chegar à discussão que ora vigora, e ressalta que, apesar da relevância que o conceito tem adquirido nos últimos tempos, os debates sobre os diversos modelos de território ainda se apresentam de forma precária e não são capazes de responder à complexidade que este comporta. Desse modo, chama a atenção para o “reconhecimento da pluralidade, complexidade e fluidez dos territórios” no processo de reconhecimento dos mesmos.

No território em estudo, fica evidente o caráter complexo, sócio-histórico-cultural que o constitui, seja pelos conflitos travados em torno da posse da terra, seja pelo cultivo desta comunitariamente, como forma inicial de organização social dos grupos ou ainda pela criação de um espaço de formação (educação formal e não

formal) permanente para atender aos filhos dos agricultores e suas respectivas famílias no seu contexto sociocultural, econômico e político, enfim, toda a produção que aqui se realiza, reafirmando a complexidade que perpassa a formação dos territórios.

Assim, a reflexão acerca do território nos leva ao entendimento de que todos, indiscutivelmente, habitamos, produzimos, consumimos, nos relacionamos das mais diversas formas, em algum lugar, ou seja, são várias as possibilidades de construção territorial que reproduzirão sempre as relações afetivas, comunicacionais, produtivas, culturais, religiosas, políticas e econômicas e de poder. Estar presente e pertencer a um território é viver e viver conforme as singularidades de cada lugar, a partir dos saberes e dos valores culturais, religiosos, políticos e econômicos aí construídos. Direito, política e jurisdição são características específicas do ser humano e estão também presentes na constituição do território, espaço que deve garantir acessibilidade, oportunidade e segurança aos sujeitos que o constituem (SAQUET, 2010, p.68-69). O território é sempre resultado das ações humanas, demarcando e organizando o espaço, seja jurídica, cultural ou economicamente. Para Ribeiro:

Numa perspectiva crítica, o território é visto como um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite e uma alteridade: a diferença entre “nós” e os “outros” [...] um território é uma rede de relações sociais e produtivas, capazes de produzir singularidades. (RIBEIRO, 2010, p. 90)

Esses aspectos territoriais estão presentes no território de Quixabeira, cuja singularidade se expressa na vida camponesa e, por conseguinte, na vida dos sujeitos que participam do projeto APPJ-EFA-Conviver, gerando suas identidades, seu sentimento de pertença, suas condições de vida.

“É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (SANTOS, 2007, p.144). Nesse sentido é que o sujeito adquire seu valor e goza dos direitos de cidadania e igualdade no espaço em que vive. É neste que terá a garantia aos bens e serviços sem os quais a vida não pode ser vivida com um mínimo de decência e dignidade. Quando a localização dos serviços essenciais de um território favorece a lei do mercado, tudo contribui para o aumento das desigualdades sociais. Os resultados do processo de globalização geram impasses no plano econômico, social, político e ambiental contrapondo-se aos processos de

gestão social e intervenção sobre a realidade.

Conclui-se que o desenvolvimento e o progresso prometidos pela ciência moderna, evidenciando o seu caráter hegemônico, criam e recriam espaços subordinados a essa lógica, e geram uma dependência que impede os espaços periféricos de romperem com as desigualdades que os separam. Evidencia-se também que países em desenvolvimento não conseguem competir com os desenvolvidos, tendo em vista a qualidade de vida e o bem-estar de suas populações. Isso se repete dentro de um mesmo país e está explicitado pelo nível de dependência entre os centros e as periferias. Outro exemplo dessa lógica são os grandes centros e os espaços mais afastados, espaços rurais, em que se encontram os pequenos agricultores da agricultura familiar e para quem, o difícil acesso aos bens e serviços é uma dura realidade que precisam enfrentar cotidianamente.

Nesse sentido, ao discutir o conceito de cidadania, Santos (2007, p. 40) faz uma distinção entre a cidadania urbana e a cidadania rural. Para o homem do campo tudo é mais “custoso”, as coisas se tornam quase inacessíveis. Ele tem que responder a uma economia cada vez mais moderna, concentrada, ausência de emprego e renda por um lado e, por outro, as enormes distâncias que os separam, além das oscilações da natureza que, no território semiárido, vão da escassez das chuvas ao rigor do sol constantes. Há ainda que se considerar o precário acesso aos serviços sociais como educação, saúde, lazer, moradia digna, água, e outros.

Percebe-se assim que a cidadania rural não responde à articulação entre liberdade política e igualdade social proposta na Constituição Federal como um direito de todos conforme seu Art. 6º (BRASIL, 1888). O mapa de pobreza e desigualdades sociais do município de Quixabeira revela as condições de vida da sua população, indicando o quão precisam organizar-se, avançar, para ocupar o espaço cidadão de direito, como orienta a legislação do País (Tabela 5). O índice de pobreza subjetiva¹⁰ é um revelador de como as pessoas se percebem, consequência da falta de acesso aos serviços oferecidos no município. A luta organizada dos agricultores ocorre com vistas a mudar essa situação.

¹⁰ Pobreza subjetiva consiste em as pessoas se sentirem pobres mesmo tendo as suas necessidades básicas atendidas, por não alcançarem o nível de vida que desejam o que em geral se relaciona ao acesso a produtos e serviços vinculados a moradia, saúde, educação, ou por haverem perdido o nível de vida em que viveram em períodos anteriores. Para mais informações cf. GIARRIZZO, 2007. p.6.

Tabela 5. Índices de desigualdade social em Quixabeira.

Limite de pobreza	Pobreza subjetiva	Índice de Gini
25,37%	35,69%	0,34%

Fonte: IBGE, 2003.

Para Santos (2007) não há justificativa para os des-serviços oferecidos aos que habitam territórios mais distantes. Ele sugere um plano estratégico que considere as realidades sociais e realizem um esforço com vista a atendê-los de forma equitativa. Sugere ainda que os territórios não sejam atendidos de maneira unitária, mas que cada sub-região leve em consideração algumas variáveis que as difere de outras, considerando a própria realidade socioeconômica e cultural:

Nessa situação, as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem de um recurso institucional para que sua voz seja ouvida. Faltam às regiões câmaras representativas regionais, cuja tarefa essencial seria a de propor os modos próprios de regulação da vida regional, que é cada vez mais diferente dos demais subespaços (SANTOS, 2007, p. 147).

O autor, ao tempo em que sugere uma organização que considere os aspectos sociais do local e seu entorno como forma de dar vez e voz aos sujeitos, realiza uma crítica à divisão territorial que não consegue estabelecer uma qualificação local que abranja tais aspectos. “O território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de alcançar um projeto social e igualitário.” (SANTOS, 2007, p.151.) E conclui que só haverá democracia quando todos os cidadãos forem considerados como iguais, independentemente do lugar onde estejam. Logo, o campo do pequeno agricultor é também um lugar de direitos e, como tal, este deve acessá-lo de forma integral.

2.4 O papel do Estado na instituição da Política Territorial Rural de Identidade e Cidadania

Com vistas à redução das desigualdades, nos últimos anos, o Governo Federal vem, através do seu agente principal, o Ministério da Integração Nacional – MIN, promovendo a política regional. Algumas das estratégias assumidas em nível Federal estão descritas no Artigo 1º e 2º do Capítulo I do Decreto nº 6.047/2007:

Art. 1º A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição.

Art. 2º A redução das desigualdades regionais se norteia pelas seguintes estratégias:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

Parágrafo único. As estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica (BRASIL, 2007).

Fica evidenciado nestes artigos e em grande parte do documento o tratamento dado aos temas “território” e “identidade.” Não se percebe um realce à identidade cultural do homem do campo na sua diversidade, nem à importância desse grupo social na história do país. O documento revela em seus objetivos uma maior preocupação em responder a aspectos ligados às desigualdades sociais, em promover oportunidades de desenvolvimento, melhoria na política de investimentos, inclusão social, competitividade econômica, mas pouco realce é dado ao fortalecimento das identidades dos sujeitos e ao território na sua complexidade, preocupando-se mais com questões ligadas a infraestrutura. Quando mencionada a identidade, é para referir-se mais das vezes à cultura nacional, a aspectos da pobreza ou grupos menos favorecidos. Quanto ao conceito de território, as menções estão voltadas para região, sub-região, regional. Para Perico, isso cria uma distância conceitual entre região e território:

(...) “o uso do conceito (identidade) se restringe a uma utilização muito específica e limitada ao vincular-se, por um lado, à cultura e, por outro, à pobreza. (...) O conceito perde a capacidade de construir um novo paradigma para o planejamento público federal... perde seu potencial inovador e assume um alcance limitado quanto ao uso” (PERICO, 2009 p.66-67).

Como suporte a essa política, existem alguns programas e planos dentro e fora do MIN que, além de reforçar as ações do Governo Federal, no sentido de reduzir as desigualdades regionais, realizam diagnósticos dos principais problemas presentes nas várias regiões do país, procurando ainda identificar as tendências econômicas, sociais e demográficas e, a partir dos dados levantados, propor ações no sentido de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Para tanto procura.m valer-se das potencialidades “endógenas” e “exógenas” dessas áreas. Nesse intento, conforme expresso no II do Art. 7 do Decreto nº 6.047/2007, o Governo Federal sinaliza uma busca de parceria com a sociedade quando se propõe “ouvir opiniões e sugestões da sociedade, por meio de mecanismos e canais de participação que componham instâncias de concertação regional, quanto à formulação dos planos, programas e ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nas diferentes escalas referidas no art. 3º deste Decreto”. (BRASIL, 2007.) Também são postos como objetivos do PNDR articular as ações de instituições federais, estaduais, municipais e locais. Nesse intuito, outros ministérios se envolveram nesta ação lançada pela Presidência da República. Dentre os objetivos presentes no Plano Plurianual (PPA), instituído pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o PPA para o período 2004-2007 (BRASIL, 2004), há destaques no sentido de reduzir as desigualdades regionais. A Política do PNDR considera duas vertentes:

1. Rendimento domiciliar médio por habitante, calculado a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, elaborado pelo IBGE.
2. Variação dos Produtos Internos Brutos microrregionais entre 1990 e 1998, calculada com base nas estimativas dos PIBS municipais elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (CARDOSO, et. al, 2009, p. 51).

Compondo os Ministérios que se responsabilizam juntamente com o MIN pela implementação de programas voltados para o desenvolvimento regional, está o MDA, que promove o Programa Territórios da Cidadania, cujo objetivo está no

desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem em regiões mais empobrecidas, especialmente no meio rural.

Aos Territórios de Cidadania cabe a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. Atualmente, o Brasil está organizado em 120 Territórios de Cidadania e a Bahia em 26 deles, conforme Figura 8, na qual está inserido o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, espaço em que se localiza o território estudado:

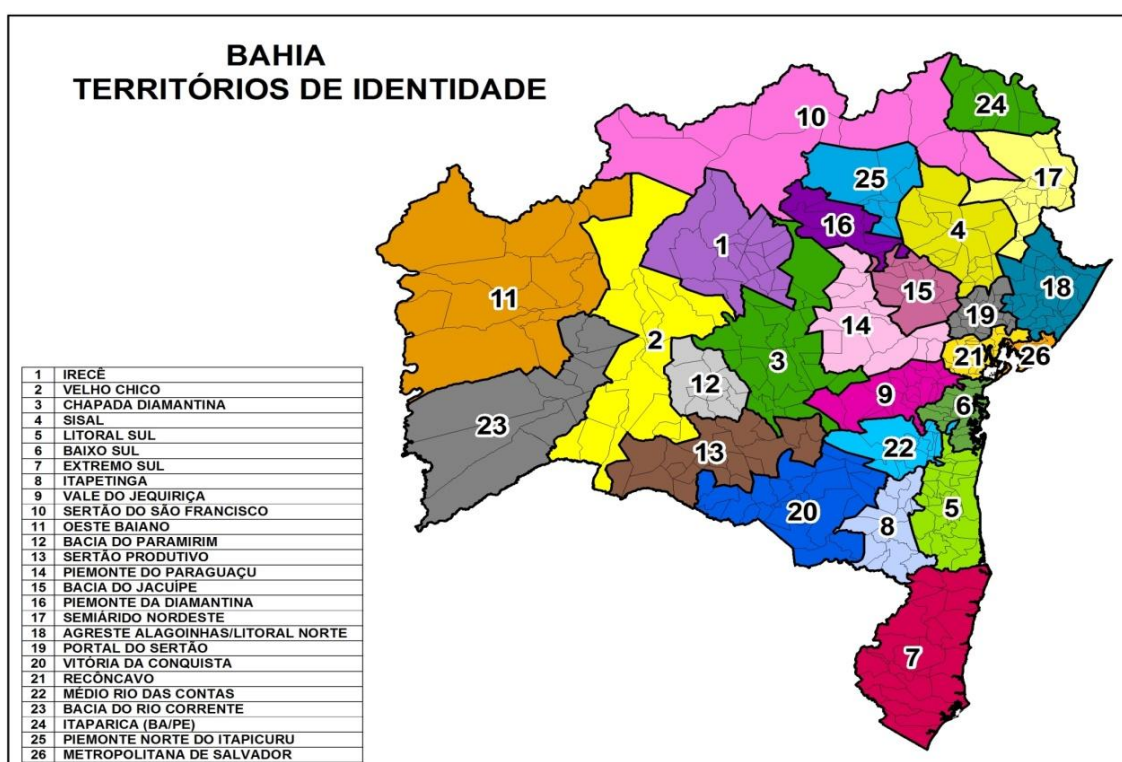


Figura 8. Bahia: Territórios de Identidade.

Fonte: SEI, 2007.

Quixabeira e mais treze municípios compõem o Território de Identidade/ Cidadania da Bacia do Jacuípe (15 no mapa) que abrange três regiões: Piemonte da Chapada Diamantina, Sisaleira e Bacia do Paraguaçu. O Território Bacia do Jacuípe ocupa uma área de 13.062,32 km², com aproximadamente, 213.021 habitantes. O perfil agrário do Território tem como base 90% de pequenos agricultores com área

média de 10 ha, necessitando ainda de regularização fundiária (SENA, 2006). A política de territorialidade tem ganhado força nesse espaço, a exemplo da aprovação e lançamento do seu “Plano de Desenvolvimento Sustentável.” A SDT/MDA apresenta como missão “Apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação de políticas públicas” (PTDS 2010/Bacia do Jacuípe). Numa reflexão sobre os processos socioeconômicos e culturais, Santos (2008b) oferece-nos a “chave” para o trabalho em prol da construção da cidadania:

A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político territorial, com indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. (SANTOS, 2008b, p.113.)

Ainda como ação do Governo, com vistas à promoção da cidadania, outro programa desenvolvido pelo MDA em prol do desenvolvimento regional rural, e que também está presente no Território de Quixabeira e também no Projeto APPJ-EFA-Conviver é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para atingir os objetivos propostos pelo programa, que são de valorizar e fortalecer a agricultura familiar, é necessário considerar vários fatores, dentre eles: as formas de apropriação da tecnologia, os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais que, para serem implementados, exigem grande articulação entre a diversidade de sujeitos e instrumentos propostos.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa é apresentado como aquele que pratica as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. O acesso ao Programa inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o Sindicato Rural ou a EMATER para obtenção da Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF, que será emitida segundo a renda anual

e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito.

Para ter acesso ao crédito, o agricultor deve estar com Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado e isento de dívidas. As condições de acesso ao crédito PRONAF, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho. Dentro da política da territorialidade rural assumida nos últimos tempos, o território rural tem sido visto como espaço multidimensional de poder. Este se apresenta de modo essencial para a compreensão da dinâmica dos processos de desenvolvimento, principalmente aqueles que se dão em escalas locais/regionais. Isso porque o poder expresso pelos sujeitos sociais sobre o espaço e sua apropriação leva a novos usos, a transformações espaciais, e tendencialmente a processos de reestruturação territorial.

Constata-se que, além do PRONAF são apresentadas, pelo Governo Federal, outras iniciativas com a intenção de fortalecer a territorialidade rural. São desenvolvidos programas como o de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER¹¹, e o Programa de Aquisição de Alimentos PAA¹² dentre outros. Contudo, o que se percebe é que ainda não existe um diálogo entre essas iniciativas. Não se percebe efetivamente onde e como esses programas se articulam na prática, o que termina por gerar desperdício de saberes e de dinheiro. Sente-se a necessidade de que sejam pensadas formas de gestão mais contemporâneas e que correspondam aos níveis em que se encontram os vários territórios.

Nesse movimento há a presença do Estado, embora seja perceptível que é a força de sociedade civil, através da organização e da pressão política exercidas sobre este, que vem contribuindo para alguns avanços nesse sentido.

Reconhecer esse campo democrático em construção significa reconhecer que, no cenário dos dilemas atuais, a luta por direitos circunscreve um campo de conflitos que é também de disputa pelos sentidos da modernidade, cidadania e democracia (ALVAREZ, 2000, p.114).

¹¹ Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais . Art. 2º, (inciso I da Lei 12.188 de 11/01/2010).

¹² Uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Para Brandão (2007, p. 20) “O instrumento de intervenção política sobre uma realidade localizada pode estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo, instância de poder”, contudo defende que, ao se pensar política pública territorializadas, se faz necessário articular as várias escalas, arenas políticas, e nível de governo que compõem a teia territorial. Segundo Santos (2008a, p. 105) a imbricação dos fatores internos (local) e externos (país, mundo) é responsável pela organização do território, sendo que a realidade externa depende do interno e não há como o externo se integrar se a realidade interna não oferecer as condições de recebê-lo.

Com todas essas iniciativas no território nacional, os problemas ligados à questão da terra poderiam ter sido minimizados. Pode ser que em alguns aspectos tenham sido atenuados, mas, ainda assim, a realidade vivenciada pelo homem agricultor, num passado recente e ainda hoje, carrega em si grandes conflitos pela posse e uso da terra. Conforme dados parciais da CPT, organizados em setor de documentação em 30/08/2010, de janeiro de 2009 a julho de 2010, o Nordeste deteve 54% dos casos de conflito no campo, passando de 95 em 2009 para 126 ocorrências em 2010, enquanto no país esses dados caem de 547 em 2009 para 365 em 2010 (CPT, 2010). As lideranças desse espaço, que lutam por seus direitos, se não são assassinadas com a mesma frequência de antes, ou sofrem pressões políticas, ou são “recrutados” pelo governo na sua esfera municipal, estadual e/ou federal para incorporar os programas de governo que nem sempre atendem às reais necessidades dos homens que vivem e sobrevivem no e do campo. Ocorre assim, “um esvaziamento e em muitos casos um atrelamento desses sujeitos à ação do estado”. É assim que Ivo (apud SANTOS, 2007, p. 42) se refere à dominação exercida sobre o camponês.

Diante dessa realidade, embora não se tenha respostas a todos os questionamentos aqui levantados, reconhece-se que há sinalização de avanços em alguns desses aspectos: Os que permanecem na luta por vida digna no campo estão recebendo de fato o apoio estrutural de que necessitam? Quais espaços lhes são facultados? As mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural têm lhes facilitado acesso a trabalho e renda? Qual a aceitação dos seus produtos em um mercado dominado pelos interesses do agronegócio? Quais são as dificuldades para que os pequenos agricultores tenham acesso à terra?

O trabalho que o Projeto APPJ-EFA-Conviver vem desenvolvendo, juntamente com as famílias agricultoras e demais agentes parceiros, nas suas variadas escalas, tem buscado superar os desafios que foram impostos ao homem do campo pelo projeto hegemônico de concentração fundiária, de expropriação e de expulsão dos homens agricultores do campo. A partir das relações estabelecidas e do compartilhamento de saberes e técnicas, algumas possibilidades são vislumbradas pelos sujeitos territoriais como forma de enfrentar esses desafios e contribuir para transformação local/regional do município de Quixabeira, demonstrando que as comunidades rurais têm capacidade de diminuir, em alguns aspectos, a dependência, através da organização social e da criatividade que acompanha o ser humano, como acreditava Furtado (1978). A inovação que a organização social do grupo vem propondo contempla os aspectos educacionais, de formação social e política, considerando que a agricultura familiar possui viabilidade econômica, e traz consigo um grande contributo, ecológico e de justiça social:.

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiãs da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim, a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (...) e ambientais (SACHS, 2001, p.78).

2.5 A Pedagogia da Alternância adensando os sentidos territoriais

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. (FREIRE, 2009, p.104.)

A experiência que o Projeto APPJ-EFA-Conviver tem desenvolvido na perspectiva de formação das famílias agricultoras, seja no aspecto da educação formal, através da formação dos filhos dos pequenos agricultores como técnicos em agropecuária, seja no aspecto não formal, que inclui desde a formação sociopolítica, de cooperação e solidariedade, a técnicas de cultivo da terra e manejo dos animais, representa uma tentativa de articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, assim como o de desenvolvimento das potencialidades territoriais.

As formas de produção, cultura, organização social, política e econômica são relações que se estabelecem no território de forma concomitante, interativa e que se complementam. Não existem em separado, ao contrário, reforçam e revelam a complexidade que ocorre na constituição territorial. Os processos educativos, expressão dos saberes dos sujeitos, também não ocorrem fora do território. Com o desafio de promover a emancipação humana, a formação das pessoas visa mudar as condições materiais, o que conseqüentemente implica numa mudança do universo simbólico e na ampliação do significado do trabalho como constituinte da identidade dos sujeitos.

Desse modo, não há como analisar tais eventos por partes. Se assim se proceder, estará promovendo dicotomias, onde as relações sociais aparecem como totalidade e o território como elemento secundário, contradizendo o conceito de território que o vê, não como um passivo, mas como o lugar dinâmico, em uso, onde os sujeitos que nele vivem e atuam nas mais diversas instâncias, contribuem de modo significativo com suas ações, sejam estas no jeito de falar, trabalhar, vestir-se, cooperar, argumentar, socializar. Ademais as relações não ocorrem no vazio. Elas se dão no lugar, com o objetivo de transformá-lo. Se o território é também um espaço geográfico, político, aí os sujeitos desenvolvem seus projetos de vida em busca do desenvolvimento.

A organização do território de Quixabeira tem se voltado em grande parte para a realização da existência de famílias agricultoras. Nesta, estão presentes a diversidade sociocultural do campo e da agricultura familiar, e o papel da APPJ-EFA-Conviver, no seu campo de atuação, tem sido de fortalecer a prática social e pedagógica dentro do território por meio das ações que vem desenvolvendo.

A sua atuação tem se dado, seja pela educação formal oferecida pela EFA Jaboticaba que atua pela PA, conforme já mencionado anteriormente, oferecendo o curso de Educação Profissional Técnica em Agropecuária aos jovens filhos de pequenos agricultores que vivem no e do campo, seja através da formação socioprodutiva coordenada pela Escola e pelo Projeto Conviver, que contempla, além das famílias com filhos matriculados na Escola, outras pertencentes às comunidades de onde provêm os alunos e que desejam também participar do projeto.

Dessa forma, pela importância que a educação desempenha na constituição do território, o projeto educacional e em especial aquele que atende aos filhos dos

pequenos produtores rurais, precisa contemplar a diversidade e amplitude dos saberes desses sujeitos, tendo-os como protagonistas dos seus processos e não apenas beneficiários ou usuários. Nessa perspectiva, a educação se deve realizar como um instrumento de desenvolvimento e este se concretiza e materializa no dia a dia dos homens e mulheres, na realidade onde vivem.

Assim, como sujeitos partícipes do projeto educativo que lhes possibilita fortalecer-se na sua identidade e na expressão dos seus saberes, os jovens e as famílias, formadas nesse processo, atuam como multiplicadores de técnicas e práticas agropecuárias nas comunidades rurais e também como animadoras dos demais serviços sociais, comunitários e religiosos. Na sua organização, a EFA de Jaboticaba seguindo os princípios da PA, propicia na sua própria estrutura uma gestão participativa e uma pedagogia inovadora, carregada de significados socioculturais e que tem buscado unir teoria e prática.

Mediada por instrumentos específicos, todos os sujeitos participam da “ciranda” que leva e traz realidades, conhecimentos e potencialidades que, quando confrontados num diálogo interativo, constrói novos saberes, novas experiências, novas perspectivas, novo modo de perceber o mundo, porque os sujeitos desse processo puderam dizer sua palavra, participar, problematizar, construir, revelar o ímpeto criador de que nos fala Freire (2001, p.31) e para quem a educação é mais autêntica quanto mais desenvolve o senso de criatividade, apresentando-se como desinibidora e não restritiva, oferecendo, assim, a oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos.

Parte desse processo é facultado pelos instrumentos pedagógicos que representam uma das características da PA (Quadro 3). Estes não acontecem de modo solto. Estão organizados e articulados ao dispositivo pedagógico chamado Plano de Formação, que possibilita uma “alternância integrativa que valoriza, de fato, e prioriza a experiência como lugar de aprendizagem e formação” (BEGNANI, 2006, p.39). Desse modo, a metodologia adotada ajuda as famílias agricultoras a se tornarem críticas da realidade e encontrarem meios que as ajudem a melhor se relacionar com o território e a enfrentarem e superarem as adversidades.

Quadro 3. Instrumentos Pedagógicos da PA.

Instrumento Pedagógico	O que é
Plano de Estudos – PE	Pesquisa participativa que o jovem aplica no seu meio social.
Colocação em comum	Socialização e sistematização da pesquisa do PE.
Caderno da Realidade	Livro da vida do jovem, local onde registra as suas pesquisas e atividades ligadas ao PE.
Viagens e Visitas de estudos	Atividade complementar ao TEMA do PE. Promove o intercâmbio de experiências concretas.
Colaborações Externas	Constituem-se em palestras ou cursos complementares ao PE.
Cadernos Didáticos	Espécie de “livro didático” que objetiva dar aprofundamento ao PE.
Estágios	Práticas desenvolvidas em meios produtivos, Organizações sociais, serviços, empresas.
Atividades de Retorno	Experiências e atividades desenvolvidas na família ou comunidade, a partir do PE.
Visitas às famílias e Comunidades	Atividades realizadas pelos monitores (as) com a finalidade de conhecer e acompanhar as famílias e os jovens nas atividades produtivas e sociais.
Tutoria	Atividade que possibilita ao monitor acompanhar o jovem de modo personalizado e assim motivar, incentivar as pesquisas e a participação social, a integração à vida do grupo, o projeto de vida profissional.
Serões	Espaço para debates sobre temas diversos e complementares, selecionados juntamente com os jovens.
Caderno de acompanhamento da alternância	Instrumento de registro do que é feito na escola e no meio socioprofissional que possibilita a comunicação e avaliação entre escola-família e família-escola.
Projeto Profissional	Projeto que o jovem desenvolve no decorrer do curso e que sistematiza ao final deste, depois de amadurecer o que pretende desenvolver no campo da produção, da transformação, dos serviços ou da continuação dos estudos.
Avaliação	As avaliações são contínuas e envolvem aspectos do conhecimento, de habilidades, da convivência em grupo e postura. Todos avaliam e são avaliados.

Fonte: Adaptação de Begnani, 2006.

Ter a educação como espaço de articulação capaz de preparar as pessoas para o exercício pleno da cidadania é um sonho (GONH, 2010, p.15), uma utopia, mas algo que precisa ser levado a termo já no tempo presente. Para a autora, atingir esse objetivo ora posto requer um movimento educacional que extrapole os muros da escola e isto pode ocorrer tanto no plano da educação formal como no da educação não formal, experiências vivenciadas pelo projeto em estudo.

Há que se investir em outras formas de educar-se, oportunidade oferecida pela PA, na medida em que, assumindo o protagonismo, o sujeito tem no outro o grande educador. No respeito à alteridade há interação, integração e diálogo. Dialogicidade, aqui, entendida na concepção de Freire (2006, p. 43), para quem “ser dialógico é não invadir, não manipular, não sloganizar (...) é empenhar-se na transformação constante da realidade” e de forma amorosa proporcionar o encontro dos homens. A dialogação implica responsabilidade social e política do homem, implica num nível de consciência que não se desenvolve em espaços de dominação, ao contrário, requer a valorização da participação e isto só se efetiva na medida em que o trabalho educativo e de organização que se desenvolve na escola, na comunidade, no município, no território, respeita a participação de todos, porque, sem a participação efetiva e consciente dos sujeitos, nesse contexto representados pelos jovens estudantes, pelas famílias organizadas em associações, em grupos de produção, não será possível atingir o sonho da mudança e de transformação que se almeja.

No processo de articulação “escola *versus* comunidade” os sujeitos interagem, participam, aprendem ensinam, trocam saberes capacitam-se para atuar no mundo, dizer a palavra verdadeira, capaz de transformar a realidade porque a palavra verdadeira é práxis. Desse modo, vão construindo os objetivos que querem atingir e fortalecendo a identidade individual e coletiva. Sem definir série, idade ou classe social, atuam a partir da cultura do grupo, geram laços de pertencimento, afirmando e reafirmado a identidade por meio das aprendizagens dos saberes da vida, em coletivos construtores de cidadania “A educação, qualquer que seja o nível em que se dê se fará tão mais verdadeira, quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade” (FREIRE, 1976, p.24).

Nisso, a constituição da escola e do território, compreendidos como espaços de vida e de todas as dimensões da vida, são ricos em suas formas e expressões

que se revelam pelo resgate e valorização das comunidades e dos agricultores organizados também em torno dos mutirões, das batas¹³, das festas, das músicas, das danças, da alimentação regional, confirmando que a vida do homem do campo é carregada de significados de expressões cultural e simbólica (Figuras 9 e 10). Provando que no campo há espaço para trabalhar, viver, se alegrar, brincar, dançar, fazer música e arte, celebrar, curtir, enfim, ser feliz.



Figura 9. Grupo de mulheres em apresentação cultural no XIII Festival do Conviver, em 2009.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.



Figura 10. Grupo dos Agricultores em apresentação cultural no XIII Festival do Conviver, em 2009.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.

¹³ São denominadas de “batas” as atividades de debulha do feijão e do milho. Nesses momentos, a comunidade se organiza para a atividade que é realizada por um grupo de pessoas que canta, pilheria, se diverte de forma coletiva em volta do trabalho.

A ação educativa também não prescinde de uma reflexão sobre o homem e sobre suas condições existenciais. “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. O homem é um ser de raízes espaço-temporais” (FREIRE, 2001, p.61). Compreender o território como uma comunidade educativa, espaço de interação, de produção de sentidos e desenvolvimento tem sido o princípio defendido pelas EFAs desde o seu surgimento, primeiro na França e há mais de 40 anos no Brasil, conforme demonstrado em capítulo anterior, o que aponta para a temporalidade e fluidez que ajuda o território a se metamorfosear.

Quando, em seu fazer pedagógico busca conciliar escola, vida e trabalho, ajudando os jovens a descobrir a vida pela reflexão e pelo compartilhamento de experiências, vai de forma intencional construindo espaços de diálogo e de participação, Freire (2009, p.96) entende ser necessária uma educação para a “decisão, para a responsabilidade social e política” que coloque o sujeito em diálogo constante com o outro e com predisposição a constantes revisões, já que uma educação conscientizadora contribui para a democracia e para a libertação. “É decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 1999, p.119).

Assim, a postura participativa é pressuposto básico para o processo de libertação, processo, este, responsável pela humanização dos homens. Esta consciência que se adquire de forma coletiva e num processo de formação não é dada a *priori*, mas se constitui num “vir a ser”. Ele afirma que “só se aprende uns com os outros mediados pelo mundo e que, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2009, p.58), ou seja, os homens se libertam por meio da participação e participação não se aprende isolado, na solidão ou apenas lendo e escrevendo sobre ela. É preciso vivenciá-la e experienciá-la com outras pessoas, exercitando-a no cotidiano. “Na verdade, se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático”. (FREIRE, 2009, p.100.)

Meu sertão das vaquejadas,
Das festas de apartação,
Das alegres luaradas,
Das debulhas de feijão,
Das danças de São Gonçalo,
Das corridas de cavalo
Das caçadas de tatu,
Onde o caboclo desperta
Conhecendo a hora certa
Pelo canto do nambu.

2.6 As ausências e as emergências: algumas revelações das práticas sociais

Sousa Santos (2006) em sua crítica realizada à “razão metonímica”,¹⁴ aponta como uma das alternativas de luta contra a discriminação e a exclusão social, a sociologia das ausências, vista como forma de dar visibilidade às experiências que são produzidas a partir de baixo. Nessa perspectiva, a experiência do Projeto APPJ-EFA-Conviver pode representar uma dessas alternativas, cujo processo organizativo se inicia em torno dos saberes socioculturais dos pequenos agricultores familiares, que se achavam organizados em CEBs.

Segundo as ausências que foram produzidas pela razão metonímica, os produtores rurais não seriam vistos e teriam muito pouco a contribuir. Estariam “enquadrados” nas cinco lógicas da não existência assim definidas pela racionalidade hegemônica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Contudo, estas lógicas precisam ser confrontadas com outras lógicas que se fundam em “critérios que operam credivelmente nas práticas sociais” (idem, 2006, p.106).

Assim, para a sociologia das ausências não há ignorância em geral nem saber em geral, saberes e ignorância não existem em totalidade, corroborando com o pensamento de Freire (2006, p.47), que não vê o saber e a ignorância como algo absoluto, o saber começa quando se dá conta do pouco que se sabe. Nesse sentido, os saberes são incompletos e vão ganhar existência à medida que se estabelece o diálogo entre as diferentes formas de conhecimento: o agricultor, o cientista, o técnico, o jovem, o líder sindical, o religioso, o artista. Ainda para Freire (2006, p.79) os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo e só podem constituir-se como seres históricos na medida em que se assumem como sujeitos do seu “próprio movimento”, exercendo, nessa busca de SER mais, a comunhão e a solidariedade. Dessa forma, com sua ação, o projeto em estudo vem procurando transformar as ausências em presenças, “as monoculturas em ecologias” quando:

a) Reconhece, valoriza e dialoga com os saberes e as práticas das famílias/comunidades, numa ação educativa que nasce da realidade, é problematizada na escola e nos momentos de formação ação-reflexão-ação para, de

¹⁴ A razão metonímica vê apenas a totalidade das coisas. Age de forma seletiva, baseada na assimetria entre norte/sul, conhecimento científico/tradicional, homem/mulher, cultura/natureza, branco/ negro, ocidente/oriente. cf. Sousa Santos, 2006. p. 97-98.

posse de um conhecimento mais sistematizado, intervir nessa realidade. Exercita-se desse modo, um novo relacionamento entre os saberes, concebendo a igualdade de oportunidades às diferentes formas de saber como contribuição à construção de “outra realidade possível.”

b) O tempo não é visto a partir do princípio da linearidade. São considerados outros espaços e tempos de aprendizagem/produção, que se organizam sob outras perspectivas, por exemplo, o tempo da alternância. Dando novo sentido ao tempo, Santos (2008b, p.111), afirma: “ao contrário das verticalidades, regidas por um relógio único, implacável, nas horizontalidades assim particularizadas funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios, realizando-se paralelamente, diversas temporalidades.”

c) o reconhecimento das diferenças não diminui, antes enriquece a ação dos sujeitos pela sua diversidade e protagonismo no processo (escola, alunos, famílias agricultoras, monitores, igreja, associação, piscicultores, apicultores caprinocultores);

d) Vêm as articulações para o desenvolvimento das potencialidades locais como forma de se contrapor/dialogar com a sociedade de mercado do mundo globalizado;

e) contrapondo-se à lógica do improdutivo, o projeto tem desenvolvido e apoiado sistemas alternativos de produção a partir da força local, a exemplo dos projetos de caprinocultura, piscicultura, apicultura, grupos de produção, cooperativa de pequenos produtores, da valorização e do resgate de saberes e culturas locais a exemplo do licuri, contrapondo-se à lógica da não existência produzida sob a forma de improdutividade que, aplicada à natureza significa infertilidade, aplicada ao trabalho, significa populações descartáveis, preguiçosas, desqualificadas

O processo educativo que vem se desenvolvendo no território atua como um caminho para a liberdade e humanização dos agricultores e se constitui numa possibilidade de fortalecimento dos sujeitos, procurando impedir que o poder hegemônico, de forma invasiva, os impeça da construção, re-construção permanente do espaço. Ademais, põe o território do cotidiano e do espaço banal como uma possibilidade concreta de “ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro” (SOUSA SANTOS, 2006, p.118).

É por meio dessa possibilidade real que a vida das famílias agricultoras se alimenta de otimismo e esperança e estes visualizam oportunidades de permanência

no campo, contradizendo as estatísticas que o apresentam como o local inviável para se viver ou como um espaço em extinção. Essa possibilidade, aqui representada por famílias agricultoras, se inscreve no que Sousa Santos (2006, p.118) chamou de sociologia das emergências. A sociologia das emergências referencia o que é produzido nas práticas sociais e age a partir das possibilidades e das capacidades presentes nestas, procurando, primeiro conhecê-las para em seguida fortalecê-las e assim avançar, com base nas práticas ou saberes.

Nessa perspectiva, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências atuam conjuntamente, de modo que a primeira identifica o que já existe como experiências disponíveis e a segunda se encarrega de creditá-las e projetá-las como um “futuro possível e concreto.”

Assim, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências agem no sentido de trazer presentes as práticas disponíveis e as práticas possíveis respectivamente, sendo a sociologia das emergências aquela que vai se voltar para as pistas ou sinais que podem ser reveladas por meio de diálogos, mas também de conflitos entre os campos sociais presentes no território, nos seguintes aspectos:

- Experiência de conhecimento traduzida nos saberes (escolares, populares e científicos) e nas práticas dos agricultores;
- Experiência de organização, trabalho e produção que ocorre no território, seja em sindicatos, associações ou grupos cooperados, com vistas a um desenvolvimento justo e solidário;
- Experiência de reconhecimento através dos espaços que são criados para que pequenos agricultores expressem seus valores, sua cultura, sua identidade campesina;
- Experiência de democracia nos espaços de participação comunitária, religiosa, social e política;
- Experiência de comunicação e de informação que vai sendo construída entre o local e as demais escalas.

Assim, apesar das fragilidades e limitações que a realidade global impõe ao local, mundo do pequeno agricultor, há uma mística que une religiosidade e vida que alimenta, sustenta e anima esses sujeitos a lutarem e não desistirem de conseguir seu espaço. Desse modo, avançam dialogando com outros movimentos que com eles podem se agregar para encontrar os mesmos fins e, carregados da utopia de

um mundo mais justo, fraterno e solidário que está sendo construído a partir do local, buscam as possibilidades que apontam para a transformação do lugar, do SER.

3 O desenho organizacional e institucional do Projeto APPJ-EFA-Conviver

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã
 ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 e o lance a outro; de um outro galo
 que apanhe o grito que um galo antes
 e o lance a outro, e de outros galos
 que com muitos outros galos se cruzem
 os fios de sol de seus gritos de galo,
 para que a manhã, desde um teia tênue,
 se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
 se erguendo tenda, onde entrem todos,
 se entretendo para todos, no toldo
 (a manhã) que plana livre de armação.
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
 que, tecido, se eleva por si: luz, balão.

(João Cabral de Melo Neto, A Educação pela Pedra, 1996).

3.1. Os laços organizacionais e institucionais do projeto dos pequenos produtores rurais de Jaboticaba

Nos capítulos anteriores buscou-se evidenciar como, em um processo inter e multiescalar, o projeto APPJ-EFA-Conviver, de organização socioeducativa e comunitária de pequenos produtores rurais do município de Quixabeira conseguiu desenvolver ações que foram modificando a convivência destes com o meio e com os demais sujeitos, valendo-se de uma sinergia em que os saberes, os conflitos, a cultura, a política e a economia vivenciados por esse corpo territorial os articulam no seu a-contecer cotidiano.

Buscando compreender como esse processo vem ocorrendo, procurou-se pesquisar como se delineia a estrutura organizativo-funcional do projeto e quais os sujeitos locais e as redes de organizações /instituições¹⁵ que direta ou indiretamente

¹⁵ Sentiu-se a necessidade de apresentar de forma sucinta o que diferencia organização de instituição. Organização é uma combinação de espaços individuais e coletivos que tem por finalidade realizar propósitos coletivos que não seriam atingidos individualmente. Já a instituição, com base no pensamento de Durkheim, é um mecanismo de proteção da sociedade, constituído a partir de regras e procedimentos padronizados, aceitos e sancionados pela sociedade que busca manter a organização do grupo e atender às necessidades individuais dos que desta participam. As instituições

estão vinculadas ao processo socioeducativo e produtivo, quais os níveis de interação entre as instâncias institucionais e os sujeitos do território e qual o sentimento identitário e de pertença que une esses sujeitos e os impulsiona a lutar pelo desenvolvimento local.

A Instituição está organizada em três instâncias que se articulam compondo o “corpo” denominado APPJ-EFA-Conviver. Como descrito no primeiro capítulo, a organização se deu, a princípio, em torno do pequeno grupo de agricultores que cultivava a terra e sonhava com uma experiência comunitária e de partilha, a exemplo dos primeiros cristãos. A APPJ é a entidade jurídica, sem fins lucrativos que se propõe trabalhar para elevar a qualidade de vida das famílias agricultoras desse território. Avançando no processo organizativo e para responder à ausência de uma escola que oferecesse uma educação contextualizada aos filhos dos pequenos agricultores, fundam, juntamente com a Igreja Católica, representada pelo padre Jesuíta e pelo IFMM, a EFA de Jaboticaba – que passa a ser gerenciada pelas famílias agricultoras e pelas instituições apoiadoras. E, mais à frente ainda, como forma de complementar a ação, idealizam e executam com apoio financeiro do MAGIS Itália, o Projeto Conviver, como um projeto de extensão da escola, com o intuito de ajudar a disseminar, nas famílias, as práticas que os jovens desenvolviam na escola, fortalecendo a formação técnica, produtiva e de organização comunitária entre as comunidades rurais do seu entorno.

A partir desse esforço dos pequenos agricultores em organizar-se e melhorar as condições de vida daqueles que participam do Projeto, outras instituições foram, ao longo dos anos estabelecendo parcerias que, de forma colaborativa, fortaleceram e garantiram a continuidade do projeto até o presente (Quadro 4). Em entrevista, um dos fundadores revela que a princípio havia dúvidas entre eles se esse projeto poderia dar certo ou não (numa atitude cabocla), mas conclui que ele veio para fortalecer os laços de pertencimento e identidade do homem do campo. “a gente capengava, nós era devagar, mas depois do projeto isso avançou muito, né, aonde a gente podia desconfiar que o projeto viesse desunir a gente como grupo, mas, no entanto veio foi para unir mais” (José Modesto Souza. Entrevista em 12 de agosto de 2010).

Quadro 4. Relações Institucionais e Parcerias Técnicas Financeiras.

Organizações da sociedade civil		
Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
AECOFABA - Associação das Escolas Famílias Agrícolas da Bahia.	Apoio pedagógico.	Articulação de programas e projetos pedagógicos dentro da Pedagogia da Alternância, em nível regional no Estado da Bahia.
ALUNOS (AS)	Serviços.	Serviços prestados no cuidado do prédio, hortas, suínos, caprinos pomar, padaria, oficina, entre outras no período de alternância na escola.
APAEB - Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia.	Parceria na realização das atividades dos convênios (CONAB & MDA). Fornecimento de mudas de árvores nativas para distribuição nos Festivais.	Viabilidade do convênio com o MDA para continuidade das atividades de ATER e formação e mercado assegurando na comercialização do leite de cabras. Incentivo à preservação ambiental.
ASA - Articulação do Semiárido.	Apoio técnico e social.	Parceria na construção de cisternas para os pequenos produtores rurais em toda a região.
CRB NACIONAL - Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil.	Apoio financeiro.	Apoio à infraestrutura e Formação de professores do campo na Pedagogia da Alternância – PROCAMPO.
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços.	Apoio financeiro.	Infraestrutura de produção: cisternas, aguadas, entre outros.
COOPES - Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina.	Apoio comercial.	Organização dos produtores e venda dos produtos da Agricultura Familiar.
EFA - Escola Família Agrícola de Jaboticaba.	Trabalho de formação pedagógica, técnica e de organização das famílias agriculturas.	Formação das famílias agricultoras, apoio na gestão, espaço físico, articulação, referência, divulgação e em todas as ações do projeto.

Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
FETAG - Federação dos Trabalhadores. na Agricultura Familiar do Estado da Bahia.	Apoio técnico e financeiro.	Apoio na realização dos Festivais.
IFMM - Instituto das Irmãs Franciscanas Marianas Missionárias - Salvador - Bahia.	Apoio pedagógico e de gestão.	Contribuição na fundação da Instituição e gestão pedagógica e financeira da EFA Jaboticaba por mais de 10 anos.
IRPAA - Inst. Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - Juazeiro.	Referência pedagógica.	Contribui na formação, especialmente, sobre as práticas de convivência com o Semiárido
MOC - Movimento de Ação Comunitária - Feira de Santana.	Apoio pedagógico.	Articulação de programas e projetos diversos com o Conviver.
P1MC - Programa um milhão de cisternas.	Apoio técnico e social.	Construção de cisternas em toda a região.
REPARTE - Rede Parceiros da Terra.	Assessoria e articulação de novas parcerias e projetos.	Fortalecimento da Agricultura Familiar, instrumento de diálogo com os governos estadual e federal.
SICOOB COOPERE - Cooperativa Valentense de Crédito Rural - Quixabeira.	Apoio financeiro.	Realiza o gerenciamento do Fundo de Crédito Rotativo do Projeto Conviver.
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira.	Articulação das famílias, apoio financeiro, de organização e de participação.	Facilidade de contato com os agricultores do município e realização de contatos externos.
UNEFAB - União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.	Apoio pedagógico.	Articulação de programas e projetos dentro da proposta da Pedagogia da Alternância.
Instituições Públicas		
Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
BNB - Banco do Nordeste do Brasil.	Apoio técnico.	Financiamento de projetos para sócios e alunos concluintes do Curso Técnico em Agropecuária.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Apoio financeiro.	Infraestrutura.

Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
CAR - Companhia de Ação Regional.	Apoio técnico e financeiro.	Manutenção da estrutura operacional e ampliação das atividades de formação e ATER.
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento - Brasil.	Apoio técnico e financeiro.	Comercialização da produção familiar regional (leite, mel, peixe, biscoitos)...
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.	Fornecimento de alevinos para a piscicultura.	Assegura a produção de peixes e diminui custos.
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário.	Referência pedagógica.	Presta orientação. Ação voltada para o Semiárido.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido).	Apoio técnico e pedagógico.	Formação e implantação de área experimental de pinhão-manso, umbuzeiro/ cajá e acerola melhorados no espaço da Escola Família Agrícola.
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.	Apoio técnico e financeiro.	Formação continuada para professores do campo e manutenção da estrutura operacional e ampliação das atividades de formação dos agricultores e ATER.
MEC/FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	Apoio financeiro.	Recurso carimbado para aquisição de material didático de limpeza e pequenos reparos
PREFEITURAS MUNICIPAIS - Quixabeira e São José do Jacuípe	Apoio financeiro.	Cessão de professores da Rede Municipal de Ensino para ministrar aulas na EFA.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.	Apoio pedagógico.	Articulação de programas e projetos com produtores da caprinocultura.
SEC - Secretaria de Educação do Estado da Bahia.	Apoio pedagógico e financeiro.	Repasse de verbas, de alguns Programas, e oferece formação continuada aos professores e monitores da instituição e a contratação temporária de funcionários de apoio.

Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
SRH - Superintendência de Recurso Hídricos da Bahia.	Apoio técnico e pedagógico.	Estudo da situação da Barragem São José do Jacuípe e elaboração de Projeto de reconstituição da mata ciliar.
SUAF - Superintendência da Agricultura Familiar da Bahia.	Apoio técnico e financeiro.	Manutenção da estrutura operacional e ampliação das atividades de formação dos agricultores em ATER. Repasse de recursos para desenvolver ações da escola e serviço de ATER com as famílias.
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.	Apoio técnico e pedagógico.	Estudo sobre as consequências do lixo a céu aberto como também disponibilizou professores para assessoria do PROCAMPO.
UNEB - Universidade do Estado da Bahia.	Formação pedagógica.	Curso de Extensão aprovado pela CAPS – PIBID – Histórias de Leitura.
Instituições Estrangeiras		
Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
CEI - Conferência Episcopal Italiana.	Apoio financeiro.	Estruturação com a contribuição para o Fundo de Crédito Rotativo e infraestrutura.
DISOP - Instituto de Cooperação Belgo- Brasileira para o Desenvolvimento Social.	Convênio ATER/formação, funcionamento e pessoal.	Financiamento e continuação das atividades do Conviver.
GRUPO ÍNDIA – Itália.	Apoio financeiro.	Realiza repasses de recursos, mensalmente, para custeio das despesas referentes a pessoal e infraestrutura colabora no combate a exclusão social.
ISC - Instituto das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – Suíça.	Apoio financeiro.	Estruturação do espaço físico.
LES AMIS DE PIRAJÁ - Luxemburgo - França.	Apoio financeiro.	Estruturação através de contribuição para o Fundo de Crédito Rotativo e infraestrutura. E instalação de projetos de energia limpa.

Entidade Parceira	Descrição da Parceria	Status
MAGIS – Itália - Movimento e Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo.	Apoio técnico e financeiro.	Estruturação através de contribuição para o Fundo de Crédito Rotativo e infraestrutura.
MAGIS VENEZUELANO	Apoio financeiro-formativo.	Apoio financeiro ao PROCAMPO Programa de Formação de Professores do campo, aos encontros de formação dos membros da organização e Projeto de Extensão da EFA – COSA – Complexo Sócio Ambiental.
MISSÃO JESUÍTA/ JESLEQ - Província dos Jesuítas do Leste Equatorial do Brasil.	Apoio financeiro e assessoria espiritual.	Pensa o projeto, dá apoio financeiro, acompanha o processo e presta assessoria espiritual.
MZF - Missionszentrale der Franziskaner Alemanha.	Apoio financeiro.	Infraestrutura hídrica e manutenção da estrutura operacional.
Outras Instituições e organizações		
Entidade Parceira	Descrição da Parceria	
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS.	Articulação das famílias.	
RÁDIOS COMUNITÁRIAS.	Espaço de divulgação e articulação.	
SINDICATO DE SERVIDORES PÚBLICOS.	Divulgação.	
IGREJAS.	Apoio, Divulgação e articulação e participação.	
CONSELHOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL.	Apoio, Divulgação e participação.	
PASTORAL DA CRIANÇA - Quixabeira.	Complementaridade no combate a exclusão social, por meio acompanhamento das famílias e das crianças de zero a seis anos de idade.	

Fonte: APPJ/Conviver.

O quadro acima evidencia a diversidade de sujeitos – Instituição/Organizações que interagem, no Projeto. A presença dessa diversidade de agentes pressupõe o grau de confiança que vem sendo cultivado entre os mesmos e que foi construído ao longo da sua trajetória histórica, fato que facilita o nível de cooperação, a comunicação e o entendimento entre eles. Nesse processo, muitos foram os consensos, mas também conflitos internos e externos que se sucederam. Contudo, a história revela a prevalência da negociação, do diálogo e do entendimento, por acreditarem no significado que tal ação representa nesse espaço do Semiárido baiano.

Nesse sentido, o Projeto APPJ-EFA-Conviver tem assumido o protagonismo de levar à frente o processo de desenvolvimento local do território rural de Quixabeira, referenciados na sua identidade e organizados de forma associativa, como sociedade civil, sem, contudo minimizar o papel das parcerias com demais entidades públicas e privadas nas suas diferentes instâncias e escalas. Assim, a constituição da teia institucional pode ser considerada como um fator que tem contribuído para a efetivação e continuidade do projeto.

Foi possível identificar quem são os sujeitos institucionais e quais parcerias são estabelecidas com o mesmo, revelando como todos esses sujeitos que vêm se integrando ao projeto têm proporcionado a “oxigenação” necessária, seja na forma de participação das famílias, seja nos investimentos, na divulgação, na formação que abrange os níveis da educação formal e não formal, e no processo organizativo e de produção, em que são diagnosticadas as necessidades e potencialidades do território.

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil que dão suporte à teia institucional que compõe o projeto poderiam ser agrupadas de acordo com as parcerias estabelecidas, e serem assim definidas: a) de suporte financeiro, aquelas que têm garantido no decorrer dos anos a parte de infraestrutura da escola e dos projetos produtivos de extensão desta, tais como a apicultura, caprinocultura, a piscicultura e, a sustentabilidade econômica no que diz respeito a pessoal, manutenção de estrutura, crédito rotativo e outros; b) de suporte técnico e pedagógico, aquelas que contribuem com a formação organizativa e de participação, mobilizando as famílias presentes na escola, nas comunidades, nas associações, STTRs e cooperativas, formando as pessoas pela e para a cidadania, para a convivência com o seu espaço e com vistas à emancipação social; c) e ainda as de

articulação político-institucional, que proporcionam a comunicação entre a escala local e as demais escalas: regional, estadual, federal, internacional, dando visibilidade ao projeto, o que contribui para que outros a ele se agreguem.

Nessa perspectiva pode-se perceber como esses sujeitos vêm contribuindo para a transformação do lugar e conseqüentemente o melhoramento da qualidade de vida das pessoas. A título ilustrativo, pode-se citar a parceria com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil - que vem acompanhando o desenvolvimento local e pondo-se à disposição das famílias, já organizadas pelo Projeto Conviver, procurando assim, contribuir com o fortalecimento dos agricultores familiares através do PRONAF nas suas variadas possibilidades: grupos familiares, mulheres, jovens, cooperativas.

Através de financiamentos nas áreas de agropecuária, agroindústria e outras, possibilita o acesso dos pequenos agricultores a micro-créditos. Conforme afirmação da entrevistada, “Esse projeto ajudou a desenvolver os pequenos agricultores que até então não tinham oportunidade de ir ao banco. Porque o banco, antigamente, quem ia de chinelo, voltava humilhado” (Maria José Oliveira de Santana. Entrevista em 12 de agosto de 2010). Na fala de outro entrevistado, só a partir das lutas do movimento sindical rural é que se conseguiu mudar a política de governo para o pequeno agricultor. Considera o PRONAF, hoje, como um programa mais acessível que o do Projeto Conviver, mas destaca que o PRONAF só chega em 2003, com o governo popular, “mas na época o Projeto Conviver foi a alternativa que encontramos para mostrar pra o Estado que existem alternativas de desenvolvimento para o campo. Daí a gente conseguiu fazer uma revolução nessa região, fazendo feno e silo” (Eliezer Costa de Oliveira. Entrevista em 14/02/2011). Tem-se assim, o desenho de uma primeira etapa do projeto caracterizada pela articulação e mobilização mais restrita, à espera do público não estatal que vai aos poucos sendo instituído no território.

Já a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), reconhecendo a EFA como um campo propício ao desenvolvimento de pesquisas, com possibilidades de beneficiar o semiárido, vem utilizando o espaço da Escola para o desenvolvimento de experimentos com cactáceas, spondias (umbu, siriguela, cajá) e pinhão-manso, em uma tentativa de difundir as tecnologias geradas pela mesma (EMBRAPA, 2011). Além do uso do espaço da escola como campo experimental, a EMBRAPA desenvolve, nos dias de visita a campo, cursos e palestras com a comunidade educativa. Também envia semanalmente as mídias do

programa radiofônico Prosa Rural.¹⁶ Ressalte-se, também, a colaboração de instituições religiosas internacionais que têm dado apoio decisivo, no aspecto financeiro. Para o corpo técnico do Projeto Conviver, as parcerias podem ocorrer até em forma de visitas de intercâmbio, uma prática constante na Instituição, momento em que ocorre a troca de saberes que ampliam a percepção de mundo tanto dos visitantes quanto dos visitados.

Desse modo, o projeto, em sua materialidade, vai tecendo as relações sociopolíticas de mobilização, educação, produção, constituindo-se nas três dimensões do projeto que já dialogam entre si, embora possam estreitar ainda mais a interação no acontecer das suas ações.

Ademais, as diversas parcerias, formadas pelos sujeitos individuais, coletivos, organizacionais e institucionais que foram se somando no percurso da Instituição trazem o seu contributo e são firmadas em torno do que corresponde de modo mais direto aos objetivos das instituições parceiras. Assim, embora busquem, em seus objetivos, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, têm especificidades próprias nos seus campos de ação que, antes de se contraporem, complementam-se. É essa junção que torna a construção do território o espaço visto como “um conjunto indissociável e solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2009, p.63).

Nesse sentido, o que se propõe é que, com base na sensibilização, organização, no processo educativo e de produção desenvolvido pelo Projeto em estudo, e que têm produzido o território rural de Quixabeira, ao longo desses anos, essa presença diversa de sujeitos que com ele interage possa avançar na construção de uma rede de articulação permanente para discutir e propor alternativas de diálogo e de interação, com vistas a avançar e responder ao desafio maior que os une: a realidade da pequena agricultura familiar e a permanência do homem no campo.

¹⁶ O Programa Prosa Rural é distribuído gratuitamente para rádios do país, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), da Radiobrás, do Ministério da Comunicação e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Divulga as tecnologias desenvolvidas pela Embrapa e traz informações que visam melhorar a vida das pessoas do campo. Em seu conteúdo encontram-se músicas de artistas locais, receitas, dicas, poesia, utilidade pública e outras. O programa tem duração de 15 minutos e é exibido na rádio da escola pela manhã e/ou final da tarde e também utilizado como recurso didático pedagógico durante as aulas.

3.2 Compreendendo as relações que articulam os sujeitos do território

Fica evidenciado que a experiência do projeto APPJ-EFA-Conviver possui características que consideram a história de formação do grupo, marcada por traços de religiosidade, de organização social, política e de cooperativismo, traços nem sempre comuns na maioria das comunidades, e que, em muitos momentos, encontram dificuldade de aceitação de alguns, até mesmo dentro do território. Essa dificuldade se apresenta em algumas das falas das entrevistas feitas por participantes do projeto e foi também tema de discussão em reuniões preparatórias ao XIV Festival de Convivência com o Semiárido, quando foram realizados os momentos de avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Conviver e discussão para levantamento do Tema do Festival de 2010. “O que dificulta é o povo deixando cair um pouco o entusiasmo para participar” (Fidelcina Cruz, agricultora representante da associação de mulheres. Reunião preparatória para o Festival em 15/09/2010).

Nesses momentos eles se questionam acerca dos motivos que estão levando as pessoas ao desinteresse pela participação, fato que é atribuído a questões climáticas, como a seca, mas também ao que eles chamam de doença. “Pensar o que houve pra diminuir o ânimo das pessoas em participar. A seca traz desânimo, alguns se acomodam... Existe uma doença chamada dinheiro. Tudo que se fala é logo perguntado: vai sair dinheiro? Eu digo que dinheiro é uma doença e tem muita gente afetada” (Ana Roque dos Santos, agricultora. Reunião preparatória para o Festival em 15/09/2010). Foi a partir dessas avaliações e outras discussões que nasceu o tema do XIV Festival realizado em 12 de dezembro de 2010: “Povo organizado, sociedade mais forte.”

Seria mesmo o dinheiro a causa da não participação ou esta estaria ligada a fatores históricos, inclusive, do próprio território onde os homens e as mulheres do campo não tinham espaço para dialogar, problematizar, decidir? Há uma cultura que evidencia a figura do político profissional, aquele que os representa, promovendo assim a “despolitização dos demais cidadãos, os que vivem uma participação de segunda mão, espectadores como são dos debates parlamentares e declarações de autoridades e candidatos” (BORDENAVE, 1994, p.54). Nesse caso, ocorre a dominação em lugar da participação, já que a maioria das pessoas, não fazendo o exercício desta, darão preferência “a sobrevivência participada ao acirramento cru

das desigualdades” (BURGHGRAVE, 2006, p.18). Nesse sentido, a não participação pode ser “pensada” muito mais a partir de um processo histórico de dominação que dificultou os processos participativos e impediu as pessoas de atuarem como sujeitos do seu próprio destino do que de uma característica cultural ou em decorrência de fenômenos climáticos ou ainda, em decorrência do interesse espontâneo que as pessoas têm em cuidar dos fatos pessoais ou familiares e também de sobrevivência. Outro elemento que poder ser considerado como enfraquecedor dos processos participativos são os conflitos que fazem parte das relações sociais e coletivas, presentes também no território em estudo.

Ainda assim, a preocupação do grupo para com aqueles que ainda não participam mais efetivamente da comunidade demonstra um zelo e um desejo de maior atuação coletiva, entendendo a participação como “um ato gratuito, de solidariedade coletiva, que seja acompanhado constantemente da reflexão, do planejamento e da avaliação” (idem). Nunes (2006) diferencia a solidariedade de proximidade da solidariedade coletiva. A última vista como algo que requer um aprendizado, uma construção ideológica e um sentimento de pertença entre os que se organizam em grupo. “É somente a partir daí que, ultrapassando os interesses pessoais e imediatos, impõem-se as ideias de igualdade e o projeto de coesão social” (NUNES, 2006, p.107). E conclui que só assim se chega a uma etapa de construção de uma instância garantidora da solidariedade, corroborando com o pensamento de Freire (2001, p.19), que vê a solidariedade como um comprometimento dos homens em busca da humanização.

Pode-se inferir que a preocupação dos que participam ativamente do processo é portadora de um nível crítico de reflexão que os compromete com sua realidade e, ao se comprometerem, buscam meios de transformá-la. Exemplo disso é quando, a partir do problema da baixa participação diagnosticado no território, propõem, como alternativa de mobilização, o tema “Povo Organizado, Sociedade mais Forte”, para o festival de 2010. A partir da definição do tema, vem o trabalho de sensibilização e formação realizado em encontros, palestras e seminários, como meio de comprometer os que estão desanimando no percurso.

Nesse sentido, as condições requeridas para dar sustento à participação das pessoas incluem o processo educativo que as encorajem a desenvolver a capacidade de autonomia, discernimento e visão crítica, impedindo-as assim, de se

tornarem presas fáceis das militâncias organizadas e patrimonialistas, implantados no Brasil desde a época colonial.

Mas se por um lado, são apresentadas algumas dificuldades, por outro, na visão dos sujeitos participantes do projeto, este tem representado um ganho “enorme” para o território, ganho que pode ser visto em termos econômicos, mas também sociais, e que tem incidido na qualidade de vidas das pessoas. Na análise, os ganhos financeiros são considerados importantes, porque, afirmam, sem esses, não teria por que os produtores estarem participando, uma vez que precisam sobreviver, mas o ganho maior está ligado à transformação da vida das pessoas. Há referência à participação das mulheres, que antes ficavam à margem e que, a partir do projeto, elas se organizam e passam a contar com recursos e, mais que isso, adquirem autoestima e valorização dentro da própria família.

Agora ela (a mulher) tem dinheiro para fazer o cabelo, a unha, se arrumar, se pintar... comprar algo para dentro da casa dela... tem dinheiro, tem autoestima ... e os maridos vão levar à cooperativa os frutos do seu trabalho: biscoitos, beijos... então elas tão participando, tão acreditando... e seus maridos sabem porque elas estão na reunião (Ronaldo Carlos Borges Leite. Entrevista em 10/09/2010).

Assim organizadas, as mulheres participam da COOPES, e também constituem o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira – MMTQ, cuja missão é contribuir com os processos de organização social das mulheres trabalhadoras e, de desenvolvimento local. A maioria dos produtos que estão sendo comercializados para a merenda escolar, em cumprimento à Lei 11.947 de 16 de 2009, que estabelece que 30% do percentual da merenda sejam adquiridos da agricultura familiar, são produzidos pelas trabalhadoras rurais locais, assim como os artesanatos e outros produtos (BRASIL, 2009). Segundo a presidente da COOPES:

Diziam que esse projeto pra as mulheres era inviável, mas na verdade quando a gente foi tocar o barco, a gente viu que na verdade são as mulheres que estão segurando a cooperativa. 70 % do trabalho da cooperativa são mulheres, não é? E os homens que existem são poucos os que se envolvem e investem no processo. Então o que a gente fez foi tentar resgatar o que eles já sabiam, o que já traziam da sua família e a formação que eles receberam a partir do Projeto Conviver, e tocar o barco a partir daí (Josenaide de Sousa Alves. Entrevista em 18/02/2011).

Elementos observados na realidade local como melhoria nas moradias, o tratamento que vem sendo dado ao lixo, a forma como recolhem a água da chuva,

como manejam os animais e o solo e como as pessoas e comunidades passam a se relacionar, participar e exigir seus direitos são apresentados como sinais visíveis das transformações internas e externas que vêm ocorrendo no território, e revelam que, através dos objetos e técnicas, foram sendo construídas melhores condições de sobrevivência no semiárido. Para o atual coordenador do Projeto Conviver, é possível medir alguns indicadores como a produção do mel, por exemplo, do qual se espera em 2010, produzir 40 toneladas, assim como a produção dos caprinos, polpa de frutas e outros, o que vem dando “uma visão muito positiva”. Por outro lado, afirma haver indicadores de difícil aferição, como a participação, o conhecimento e as reivindicações: “(...) mas houve uma evolução muito grande, nesse sentido, muitas das vezes tem hora que a gente diz que tá até exagerado, que o povo aprendeu demais, aprendeu a cobrar demais (risos)” (Adonias Neves Gordo. Entrevista em 14/09/2010).

Para os que acompanham o processo de organização desde o princípio, a efetivação do Projeto conta com dois níveis: um nível humano e um nível técnico, sendo o humano considerado aquele que anima e fortalece de certa forma o técnico.

O humano estaria com a organização e seus associados e o técnico, aquele que traz o suporte para que esse humano avance, vem sendo facilitado pelos técnicos e pelos agricultores a partir daquilo que realizam e pelas parcerias que vão se somando na caminhada. O diálogo entre estes dois campos é apontado como difícil, revelando que por vezes surge a tentação de posicionar-se a favor de um ou do outro. Contudo, por entender a técnica como parte constituinte do território e da sua transformação, as lideranças presentes no Projeto têm ajudado a unir esses dois pontos, por entender que “se se quer que uma técnica seja humana, este humano tem que se fazer presente”. O humano aqui visto como o grupo de agricultores nos seus saberes e fazeres, e como responsáveis pela comunicação e dialogicidade estabelecida entre eles e as técnicas que foram sendo desenvolvidas.

Houve pessoas chave que fizeram com que se unisse esse corpo que é a grande comunhão que Deus quer, que a vida quer e que hoje também a ciência e a tecnologia, sem a parte humana, sem a parte da relação profunda afetiva jocosa, alegre, “distendida”, as coisas, as tecnologias são muito duras, inflexíveis, exigentes e desanimadoras de certa forma. Então criamos um funcionalismo. Ficando sempre nesta vertente, um funcionalismo de um canto, e a tentativa de um trabalho humanizador que nós chamamos serviço, a missão do outro. Os encontros de formação que foram realizados por cinco anos ajudaram um pouco a superar as crises que nós passamos (Padre Xavier Nichele. s.j. Entrevista em 23/09/2001).

Assim, o trabalho formativo possibilitou ao grupo superar a visão dicotômica entre técnicas e a forma de existir local dos pequenos agricultores, levando-os à compreensão de que é possível a convivência, em um mesmo espaço, de técnicas diferenciadas que foram sendo construídas pelas diversas gerações. A contribuição do conhecimento que cada época traz representa não um obstáculo, mas pode ajudar na superação dos muitos que lhes foram impostos pelo próprio espaço em que se acham inseridos.

As técnicas, assim, são produtoras e criadoras de espaços. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009, p. 29). Logo, a técnica é parte da constituição do território e da sua transformação e aquelas trazidas pelo Projeto em estudo promoveram o diálogo e a comunicação nos aspectos sociais, culturais, políticos e religioso, reafirmando que “Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo” (SANTOS, 2008b, p.62). Na visão dos participantes do projeto “houve mudanças nas práticas dos agricultores e na qualidade de vida e do trabalho. A tecnologia facilitou também a maneira de trabalhar. Fez com que o trabalho do agricultor ficasse menos penoso” (Eliezer Costa de Oliveira. Entrevista em 14/02/2011).

Para Freire (2001, p. 22), o profissional técnico que “esquece do homem ou o minimiza” ou, ainda, na tentativa de resolver o impasse, opta pela técnica, comete erro grave, o mesmo ocorrendo com os que pensam o inverso, que a técnica atuará contra o homem, e conclui que “humanismo e tecnologia não se excluem”. Assim, para que a humanização ocorra, não se pode “prescindir da ciência nem da tecnologia com as quais eu vou me instrumentando para melhor lutar por esta causa” (FREIRE, 2001, p. 22-23). Por assim entender, foi realizado com e pelo grupo o trabalho de formação, como dito anteriormente, buscando superar a dicotomia entre o técnico e o humano.

Ficou caracterizado por todos os entrevistados que a produção do feno e do silo representou a grande inovação tecnológica que chegou ao território rural de Quixabeira e municípios circunvizinhos da escola. Para a implementação dessa tecnologia foi utilizado, como elemento motivador, o primeiro Festival de Feno e Silo proposto pelo engenheiro agrônomo, representante da DISOP, em 1997. A produção do feno e do silo é apontada ainda a como aquela que indiscutivelmente tem

ajudado o homem a conviver com a realidade semiárida, suprimindo a falta de alimento para os animais em tempos de grandes estiagens. Desde então, os pequenos agricultores que passaram a adotar essa prática não tiveram mais problema de alimentação animal e evoluíram na sua propriedade, porque a seca não representou mais um problema. “A gente deu uma base para os produtores, né, de fazer feno e silo que hoje chega a mais de mil de toneladas que os produtores fazem e hoje eles falam, como eu falei no passado, façam feno e silo que é uma saída pra seca, então pra mim, é um orgulho” (Josenaide de Sousa Alves. Entrevista em 18/02/2011).

Ao lado da inovação representada pela produção do feno e do silo foram também apontadas a construção de cisternas para captação de água da chuva destinada ao consumo humano e as de enxurradas para os animais, libertando as pessoas do carro pipa e da “boa” vontade dos políticos. Outro dado apontado em todas as entrevistas se refere à preservação ambiental, destacando a eliminação das queimadas, o cuidado com o lixo, a criação de abelhas, a produção de alimentos sem agrotóxicos. Na visão do grupo, ocorreram assim, mudanças significativas na forma do homem agricultor se relacionar com o espaço, e estas são frutos “da ação, do trabalho que o homem exerce sobre o mundo. Como um ser de práxis, o homem, ao responder aos desafios que partem do mundo, cria seu mundo: o mundo histórico-cultural” (FREIRE, 2001, p. 46).

Ademais, não deve haver uma supressão do saber empírico nem rejeição do saber técnico. Essa relação deve ocorrer de forma que ambos dialoguem, reflitam e transformem-se, porque ambos fazem parte de um processo histórico e sempre se situam em determinado espaço-tempo, conforme registro na história da humanidade.

3.3. Diálogos entre saberes: traduzindo as emergências

Sertão, arguém te cantô
 Eu sempre tenho cantado
 E ainda cantando tô
 Pruquê, meu torrão amado,
 Munto te prezo, te quero
 E vejo qui os teus mistero
 Ninguém sabe decifrá.
 A tua beleza é tanta
 Qui o poeta canta, canta
 E inda fica o qui cantá.

(Patativa do Assaré, Cante lá que eu canto cá, 1982).

A realidade do sertão camponês é rica em saberes que se expressam de forma singular e diversa. Partilha-se do sentimento do poeta: se conta, canta e encanta e ainda há muito por contar-cantar. Assim, para compreender como vem se dando a troca de saberes entre os agricultores e o grupo de colaboradores (monitores da escola, alunos, técnicos, famílias e lideranças), algumas falas dos entrevistados são reveladoras de como se dá esse processo. Para o ex-coordenador do Projeto Conviver:

Em alguns momentos, às vezes, entrava em choque o que os técnicos levava e o que os agricultores tinha como experiência de vida. Era preciso conversar com os técnicos e dizer que eles tinham que compreender o saber popular, da comunidade, porque existe muitas coisas que **a natureza ensina as pessoas e tem muito agricultor que às vezes nem aprendeu ler e escrever, mas ele é muito observador dos sinais da natureza e muitas das coisas que acontece no campo, as pessoas se baseia nos sinais.** (grifo meu) Então tinha que juntar as experiências comunitárias das famílias com as experiências da ciência. Com o tempo, os agricultores foi entendendo que, se não fosse por esse caminho, eles também não iam mudar, então mesmo que o agricultor estivesse “errado” ele não ia poder mudar de vez, então tinha que ir sendo levado aos poucos. Juntar experiência da família com a experiência da ciência. As Técnicas chegaram com a escola. O Projeto Conviver foi um projeto de extensão da Escola (Eliezer Costa de Oliveira. Entrevista em 14/02/2011).

Para a ecologia de saberes, quando o saber científico é confrontado com outros saberes, presentes nas práticas sociais, o reconhece e legitima expressando a idéia de que “não há ignorância em geral nem saber em geral” (SOUSA SANTOS, 2006, p. 106) que se coaduna com “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa” (FREIRE, 2001, p.69). Nesse sentido, o processo de formação das famílias agricultoras procurou respeitar o saber dos agricultores, já existente, em muitos dos seus aspectos, quais sejam: crenças, práticas produtivas, cuidado com animais, traços culturais e outros. “É preciso ter sensibilidade para aprender do saber popular” (Celivaldo Novaes, ex-aluno da EFA, técnico do Conviver. Entrevista em 05/08/2010).

Não é intenção, deste trabalho valorizar um saber em detrimento do outro. Entende-se que tanto o saber técnico quanto o popular são importantes no processo de desenvolvimento das pessoas. Evidencia-se que existe, no território, um diálogo entre os saberes popular e científico, cujos resultados são apresentados na forma de

apropriação das tecnologias. Ainda assim, entende-se ser necessário uma maior interação entre esses campos do saber.

A própria metodologia da escola, com base na PA ,já possibilita essa troca de saberes e, para os monitores e alunos entrevistados, isso ocorre de várias formas. Uma delas se dá nas visitas que os monitores realizam às famílias e comunidades, momento em que a troca se estabelece de diversos modos, mediada pelo encontro e pelo diálogo. Um exemplo dado por eles refere-se à observação da natureza feita pelos agricultores e a utilização das fases da lua como critério para a aplicação do calendário agrícola. Não há nenhuma relação disto com argumentos científicos, no entanto é utilizado com sucesso pelos agricultores. Para eles, o canto dos pássaros é um orientador nas suas atividades e percepções, assim como o uso de plantas medicinais, seja para uso doméstico ou animal. “A gente não só leva conhecimento, mas traz com a gente muito mais talvez do que se leva” (Ademilton Barbosa, monitor da EFA Jaboticaba. Entrevista em 27/07/2010). São vistos como espaços de trocas de saberes também os encontros, os seminários as palestras, as celebrações dominicais, os mutirões.

Mutirão, a gente sempre trabalha na roça e faz aqueles mutirão se ajunta, arreúne quatro, cinco homes e a cada dia da semana vai pa roça de um... por exemplo , amanhã é terça feira, amanhã vai pa roça de um, da manhã a oito vai na roça de outro, aí até sair a linha fora e quando sair as cinco semanas vorta começando do principio, de novo. (Edivaldo Ferreira Cruz, agricultor. Entrevista em 20/09/2010).

Sobre a origem do mutirão:

Eu não sei bem decifrar porque antigamente os mutirão eram diferentes. Chamava de “dijitorio”. A gente combinava eu vou fazer um “dijitorio”, aí chamava dez, quinze,vinte homes até trinta, quarenta eu já vi, mas era só um dia e acabava. E aí, lá na nossa comunidade, a gente combinou por bem pa trabaiair um dia com menas pessoas e aquilo ali é um dia de alegria, um dia de prosa, ali a gente conta casos, e trabaia que é uma coisa muito feliz pa gente e po trabaio rende, porque de eu ir sozinho pa roça eu vou com mais quatro pessoa. Aquilo ali é uma coisa que a gente, além de ta em comunidade é **advertido** (grifo meu) (Edivaldo Ferreira Cruz. Entrevista em 20/09/2010).

A fala do Senhor Edivaldo Cruz expressa uma prática presente no espaço rural. Em mutirão, os agricultores se juntam para o exercício da ajuda mútua e para a troca de saberes e assim, numa expressão de solidariedade espontânea ou solicitada, fortalecem, também, os laços sociais.

Outro determinante da troca de saberes entre os sujeitos é o PE, instrumento pedagógico da PA, elaborado na Escola pelos monitores que, no papel de animadores do grupo de alunos, fazem emergir o conjunto dos pontos a serem estudados sobre o tema proposto. De posse do instrumento, os alunos retornam às suas realidades como os protagonistas desse processo de intercâmbio entre as práticas, as experiências, os conhecimentos, as interrogações próprias, das famílias e do saber científico. Ou seja, o PE é o responsável pelo levantamento da realidade que, depois de problematizada na escola, retorna à comunidade, para estabelecer a relação teoria-prática. É considerado o maior veículo de comunicação entre os saberes científicos e populares, assim como aquele que articula os tempos e espaços de formação (escola-família-comunidade-trabalho) (Quadros 5, 6 e 7).

Quadro 5. O processo de alternância em três tempos.

1. O meio, familiar, profissional e social	2. A EFA	3. O meio
<ul style="list-style-type: none"> • Experiência. • Observações. (Investigações, análise, Saberes experienciais). 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização– estruturação. • Conceitualização (Saberes teóricos e formais). 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação-ação. • Experimentação (Saberes- ações).

Fonte: Gimonet, 2007, p.30.

Quadro 6. Temas Geradores desenvolvidos nos PE do ano de 2010 na EFA de Jaboticaba – Ensino Fundamental.

5ª série	6ª série	7ª série
1º Família e Comunidade	1º Família e Propriedade	1º Fatores Climáticos
2º Nossa Casa e Nossa Saúde	2º Colheita e Armazenamento	2º Clima em Nossa Região
3º Nossa Alimentação	3º Agroindústria	3º Políticas Agrícolas
4º Costumes e Tradições	4º Comercialização dos Produtos	4º Políticas Públicas
5º Convívio com a Natureza	5º Animais da Propriedade	5º Os Frutos de Nossa Produção
	6º Preparação e Conservação do solo	6º Agricultura Familiar
	7º Plantio de Culturas e Formação de Pastagens	7º Formação Política
	8º Tratos Culturais	8º Protagonismo Juvenil e Cidadania
	9º Pragas e Doenças das Plantas	9º Preconceito Racial
Planos de Estudos – 05	Planos de Estudos – 09	Planos de Estudos – 09

Quadro 7. Temas Geradores desenvolvidos nos PE do ano de 2010 na EFA de Jaboticaba – Ensino Fundamental – Ensino Médio.¹⁷

2º ano	3º ano
1º Fatores Climáticos	1º Habitat Rural
2º Terra como Fator de Produção	2º Desequilíbrio Ecológico
3º Tecnologia e Produção	3º Infra Estrutura da Propriedade
4º Segurança Alimentar e Nutrição Humana	4º Espaço Cultural
5º Desenvolvimento Sustentável no Semi Árido	5º Associativismo e Cooperativismo
6º Poder Local	6º Políticas Públicas
7º Segurança no Trabalho Agropecuário	7º Formação Política
8º Plantas Forrageiras	8º Respeito à Diversidade
Planos de Estudos – 08	Planos de Estudos – 08

Nessa perspectiva, as entrevistas realizadas apontam o PE como o responsável pelo diálogo dos saberes (escolares, populares e científicos) por trazer para a EFA o cotidiano das famílias, contribuindo para o amadurecimento dos sujeitos.

A troca de saber se dá nos encontros de domingo, depois da celebração, na hora das experiências do PE, aí começa a abordar o tema do PE e durante as questões vão surgindo assim alguns assuntos, questões da comunidade. É o dia-a-dia de cada agricultor, a cultura deles, algumas informações relacionadas diretamente à comunidade, aos agricultores, onde eu vejo a realidade de cada um, então o que eles têm dúvida para as questões eu ajudo eles a fazerem, e eles me mostram as práticas. O pessoal da escola vai fazer a visita na comunidade, então os próprios professores têm contato direto com os agricultores da comunidade e também quando surge algumas questões, passamos isso diretamente aos professores (Josué dos Santos, aluno da 3ª Série do Ensino Médio na EFA de Jaboticaba. Entrevista em 12/08/2010).

Foram também mencionadas as Assembleias de Pais, eventos que contam com a presença da grande maioria das famílias, conforme registro em Livro de Ata de Assembleias, mesmo que muitas residam a um raio de distância de mais de 100 km da escola. Esses são momentos que oportunizam a troca de saberes. Através das discussões, planejamentos, avaliação, as famílias enriquecem o fazer da escola e a si próprias, já que, sendo oriundas de realidades diversas, acabam construindo um patrimônio cultural coletivo que ao final se torna patrimônio de todos.

¹⁷ Obs. Em 2010, a Escola não recebeu alunos para a 1ª série do Ensino Médio, e nem a 8ª Série do Ensino Fundamental. Os alunos do 4º do Ensino Médio, desenvolveram, em lugar do PE, o Projeto Socioprofissional.

3.4. Percebendo as transformações sociais e a inserção política dos agricultores nos espaços públicos e organizativos

O processo socioeducativo e de organização desencadeado pelo projeto APPJ-EFA-Conviver vem trazendo sinais de transformação na vida das pessoas que partilham desse sonho. Para alguns essa transformação se expressa em melhores condições de vida no que diz respeito ao trabalho e renda, para outros no partilhar a vida e no agir de modo solidário.

Bem, a qualidade de vida! Quando se fala em qualidade de vida tem sempre um grande problema que é um problema de saber ser solidário. É a solidariedade. A qualidade de vida é um primeiro momento. Quer dizer se crescem os meninos crescem na cultura, crescem na economia, as casas se ajeitam, até nossas casinhas no interior, as estradas, né, agora, a qualidade verdadeira é a solidariedade. Vai-se pra frente no partilhar de uma forma ou de outra, no se interessar-se um pelo outro, por outra comunidade, é... uma qualidade de vida que cresce, as coisas são sempre ambíguas, o progresso é sempre ambivalente o progresso bom e o progresso duvidoso (Padre Xavier Nichele. s.j. Entrevista em 23/09/2001).

Outros enxergam transformação na relação de preservação que o homem vem tendo com a natureza, não desmatar, não queimar, ou ainda na forma de cultivar a terra, cuidar dos animais. Para 100% das pessoas ouvidas, contudo, a maior transformação que eles consideram é a organização social e inserção sociopolítica dos agricultores nos espaços públicos. Avaliam como um movimento que ocorreu de baixo para cima com reflexos na política da região. São vários os sujeitos que saíram da condição de agricultor esquecido. “O investimento e o trabalho desse movimento vem fazendo o agricultor se ver como sujeito da sua própria história” (Iolanda Rodrigues dos Santos, ex-aluna da EFA, atual secretária do Projeto Conviver. Entrevista em 05/08/2010).

É... Eu avalio assim, tem hora assim, que eu fico assim analisando, e na verdade não é aqueles ou aquele, que era antes, simplesmente um agricultor, hoje a gente é agricultor, reconhecido muito bem pelo Conviver, coordena um grupo, participa de um grupo, que é o meu caso. Coordeno a comunidade, que antes a gente também não tinha comunidade (Miguel Costa de Oliveira, agricultor. Entrevista em 11/08/2010).

Esta e outras falas revelam a importância do processo participativo para os agricultores e como este os tem ajudado a ocupar espaços inimagináveis para eles “a gente conseguimos um sindicato de trabalhador rural que a gente não fazia parte

e que naquele tempo os políticos tomava conta e fazia tudo pra que os trabalhador rural não participasse” (Carlos Rodrigues dos Santos, 1º presidente da APPJ, e eleito como atual presidente. Entrevista em 04/10/2010). Algo que superou as expectativas dos sujeitos que falaram sobre o Projeto refere-se ao máximo cargo público do Município – o de prefeito municipal de Quixabeira – hoje ocupado por um dos participantes do Grupo:

Consegue é perceber que o coordenador do Projeto Conviver que é aquele que estava liderando os produtores, consegue reunir todas essas pessoas e consegue mudar a estrutura pra que um produtor esteja à frente do município na Prefeitura, assim é pouco discutível o que desenvolveu socialmente no município. Houve um desenvolvimento social considerável e real porque quando um produtor consegue se eleger prefeito de um município que até então só pessoas de posses financeiras poderiam tá à frente e que consegue também outros produtores e outras pessoas modificar em 80% 90% a Câmara de vereadores, houve uma movimentação social, uma consciência (Ronaldo Carlos Borges Leite. Entrevista em 10/09/2010).

Sousa Santos (2006, p.129) apresenta o trabalho de tradução como complementar da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. A primeira tornando disponíveis as experiências, e a segunda, indo para o campo das possibilidades dessas experiências. Desse modo, o trabalho de tradução é visto como um trabalho intelectual, político e emocional que se posiciona diante das carências e não se conforma com a negação das práticas sociais, lutando para que estas saiam da condição de invisibilidade que lhe foi imposta pelo sistema hegemônico que não as reconhece.

Nessa perspectiva, o caminho trilhado pelos pequenos produtores rurais do território de Quixabeira pode ser visto como uma “zona de contacto”¹⁸ reveladora dos significados existenciais desse grupo, seus saberes culturais, religiosos, políticos, econômicos e sociais que agem como elementos transformadores do espaço e das relações que se estabelecem. Essa força está na crença de que “outro mundo é possível”. “Na estrada existe pedra, existe espinhos sol e chuva, mas não tem por que desistir daquilo que se acredita. Eu gosto de acreditar que uma vida melhor é possível e, não desistir dessa caminhada” (Eliezer Costa de Oliveira. Entrevista em 14/02/2011).

¹⁸ Zona de contacto vista como “campos sociais onde diferentes mundos-da-via normativos práticas e conhecimentos se encontram, chocam, interagem” (SANTOS,2006, p.130).

4 Considerações: redesenhando o caminho

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
Que se constrói dia a dia
Feita de canto e de pão

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

(Thiago de Mello, Madrugada Camponesa)

A experiência do projeto APPJ-EFA-Conviver mostra a forte relação que une o território rural de Quixabeira - BA por meio dos seus elementos constitutivos: terra, água, clima, seu povo, sua cultura, seus saberes, a organização, os processos formativos e de produção que se articulam na perspectiva de uma melhor convivência com a realidade semiárida, confirmando que, é na interação com seu meio que o homem se enraíza, temporaliza os espaços geográficos. Para Freire (2009, p.51) “o homem vai dinamizando o mundo, dominando a realidade e humanizando-a, à medida que, na relação com esta, cria, recria, decide sobre a mesma.”

E assim enraizados, vão construindo, de baixo para cima, as alternativas que a realidade local possibilita e, no enfrentamento aos desafios de exclusão e invisibilidade impostos pelo processo de globalização, tornam a produção, reprodução dos saberes, da cultura, da economia e da política, um aliado para dar materialidade às várias dimensões de desenvolvimento rural que o território oferece, constituindo-se, desse modo, em espaço de construção local e de transformação da vida das pessoas:

Junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos desejar ser outra coisa. Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido. (SANTOS, 2008b, p.114.)

Muito da força desse processo se relaciona ao fortalecimento da identidade do homem e da mulher agricultores e da apropriação que passam a ter do espaço. Sem desconsiderar as parcerias estabelecidas em outras escalas, quais sejam: local, regional, nacional e até internacional, os sujeitos do território que tomaram para si a responsabilidade de promover a transformação do lugar comungam da mesma “labuta”, das mesmas angústias, alegrias, sonhos, esperanças, utopias.

O diferencial desse processo diz respeito a nossa mesma origem - filho de agricultor - e do conhecimento prático que a escola nos traz. Porque uma coisa é você ser técnico digamos, de literatura. Você aprendeu determinada coisa, porque você estudou e aprendeu aquilo, outra coisa é você aprender a partir da realidade que conhece porque você viveu e viu essa realidade. E nós vivemos essa realidade desde criança (Elioclélio da Cruz Santos, ex-aluno da EFA, técnico do Conviver. Entrevista em 13/09/2010).

Outro elemento fortalecedor do território é o processo educativo. Este tem atuado como elemento de integração dos espaços e, por meio da PA, tem promovido outro sentido à vida dos agricultores. No incentivo que é dado à participação popular na vida da comunidade, do município, do território, a Escola vai até as comunidades, às casas e propriedades familiares, promovendo a troca dos saberes, dos conhecimentos, e ajudando a “brotar” um novo desejo de participar, interagir, transformar, ou seja, construir outro espaço que lhes ofereça melhores condições de vida e que impeça o “desenraizamento” do homem agricultor. De

acordo com o trabalho de tradução¹⁹ proposto por Sousa Santos (2006, p.126) as práticas sociais que envolvem conhecimento “são também práticas de saber” e essa tradução se faz na aplicação dos saberes que se transformam em “materialidades”:

Existem quatro partes nessa história, os projetos nos quais se inclui a EFA, a comunidade, a família e o eu, aluna. Existe uma cadeia em que um contribui com o outro. Como alunos de EFA, nós disseminamos o principal objetivo da Escola, que é formar profissionais com visão crítica perante o mundo e que seja um pequeno empreendedor, que permaneça no campo e que ajude as família também a permanecer no campo. Nós, de certa forma, contribuimos para que esse projeto não seja simplesmente uma teoria, mas uma prática, fazendo com que as pessoas que estejam fora, acabem aderindo às idéias, e que continuem valorizando o meio em que vivem e permaneçam lá. Conseguindo ter uma boa produção, conseguindo viver do que tem no meio rural, viver do que está em sua volta que é a posse da terra, dos animais e dessas coisas (Rosinete de Jesus Silva, aluna da 4ª série do Curso Técnico em Agropecuária. Entrevista em 04/08/2010).

Ademais, a Escola tem investido na formação dos jovens e na implantação e fortalecimento de projetos de extensão que servem como campos experimentais onde os alunos desenvolvem de modo prático a gestão de projetos como apicultura (Figura 11), caprinocultura (Figura 12), e COSA (Figuras 13 e 14), Complexo Sócio Ambiental de Capim Grosso. Dentre esses projetos o primeiro pode ser considerado “um sucesso”. Implantado há mais tempo, desde a chegada da Escola à região, tem um número considerável de jovens e famílias agricultoras que acreditaram, investiram, e tem dado “bons resultados”, como afirmam os próprios agricultores. O projeto de caprinocultura de leite é sediado na própria Escola, onde os alunos, nos períodos de alternância, realizam a experiência de cuidar dos animais e do espaço em que se situa o projeto. Tem a adesão de vários produtores, que, desenvolvendo-o em suas propriedades, entregam a produção ao laticínio sob a responsabilidade do Conviver para o processamento, seja pela pasteurização do leite, seja pela fabricação do queijo, produtos que depois são comercializados pela COOPES. Esse projeto apresenta dois grandes desafios, que são desafios de atender padrões de qualidade e sanitários para chegar ao mercado. Os dois projetos citados estão ligados diretamente ao processo produtivo dos agricultores familiares.

¹⁹ O trabalho de tradução tem por objetivo dar inteligibilidade entre as formas de organização e os objetivos que propõe com suas ações.



Figura 11. Projeto de Apicultura.

Fonte: Acervo Fotográfico particular da EFA.



Figura 12. Projeto de Caprinocultura.

Fonte: Acervo Fotográfico particular da EFA.



Figura 13. Entrega do Lixo orgânico pela Prefeitura Municipal de Capim Grosso para produção de adubo.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.



Figura 14. Processo de compostagem orgânica.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.

O Projeto COSA, elaborado em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, sob a coordenação da professora Dra. Maria de Fátima Nunes Maia e aprovado em seleção de edital pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, visa à redução do lixo “limpo” da cidade (cascas de frutas, restos de alimentos, podas das árvores) e à produção de adubo orgânico para implantação de hortas nas escolas e nas famílias que residem no município, promovendo uma consciência de como melhor cuidar do meio ambiente. O grande desafio desse projeto de extensão da EFA é contar com o apoio da Instituição Pública, no caso, a Prefeitura Municipal de Capim Grosso, seja para a coleta e transporte do lixo até o local onde se produz o adubo orgânico, seja para a mobilização das unidades escolares da rede pública municipal que deveriam ser 05 escolas (experiência piloto) e 10 famílias dos alunos de cada uma dessas escolas. A EFA Jaboticaba disponibiliza os técnicos que desenvolvem o Projeto, mas o Poder Público Municipal, que teve, nos últimos dois anos, 04 gestores diferentes, não conseguiu, ainda, efetivar a parceria entre os dois campos. Assim, o projeto vem sendo desenvolvido, mas ainda não atingiu o objetivo mais amplo que seria uma ação educativa socioambiental.

O Projeto também foi objeto de estudo da dissertação de mestrado intitulada “Estudos da viabilidade de aproveitamento dos resíduos da agricultura familiar do licuri por meio de fungos do gênero no semiárido baiano”, de Uilma da Silva Aragão, sob a orientação da professora Maria de Fátima Nunes Maia, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana. “Durante as visitas ao Município, nos deparamos com a realidade dos agricultores familiares, em especial do ‘licuri’, uma história de luta por formas alternativas de produção, trabalho e renda. Este trabalho ora apresentado é um dos subprojetos do Projeto COSA” (ARAGÃO, 2010, p.1).

Outro projeto de extensão desenvolvido pela Escola Família Agrícola de Jaboticaba surge com base no diagnóstico dos baixos níveis de leitura e escrita com que as crianças, oriundas das escolas públicas do campo, chegam à EFA, para cursar a 5ª série. Como forma de responder a esse problema foi pensa do e elaborado pela pedagoga Maria Lygia Santos Valete e a Direção da Escola, em 2004, um projeto de formação continuada para as professoras da rede pública de ensino que atuam no campo.

Assim, com base no que orienta a Resolução nº 01 de abril de 2002, que Institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, em parceria com o Movimento de Ação Comunitária (MOC) na disponibilização de material, IRPAA, RESAB e UNEB na disponibilização de pessoal capacitado para ministrar a formação, foi desenvolvida de 2004 a 2006 a primeira etapa da formação, do projeto denominado FORMAPROCAMPO. Este foi financiado pela CRB Nacional e com parceria dos municípios participantes que assumiam o transporte e parte da alimentação dos Professores que passavam 3 dias a cada mês na EFA, recebendo a formação. Nesta eram discutidos: conteúdos e metodologias de Língua Portuguesa, Matemática, Meio Ambiente, Técnicas Agrícolas e Políticas Públicas. Da primeira etapa, participaram os municípios de Capim Grosso, Quixabeira e São José do Jacuípe com 112 educadores do campo, finalizando em dois anos e certificando 97 docentes.

Na segunda etapa, com o apoio financeiro do MAGIS Venezuelano e com a parceria dos municípios e GT de Educação do CODES Bacia do Jacuípe, o Projeto foi reformulado e passa a se chamar PROCAMPO. Foram realizados 06 encontros para trabalhar o Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo. Já houve uma articulação em nível territorial e dela participaram todos os municípios do Território Bacia do Jacuípe e mais um do Piemonte da Diamantina. De cada um deles participaram três profissionais, sendo: um coordenador pedagógico, um gestor e um professor eleito pelos colegas, todos atuando em escolas do campo.

Na terceira etapa, em desenvolvimento, foi aprovado junto ao MDA o Projeto a Pedagogia da Alternância e as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, desenvolvido, também, em todo o CODES Bacia do Jacuípe de modo itinerante e com público ampliado, com uma oficina de 8 horas em cada município. A oficina propõe um levantamento de como estão sendo tratadas, no campo, as questões que se referem a: proposta político pedagógica da escola, infraestrutura, relação professor-aluno, família-comunidade, meio ambiente, formação dos professores e quais as proposições de cada município para o tratamento de tais questões. Até o final de 2010, o Projeto tinha atingido diretamente o público constante no Quadro 8. Assim, das 13 oficinas previstas no Projeto, foram desenvolvidas 09, restando o compromisso de realizar as 04 faltantes no ano de 2011.

Quadro 8. Dados do projeto de extensão PROCAMPO.

ETAPAS	Nº DE MUNICIPIOS	Nº DE PARTICIPANTES
Primeira	03	97 (Professores (as))
Segunda	15	45 (Coordenadores, Gestores e Professores (as))
Terceira (com duas 02 etapas realizadas)	09	641 (Poder Público – gestores, coordenadores, Professores (as) e outras secretarias municipais – Sociedade civil – STTRS, Conselhos, Associações, outros

Fonte: PROCAMPO, 2006-2010.

**Figura 15.** Encontro de formação dos professores do campo.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.



Figura 16. Alunos da EFA explicando sobre o valor da moringa aos Professores da rede pública.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.

Assim, o papel desempenhado pela organização APPJ-EFA-Conviver tem ajudado a construir uma identidade coletiva e de colaboração. Sua presença hoje representa mais do que uma identidade jurídica, ela revela uma identidade coletiva, que age de modo consciente e intencionalmente dentro do campo social, religioso, político e cultural, local e regionalmente. Todavia, há um consenso entre o próprio grupo de que é preciso avançar em vários aspectos. Houve uma primeira fase, a da sensibilização, organização, conscientização das pessoas, dos grupos; um segundo momento que correspondeu aos projetos produtivos, mas a história não termina nesse ponto. Os próprios sujeitos expressam esse fato. É manifestada a necessidade de construir um processo de “estabilidade” em que os agricultores avancem para além do processo formativo, de organização, e de produção:

Acho que o objetivo, em parte, foi alcançado, mas não pode parar por aí. Houve um período de capacitação dos produtores, orientou-se para armazenar água, eles já têm cisterna, já têm água, já fazem feno e silo, mas têm que continuar. Mas continuar como? Continuar na produção, melhorando a qualidade e a organização dos grupos, porque não está com a qualidade que o mercado exige, então o mercado não quer pegar os produtos. Aí estoca, e não vende e gera insatisfação. Na verdade, a gente tem contato com a CONAB, (Companhia Nacional de Abastecimento) com a merenda escolar, pelo PENAE, (Programa Nacional de Alimentação

Escolar) a gente tá vendendo, mas sabe que ainda não é como deveria ser, então eu acho que a APPJ, o Conviver, as entidades parceiras, deveria voltar o olhar pra isso (Josenaide de Sousa Alves. Entrevista em 18/02/2011).

Percebe-se assim, que há um desafio muito grande a ser enfrentado e que não depende, no momento, apenas da boa vontade e da consciência dos pequenos agricultores, é algo que transpõe as fronteiras do contexto local e envolve outros mecanismos (políticos, econômicos), outros contextos, outras escalas. Quem é que promoverá essa passagem? Se a educação tem sido o elemento integrador entre escola, família, comunidade, região, o que mais é possível esperar como contribuição dessa Escola? Da primeira turma de jovens, que concluiu o Ensino Médio Profissional em Agropecuária, em 2009, um total de 25 jovens, 01 cursa agronomia em Mossoró - Rio Grande do Norte, 18 deles estão inseridos em campos de trabalho como STTRs, BNB, Cooperativas, ONGs MPA, MDA. Muitos dos órgãos parceiros vêm em busca desses jovens para desenvolver projetos junto aos pequenos agricultores da região a exemplo do BNB, que contratou três dos jovens técnicos para atuar no seu quadro de pessoal, na elaboração de projetos de microcréditos e acompanhamento no desenvolvimento dos mesmos junto aos agricultores.

Essa participação dos jovens técnicos em agropecuária é capaz de promover o desenvolvimento das potencialidades locais e o enraizamento do homem do campo, como é objetivo da APPJ, da Escola, do Conviver? Quem são as famílias agricultoras acompanhadas? “O BNB está investindo, só em 2010 emprestou cerca de 4 milhões de reais. Foram mais de 3 mil famílias atendidas através do Projeto do Agroamigo.²⁰ E os alunos têm essa oportunidade de ingressar no mercado de trabalho” (Valberto Batista Cruz. Gerente do BNB/Agência Jacobina. Entrevista em 04/02/2011). Dados revelam um envelhecimento do campo nos últimos anos. Os jovens técnicos filhos de pequenos agricultores estão ingressando no mercado de trabalho e migrando para os centros urbanos, por um lado. Por outro, quais são os projetos de capacitação, financiamento e cooperação, que lhes são oferecidos, e com capacidade de motivá-los a permanecer no campo? Ou ainda, Qual o projeto de campo está sendo construído e aplicado pelo Estado brasileiro que lhes garanta vida

²⁰ O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do BNB, idealizado em parceria com o MDA que visa a concessão de financiamento para a área rural com metodologias próprias de atendimento e acompanhamento de ATER. cf. BNB, 2011.

digna com direito a: saúde, moradia, educação, trabalho, transporte, lazer? Na voz da agricultura, as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas ainda não estão lhes garantindo esses direitos.

O agricultor tem bons contatos, mas está faltando muito para as associações realizarem um trabalho com maior rapidez. O Banco propõe a substituição dos caprinos por bovinos. O agricultor, sem estudos, dentro do fogo cruzado da economia e sem esclarecimentos, entra em apelos a que são chamados sem condições para isso. A agricultura familiar fala em muita coisa, mas não chegou isso tudo até o pequeno agricultor, não. (Fidelcina Francisca Cruz. Reunião em 02/03/2011.)

Outros desafios são pontos de reflexão. O número de alunos e famílias presentes na Cooperativa de Produção do Piemonte corresponde ao número esperado e, necessário? Pelos dados fornecidos, em entrevista, pela presidente da COOPES, esta conta atualmente com 202 sócios, sendo que 142 destes estão envolvidos diretamente com a produção e a comercialização. Como se pode interpretar esse número, considerando a área de abrangência da Cooperativa? “Nós temos 10 municípios na nossa área de extensão e são poucos os que se envolvem” (Josenaide Sousa Alves. Entrevista em 18/02/2011). A EFA de Jaboticaba, conforme relatório 2010, finalizou o ano com a presença de 04 territórios, 21 municípios e 77 comunidades. Uma análise de como esses jovens e suas famílias estão interferindo em cada espaço em que se encontram pode constituir-se em novas avaliações em novas pesquisas,

A partir do exposto acima, fica evidente que é preciso insistir na articulação, construção, reconstrução de novos espaços de negociação que garantam a continuidade dos Projetos e o fortalecimento das instituições locais e, para, além disso, os pequenos produtores rurais devem caminhar no sentido de promover pactos coletivos que lhes legitimem como cidadãos de direito. Possam participar de processos formativos mais amplos e, também, integrar redes de comércio justo e solidário como alternativa de sustentabilidade local, por exemplo. A presença da COOPES, Cooperativa de Produção do Piemonte já é um passo nesse sentido, quando participa de feiras, exposições de produtos, congressos e outros, mas precisa ser retroalimentada, fortalecida. Esse fortalecimento deve ocorrer, também, através das políticas públicas voltadas para a aquisição dos produtos da agricultura familiar, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e a Lei 11.947/2009, que

determina o uso de no mínimo 30% dos recursos destinados à merenda escolar sejam usados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A organização sozinha, contudo, não será capaz de responder aos desafios impostos pela ordem vigente. As relações estabelecidas devem habilitar os sujeitos a fortalecer-se internamente. Mas também a buscar a ampliação dos espaços de cooperação com o poder público que desemboque num projeto político social em que, assumindo as hierarquias, os conflitos, os poderes, o processo seja gerador de políticas públicas articuladas. Como a EMBRAPA, SUAF, MDA, a Igreja, a DISOP, e outros sujeitos parceiros, podem construir um diálogo com as organizações locais e desenvolver projetos que transformem as potencialidades como o licuri, em fonte de sustentabilidade?

Pensar possibilidades de armar contratos sociais territorializados de desenvolvimento envolve entender o território como ligadura, junção, confluência. [...] O Processo de desenvolvimento envolve o fortalecimento de uma dialética previsibilidade/imprevisibilidade. Ter consciência do caráter contingente, incerto, de “história em aberto”, à espera de forças que lhes dêem conteúdo. (BRANDÃO, 2007, p.22-23.)

Acompanhar a trajetória de luta do povo agricultor que se organizou para aprender a conviver com o SER-TÃO e de modo coletivo transformar a vida das pessoas, permitiu-nos, a partir do envolvimento com a realidade e da escuta de uma diversidade de vozes, constatar que:

- a) O processo de constituição da organização surge de um forte sentido religioso, ligado à igreja católica, em especial às pastorais sociais, no caso a CPT. Esse processo é fato partilhado por todos os envolvidos no Projeto. Jovens, adultos e idosos conhecem a história e falam dela com propriedade, revelando um pertencimento. O mesmo ocorre em relação aos objetivos e interesses defendidos pela Instituição.
- b) As pessoas expressam sentimentos de perseverança e fidelidade que acompanham todo o processo de instituição e crescimento da Organização.
- c) A disseminação das novas práticas é fato partilhado por todos: produção do feno e silo, preservação do meio ambiente (não queimar, não desmatar, cuidar do lixo, reflorestar), manejar os animais de modo mais eficiente, construir aguadas e cisternas para captação de água da chuva tanto para o consumo humano quanto dos animais.

- d) Todos falam com orgulho da sua formação sociopolítica e da participação no processo organizativo, que resultou na inserção política dos diversos companheiros em cargos públicos de destaque, seja nos STTRS, na Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal de Quixabeira.
- e) O grupo destaca como valores de sociabilidade o respeito ao homem, a coletividade, a participação, a solidariedade, a ética e a fé.
- f) A realização dos festivais é vista como pontos altos de:
- Conscientização, (a cada ano é discutido um tema que se apresenta como problema na região);
 - Organização e participação porque mobiliza as famílias e as comunidades a se organizarem e se prepararem para as apresentações coletivas, sejam de produção ou cultural;
 - Comunhão e solidariedade porque no período preparatório e na realização, todas as associações, os parceiros, as comunidades, as famílias, os alunos se juntam em mutirão festivo;
 - Continuidade feita na motivação, no incentivo às práticas. O ano de 2010 já somou 14 Festivais de Feno e Silo, realizados sempre em meados de dezembro, na EFA de Jaboticaba e 03 Festivais do Licuri, que são realizados no outono, de modo itinerante. A cada ano os grupos escolhem um município e uma comunidade diferente para sediar o Festival do Licuri que vem trazendo a mensagem educativa, em nível local e regional, de preservação do meio ambiente, do respeito à biodiversidade e do cuidado para com o bioma caatinga. Assim, os festivais vão sendo realizados a cada ano, levando também a mensagem de que é preciso organizar-se, comprometer-se, preservar e respeitar a natureza, enfim, continuar a festa da VIDA.

A condição de pesquisadora participante possibilitou conhecer melhor a minha própria realidade, ajudando-me a ter uma maior compreensão dos processos vivenciados na trajetória dos mais de 20 anos de ação dos sujeitos da pesquisa. A construção e re-construção da realidade aqui descrita é fruto do compartilhamento, do envolvimento e da observação a partir de distintas perspectivas, que se mesclam e se confundem, numa relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Embora essa relação de compartilhamento da realidade possibilite uma análise interessante, pondo-me numa relação de proximidade com o grupo aqui estudado,

esse fato pode gerar dificuldade em considerar elementos que alguém numa posição exterior à organização o faria com maior facilidade.

Assim, embora não se traga aqui todas as respostas que se espera, procurou se traduzir, através da análise dos processos organizativos que compõem o Projeto, os diálogos estabelecidos entre os sujeitos territoriais e que resultaram na transformação do lugar, das pessoas. Deu-se, assim, maior visibilidade ao trabalho que vem se realizando, além de ajudar o grupo na reflexão sobre o processo sócio-educativo, que se constituiu historicamente no território. Ficam, contudo, algumas inquietações a se considerar:

Os saberes construídos e partilhados pelos sujeitos partícipes do Projeto nesse tempo são importantes, contudo, esse é um processo que não se acha dado, pronto. Como dar continuidade a essa construção, considerando que a Instituição/organização revela limites em relação a outras escalas? Como expandir esses saberes para outros espaços que se acham firmados em outras estruturas, tanto no nível local como no regional?

O projeto APPJ-EFA-Conviver, como método, potencializa a criatividade dos sujeitos e pode ser visto como um núcleo difusor em que teoria e prática se entrelaçam, mas sozinho não será capaz de dar todas as respostas aos problemas locais. Nesse sentido, o Estado tem um papel intransferível nos processos de desenvolvimento territoriais. Como mobilizar o significativo grupo de instituições/organizações públicas e da sociedade civil que estão presentes no Projeto para que se apropriem de aportes teóricos e práticos e, de forma interativa, ajudem a promover a expansão da criatividade desses e de outros sujeitos do território, tendo presente os conflitos e interesses que coexistem nas relações?

Entende-se que só articuladas, e de posse de um projeto coletivo que direcione o diálogo entre as diferentes escalas, será possível avançar ainda mais para a transformação que contemple os seus múltiplos sentidos, incluindo na qualidade de vida das pessoas, além da renda, saúde, educação, cuidado com o meio ambiente, uma sempre maior politização e participação dos sujeitos na vida pública.



Figura 17. Apresentação cultural no XIV Festival do Conviver, ano 2010.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.



Figura 18. Celebração Eucarística no XIV Festival do Conviver, ano 2010.

Fonte: Acervo Fotográfico particular de Iracema Lima dos Santos.



Figura 19. Apresentação de samba de roda no XIV Festival do Conviver, ano 2010.

Fonte: Acervo Fotográfico particular da EFA.



Figura 20. Horta em forma de mandala

Fonte: Acervo Fotográfico particular da EFA.

5 Referências

ALVAREZ, Sonia E.; DANINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ARAGÃO, Uilma da Silva. **Estudo da viabilidade de aproveitamento dos resíduos da agricultura familiar do licuri (*Sayagrus coronata* (Mart.) Becc.) por meio de fungos do gênero *Pleurotus* spp. no semi-árido baiano**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental. Feira de Santana, 2010.

ASSARÉ, Patativa do. **Seleção de Cláudio Portella**. São Paulo: Global, 2006. (Coleção Melhores Poemas).

BARROS, Manoel de. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BEGNANI, João Batista. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. In: **Revista Formação por Alternância**. Ano 1, n. 2, julho/2006. p. 24-47.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.7-14

_____. Carlos R. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Orgs.). **Compreendendo a Complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de dialogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. Carlos R. Territórios com classes sociais, conflitos, desafios e Poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, F. N. A. (orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 04/01/2010.

BURGHGRAVE, Thierry de. A participação Social: seus conceitos e a necessidade de uma pedagogia. **Revista da Formação por Alternância**, v. 2, n. 3, p. 16-33, dez/2006.

CARDOSO, José Carlos Jr.; Paulo R. Furtado de Castro; MOTA, Diana Meireles da. **A Constituição brasileira de 2008 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas regional, urbana e ambiental.** Brasília: IPEA, 2009. v.2.

FREIRE, Paulo. **A ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência e Política. Brasília, 2006.

GIARRIZZO, Victoria. **Pobreza subjetiva en Argentina: Una aproximación al bienestar de La población.** Tese de Doutorado. Facultad de Ciencias Economicas. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2007.

GIMONET, Jean-Claude. A alternância na formação, um caminhar no coração da complexidade. In: Congresso Internacional AIMFR: família, alternância e desenvolvimento. **Anais do VIII Congresso Internacional AIMFR.** Puerto Iguazú/ Foz do Iguacu, 2005. p. 75-90.

_____. Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes/ Paris: AIMFR, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

HISSA. Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco, MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Orgs.). RIBEIRO, Maria Teresa

Franco, MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Orgs.). **Compreendendo a Complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELLO, Amadeu Thiago de. **Madrugada camponesa**. Disponível em: leoramos.blogspot.com/.../para-thiago-de-mello-madrugada.html. Acesso em 22/02/2010.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2006.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação**: trabalhando com comunidades. Salvador: Unesco/Quarteto, 2006.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e Território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco e LOIOLA, Elisabeth. Gestão de Território e Desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo dos saberes. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Orgs.). **Compreendendo a Complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco; FERREIRA, Vinicius Martins; FERREIRA, Rogério Rezende Martins. Diálogos socioambientais: a experiência do Projeto Maria de Barro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 22, p.83-98, jul.-dez. 2010.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. A Pesquisa Participante e seus desdobramentos: experiências em organizações sociais. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária** Belo Horizonte, 2004.

SACHS. Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 3 reimp. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2009.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

_____. Território e Dinheiros. In: SANTOS, Milton et alii. **Território, Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et. al. (Orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Ampur, 1994. p.15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván Peyré. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: **Primeiras jornadas de intercâmbio Y discusión**: el desarrollo rural em sua perspectiva institucional e territorial. Trabajos. Buenos Aires: COINCET, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p 93 -142. (Coleção Para um Novo Senso Comum).

_____. A pequena agricultura e as ciências sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 7/8, dez./1981.

_____. **Sentimentos do Mundo**: ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG. STARLING, Heloísa Maria Murgel, ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WANDERLEY, M de NAZARETH B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

6 Documentação Consultada

APPJ. **Estatuto APPJ**. Registrado em 12/08/2006, revisto e adequado de acordo com o Novo Código Civil Brasileiro. Quixabeira-BA, 2006.

BNB. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/agroamigo/gerados/apresentacao.asp?idTR=pronaf>. Acesso em: 25/02/2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.047/2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm. Acesso em: 15/04/2010.

BRASIL. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. Disponível em: <http://www.sigplan.gov.br/download/ppa/ppavigente2007.pdf>. Acesso em: 17/04/2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 14/06/2010.

CODES/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**. Território da bacia do Jacuípe, 2010.

CONVIVER. **Boletim Informativo do Conviver**. n.º 04. Quixabeira-BA, novembro de 1998.

CONVIVER. **Boletim Informativo do Conviver**. n.º 01. Quixabeira-BA, junho de 1998.

CONVIVER. **Boletim Informativo do Conviver**. n.º 02. Quixabeira-BA, agosto de 1998.

CONVIVER. **Boletim Informativo do Conviver**. n.º 39. Quixabeira-BA, janeiro de 2003.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2006**. Quixabeira-BA, 2007.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2007**. Quixabeira-BA, 2008.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2008**. Quixabeira-BA, 2009.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do projeto Conviver - 2009**. Quixabeira-BA, 2010.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2010**. Quixabeira-BA, 2011.

CPT. **Conflitos por Terra (janeiro a julho de 2010)**. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=fi

nish&cid=165&catid=33. Acesso em 02/01/2011.

EFA. **Relatório de Atividades 2010**. Escola Família Agrícola de Jaboticaba: Quixabeira-BA, 2010.

EMBRAPA. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br/a_unidade/instalacoes/campoexperimental/caatinga/campo-experimental-da-caatinga/?searchterm=pesquisas%20umbu. Acesso em: 08/02/2011.

IBGE, 2003. **Mapa das Desigualdades Sociais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ba>. Acesso em:

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

PROCAMPO. **Relatório de Atividades do PROCAMPO - 2006**. EFA: Quixabeira, 2007.

PROCAMPO. **Relatório de Atividades do PROCAMPO - 2007**. EFA: Quixabeira, 2008.

PROCAMPO. **Relatório de Atividades do PROCAMPO - 2008**. EFA: Quixabeira, 2009.

PROCAMPO. **Relatório de Atividades do PROCAMPO - 2009**. EFA: Quixabeira, 2010.

PROCAMPO. **Relatório de Atividades do PROCAMPO - 2010**. EFA: Quixabeira, 2011.

SEI. **Territórios de Identidade**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/territorio_identidade.htm. Acesso em: 02/01/2011.

SENA, Juarez de Oliveira. **Plano Safra**: Território Bacia do Jacuípe. Mairi, 2006.

7 Entrevistas

- Ademilton Barbosa, monitor da EFA Jaboticaba. Entrevista em 27/07/2010.
- Adonias Neves Gordo, ex-monitor e atual coordenador do Projeto Conviver. Entrevista em 14/09/2010.
- Ana Roque dos Santos, agricultora. Reunião preparatória ao Festival em 15/09/2010.
- Carlos Rodrigues dos Santos, 1º presidente da APPJ, eleito como atual presidente. Entrevista em 04/10/2010.
- Celivaldo Novaes, ex-aluno da EFA, técnico do Conviver. Entrevista em 05/08/2010.
- Edivaldo Ferreira Cruz, agricultor, entrevista em 20/09/2010.
- Eliezer Costa de Oliveira, ex-coordenador do Projeto Conviver e atual Prefeito do Município de Quixabeira. Entrevista em 14/02/2011.
- Elioclélio da Cruz Santos, ex-aluno da EFA, técnico do Conviver. Entrevista em 13/09/2010.
- Fidelcina Francisca da Cruz, agricultora, representante da associação de mulheres. Reunião preparatória ao Festival em 15/09/2010.
- Gervásio Pereira dos Santos, agricultor. Entrevista em 22/09/2010.
- Gustavo Sousa Moreira, ex-aluno da EFA Jaboticaba. Entrevista em 22/08/2010.
- Iolanda Rodrigues dos Santos, ex-aluna da EFA, atual secretária do Projeto Conviver. Entrevista em 05/08/2010.
- Jorge Batista, sócio fundador e atual diretor financeiro da APPJ. Entrevista em 20/08/2010.
- José Modesto Souza, sócio fundador da APPJ. Entrevista em 23/09/2010.
- Josenaide de Sousa Alves, primeira coordenadora do Projeto Conviver, atual presidente da COOPES. Entrevista em 18/02/2011.
- Josué dos Santos, aluno do 3º ano do Ensino Médio na EFA de Jaboticaba. Entrevista em 12/08/2010.
- Maria José Oliveira Santana, ex-dirigente da APPJ e presidente do STTR. Entrevistas em 09/08/2010; 12/08/2010 e 04/10/2010.

- Miguel Costa de Oliveira, agricultor. Entrevista em 11/08/2010.
- Padre Xavier Nichele. s.j. Entrevista em 23/09/2001.
- Ronaldo Carlos Borges Leite, ex-administrador financeiro do MAGIS. Entrevista em 10/09/2010.
- Rosinete de Jesus Silva, aluna da 4^a série do Curso Técnico em Agropecuária. Entrevista em 04/08/2010.
- Valberto Batista Cruz. Gerente do BNB. Agência Jacobina. Entrevista em 04/02/2011.

8 Anexos

Anexo A – Boletim Informativo do Conviver. n.º 01. Quixabeira - BA, junho de 1998.

BOLETIM INFORMATIVO																					
Nº 01 - junho/98																					
DO CONVIVER																					
<p>GENTE,</p> <p>ESTE BOLETIM INFORMATIVO FOI FEITO COM O PENSAMENTO DE AJUDAR VOCÊS A PASSAREM AS NOTÍCIAS DO PROJETO CONVIVER AOS COMPANHUIROS DA COMUNIDADE;</p> <p>LEIA COM ATENÇÃO !</p> <p>AGUARDAMOS NOTÍCIAS DA SUA COMUNIDADE PARA O PRÓXIMO BOLETIM E SUGESTÕES DE COMO MELHORÁ-LO!</p> <p style="text-align: center;">JOSA</p>	<p><u>Conselho fiscal</u></p> <p>O Conselho Fiscal está composto por: Ivanete da Comunidade de Umburaniha Carlito da Comunidade de Jaboticaba Antônio de Edésio da Comunidade de Ramal e se reunirá de três em três meses.</p> <p><u>Secretaria Executiva</u></p> <p>Coordenadora do Projeto . . Josenaida Técnico Agrícola Adonias Técnica Agrícola Zilma</p> <p>Colaboram diretamente no Projeto "CONVIVER" Pe. Xavier Nichele Irmã Paolina Elsener Dr. José Albertino Maria Lygia Maria Vivalda Monitores da EFA: Cardoso, Jecinho, Leila e Oldaí.</p>																				
<p>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO "CONVIVER"</p> <p><u>Assembléia das Comunidades</u> Na primeira segunda-feira de cada mês realiza-se a Assembléia das Comunidades, com os seguintes representantes: Antônio de Edésio, Carlito, Fidelcina, Maria de Sousa, Nivaldo, Lucília e Isaurina, Eliezer Antônio (Bobó), João Bonfim e Rosalice, Ednalva (Dina), Amelia (Nenzinha), Vitor, Ivanete (Vane), Reinaldo, Edite, Zequinha e Jove, Gervásio e José Jessival, Carlos, Ana Roque e João, Junivan.</p> <p>Na Assembléia de junho tratou-se, entre outros assuntos, sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> * aprovação dos nomes para a formação do Conselho Fiscal (Ivanete, Carlito e Antônio de Edésio). * informações sobre os contatos feitos com a CREDIBAHIA. * organização da FESTA DO LAVRADOR, dia 25 de julho. A concentração será em Quixabeira de 09 horas da manhã às 03 da tarde. 	<p>COOPERATIVA</p> <p>A fim de colher melhores informações sobre o funcionamento de Cooperativa de Crédito, foram realizadas algumas visitas: 17 de abril CREDIPINTADAS 20 de abril COOPERE de Valente 22/04 e 21/05 . . . CREDIBAHIA em Salvador</p> <p>No dia 16 de maio recebemos a visita de Nelson Mandela, da CPT de Bonfim. Foi um dia de estudo sobre cooperativismo, especialmente a Cooperativa de Produção. Percebemos a diferença desse tipo de cooperativismo para a de crédito e ficou a pergunta para nós:</p> <p>Que tipo de cooperativa queremos criar ? Para nos ajudar na decisão receberemos outra visita de Nelson Mandela, no dia 14 de julho na sede do STR às 09 horas da manhã.</p> <p>No dia 21 de julho nos encontraremos com o pessoal da COOPERE de Valente, também na sede do STR de Quixabeira, às 09 horas.</p>																				
<p><u>Conselho diretor</u></p> <p>O Conselho, eleito na Assembléia de 05 de janeiro de 1998, ficou assim constituído: Reores. das CEBs. - Fidelcina . . . V. Dantas Assoc.S. Cristovão- Gervasio . . . S.Cristovão CPT paroquial - Eliezer Caraíba APPJ - Jorge Jaboticaba STR/Quixabeira - Zé Homem . . . Jaboticaba Repres. Com. - J. Jessival . . S.Cristovão Repres. de Com. - Claudionor . . Umburaniha Repres. de Com. - José Reinaldo . Lagedo Repres. da EFA - Jecinho . . . , Jaboticaba</p> <p>O Conselho reúne-se na terça feira da segunda semana de cada mês.</p>	<p>FORMAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>Estão acontecendo as Etapas da Capacitação Profissional previstas no Planejamento/98, sob a responsabilidade de Zilma e Adonias, auxiliada pelos monitores da EFA de Jaboticaba. Até agora foram realizadas duas etapas com o tema CLIMA E ÁGUA, a terceira etapa, já iniciada, será sobre a CONSERVAÇÃO DO SOLO.</p> <p><u>CALENDÁRIO/JULHO</u></p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>09 - Pedra Grande</td><td>08 horas</td></tr> <tr><td>11 - Tigre</td><td>14 "</td></tr> <tr><td>12 - Vaca Brava</td><td>09 "</td></tr> <tr><td>16 - Umburana</td><td>14 "</td></tr> <tr><td>17 - Santa Rita</td><td>14 "</td></tr> <tr><td>18 - Varzea Dantas 09 hs/ Piloto</td><td>14 hs.</td></tr> <tr><td>19 - São Cristovão</td><td>14 horas</td></tr> <tr><td>22 - Umburaniha</td><td>14 "</td></tr> <tr><td>24 - Boa Vista . 09 hs/ Alagadiço</td><td>14 hs.</td></tr> <tr><td>26 - Alto do Capim . 09 hs./Maracujá</td><td>14 hs.</td></tr> </table>	09 - Pedra Grande	08 horas	11 - Tigre	14 "	12 - Vaca Brava	09 "	16 - Umburana	14 "	17 - Santa Rita	14 "	18 - Varzea Dantas 09 hs/ Piloto	14 hs.	19 - São Cristovão	14 horas	22 - Umburaniha	14 "	24 - Boa Vista . 09 hs/ Alagadiço	14 hs.	26 - Alto do Capim . 09 hs./Maracujá	14 hs.
09 - Pedra Grande	08 horas																				
11 - Tigre	14 "																				
12 - Vaca Brava	09 "																				
16 - Umburana	14 "																				
17 - Santa Rita	14 "																				
18 - Varzea Dantas 09 hs/ Piloto	14 hs.																				
19 - São Cristovão	14 horas																				
22 - Umburaniha	14 "																				
24 - Boa Vista . 09 hs/ Alagadiço	14 hs.																				
26 - Alto do Capim . 09 hs./Maracujá	14 hs.																				

Anexo B – Boletim Informativo do Conviver. n.º 01. Quixabeira - BA, junho de 1998.

FINANCIAMENTO

Até o presente momento nosso Projeto conta com o apoio financeiro de benfeitores e amigos que nos chegam através do Pe. Xavier. Enviamos solicitações para algumas Entidades. A primeira a nos responder foi a MISSIONSZENTRALE – Missão Central dos Franciscanos, na Alemanha que enviou uma parcela para os Treinamentos e está enviando uma segunda para Infra-estrutura hídrica de sete Comunidades.

Balancete de Maio/98

Receitas		
Saldo anterior	R\$	7.408,33
Livros de Cantos		9,00
Camisetas		12,00
Fitas e Fotos		8,00
Despesas		
Aluguel de Veículo		179,85
Alimento		18,23
Correspondência		2,35
Condução		5,40
Combustível		29,00
Despesas diversas		32,75
Material didático		30,00
Material de expediente		30,53
Telefone		40,70
Gratificação (Prest./Serviço)		946,56
Salários e Encargos		592,88
TOTAL DAS RECEITAS		R\$ 7.437,33
TOTAL DAS DESPESAS		R\$ 1.908,25
SALDO DO MÊS		R\$ 5.529,08

ATENÇÃO ! ! !

Aos Animadores das Comunidades:
Josa irá visitá-los no mês de julho e agosto. Seria bom que os animadores tivessem em mãos xerox de todos os documentos da Associação, (se a comunidade tiver!) Converse com seus companheiros e marque a data dessa visita.

Aos Monitores de Círculos de Cultura:
Quem se lembra dos Círculos de Cultura?
Josa e Lygia convidam as pessoas que receberam o Treinamento para Monitor a voltar a pensar no assunto. Para isso haverá reunião:
Dia 13 de julho, 2ª feira, às 9 horas, para o grupo de Capim Grosso, no salão da paróquia.
Dia 16 de julho, 5ª feira, às 9 horas, para o grupo de Quixabeira, na sala atrás da igreja.

INFORMES

01 - Você já ouviu falar em RÁDIO COMUNITÁRIA? Algumas Associações e pessoas interessadas se encontraram para discutir o assunto e uma nova Associação foi fundada, em Quixabeira, para criar uma Rádio Comunitária em nosso município. PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM

02 - Aconteceu de 11 a 14 de junho, em Salvador um Encontro Estadual: "POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO". a EFA de Jaboticaba e o Projeto "CONVIVER" participaram com cinco representantes. Neste encontro que reuniu educadores populares do MST, EFAs, AEC e outros, foram apresentadas experiências pedagógicas muito interessantes e, a partir delas traçou-se algumas linhas para a proposta nacional que será elaborada na Conferência Nacional a realizar-se de 27 a 31 de julho em Luziânia/Goias, contando com a participação dos sessenta delegados, escolhidos no Encontro Estadual.

03 - De 28 a 31 de maio Zilma e Lucília participaram do III Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia, em Salvador. As duzentas participantes realizaram Oficinas de Estudo sobre TERRA E ECOLOGIA, ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES e ENTIDADE (descoberta do corpo e auto-conhecimento).

AGENDA DO MÊS DE JULHO

- 06 - Assembléia das Comunidades - às 10 hs.
- 14 - 2ª visita de Nelson Mandela, de 09 às 12 horas, no salão do STR
- 14 - Reunião do Conselho Diretor às 14 horas
- 21 - Visita do pessoal da COOPERA de Valente às 09 horas
- 25 - FESTA DO LAVRADOR, em Quixabeira, das 09 às 15 horas.

& & & & &

Vocês já estão se preparando para o II FESTIVAL?
Ele acontecerá no dia 12 de dezembro de 1998.
Colhemos algumas sugestões:

- * Cultura e utilidade da PALMA, no sertão.
- * Feno e Silagem
- * Uso do FILTRO NATURAL, em potes.
- * Armazenamento da Água de Chuva.

SUA COMUNIDADE JÁ TEM ALGUMA SUGESTÃO ?
Traga na próxima Assembléia.



AQUI VÃO DOIS CONSELHOS DO PADRE CÍCERO PARA A REFLEXÃO DESTES MÊS:

***** NÃO TOQUE FOGO NA ROÇA PORQUE SENÃO A TERRA FICA CADA VEZ MAIS FRACA;
PLANTE FEIJÃO E FAVA DENTRO DOS GARRANCHOS; *****

***** FAÇA UMA CISTERNA NO OITÃO DA SUA CASA PARA GUARDAR A ÁGUA DA CHUVA. *****

Anexo C – Boletim Informativo do Conviver. n.º 02. Quixabeira - BA, agosto de 1998.

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 02 – Agosto/98

DO CONVIVER

<p>GENTE, Sei que a Seca muitas vezes dificulta as coisas, além ' dos problemas pessoais que' cada um tem, mas a união, a organização e a fé em Deus' nos dá força para continuar a luta - Conto com vocês ! mande seu recadinho - Um abraço de JOSA.</p>	<p>Rural. A EFA de Jaboticaba e Projeto "CONVIVER" participaram com dois representantes: JOSENAIDE e GECIVAL. Foram feitas várias palestras e debates, depois, elaborado um documento propondo melhores condições de formação para os alunos e Professores da zona Rural.</p>
<p><u>DIA DO LAVRADOR</u> Com entusiasmo e animação, ' mais de 150 pessoas participaram da comemoração do dia do Lavrador, compareceram: ' Aucides Modesto, Walter Piniheiro - Deputado Federal' e Cecília... Candidata a ' Deputada Estadual pelo PT. Onde falaram sobre Direitos dos Trabalhadores. As Comunidades fizeram apresentações de cantos e no final, ' houve uma Celebração da Palavra.</p>	<p><u>CONSELHO FISCAL</u> O Conselho Fiscal, se reuniu na EFA de Jaboticaba (Sede provisória do Conviver) e, após revisar as Notas e Contabilidade, ficaram marcadas mais 2 Reuniões para este ano - 17.10.98 e 26.12.98 às 9:00 horas, no mesmo Local.</p>
<p><u>"TRANSFORMANDO O CAMPO NUM LUGAR BOM DE VIVER"</u> Cerca de 800 delegados do Brasil e vários convidados participaram em Luziânia (Goiás) de 27 a 31 de Julho da Conferência Nacional "por uma Educação Básica do Campo". Estiveram presentes: Representantes das EFAS (Escolas Famílias Agrícolas), MST (Movimento dos Sem Terra), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e várias Entidades que trabalham na Educação</p>	<p><u>COOPERATIVA</u> Por motivos superiores, foram adiados o estudo previsto sobre Cooperativismo com a CREDI BAHIA, NELSON Mandela e Cooperede Valente. Assim que tivermos confirmado outras datas avisaremos a vocês. Participaram da 1ª Etapa do Curso sobre Cooperativismo, na Coopere de Valente, no dia 23.07.98, Josenaide, Adonias, Gilda e Gecival. As próximas Etapas serão nos dias 17.09. e 22.10.98 - das 9:00 às 17:00 horas, na APAEB.</p>
	<p><u>CÍRCULO DE CULTURA</u> Depois de uma conversa com alguns Monitores de Círculo de Cultura sobre Alfabetização de Jovens e Adultos marcamos outras Reuniões: Dia 17/agosto segunda feira às 10:00 hs. Capim Grosso e Dia 20/agosto quinta feira às 10:00 hs no STR de Quixabeira.</p>
	<p><u>FORMAÇÃO E TREINAMENTO</u> Para este mês de agosto, o Tema dos treinamentos nas Comunidades, será sobre Conservação do Solo e a aula prática, será Compostagem. Não esqueça de levar o esterco e outros materiais orgânicos, você aprenderá a preparar o adubo natural para sua lavoura.</p>
	<p>OBÁ!!! 2º DOMINGO DE AGOSTO " DIA DOS PAIS" DÊ UM BEIJO EM SEU PAT... DIGA QUE LHE AMA... OFEREÇA UMA ROSA... AQUELE ABRACO!</p>

Anexo D – Boletim Informativo do Conviver. n.º 39. Quixabeira-BA, janeiro de 2003.



EDIÇÃO N.º 39

BOLETIM INFORMATIVO

JANEIRO DE 2003.

EDITORIAL

Amigo leitor, em 2002, foram muitos os desafios, como também a sabedoria para vencê-los e, através deles, encontrar novas formas de desenvolvimento sustentável para a região. Pelo presente, fazemos chegar a você, o Boletim Informativo n.º 38 da - Projeto de Convivência com a Seca, um programa de expansão da EFA de Jaboticaba. Dele constam o BREVE RELATO dos trabalhos desenvolvidos em 2002, além do planejado para o presente ano.

RETROSPECTIVA - 2002.

Formação: Somamos 89 dias de formação sistematizada, através dos 12 cursos, das 33 reuniões nas comunidades rurais, inclusive para expansão do Conviver, das 02 Viagens de Estudo da participação em 20 eventos realizados por entidades parceiras. Na área administrativa, 17 reuniões do Conselho Diretor, 11 Assembléias Gerais, 02 Reuniões do Conselho Fiscal. Média de 1.700 participantes nos eventos realizados pelo conviver, considerando 1.200 somente no dia do Festival de Feno e Silo.

Caprinovinocultura/Apicultura:

80 agricultores (as) e suas famílias, que subsistem da Agricultura Familiar, sendo que 63 delas optaram por projetos de caprinovinocultura e 17 de apicultura, foram beneficiadas.

Uma grande conquista, foi a fundação da Associação de Apicultores da Região de Quixabeira – ARQUI. Juntamente com outras entidades, criaram uma Rede de Apicultores da Região do Semi-árido baiano, para facilitar a troca de experiências, informações, capacitação, comercialização do mel, além de melhorar a organização, dos apicultores. Montagem de um mine laboratório para análise parasitológico e aquisição de um trator.

Infra-estrutura hídrica:

Foram beneficiados, 32 agricultores(as) dos municípios de Quixabeira, Capim Grosso, Serrolândia e Jacobina com 16 cisternas de bica, 13 de enxurrada e 03 reformas de cisternas. 04 cisternas foram financiadas a agricultores do Projeto Produtivo. Direta ou indiretamente, média de 200 pessoas usufruem dessa água. O volume, varia entre 13 a 38 mil litros de água, foi também construída uma de 85.00 mil litros. Atingimos assim, cerca de 763.000 (setecentos e sessenta e três) mil litros de água armazenados. Geralmente, as construções foram feitas em propriedades com difícil acesso as fontes da água, proporcionando melhor qualidade de vida a família agricultora.

Resultado produtivo do Festival:

- 28,98 toneladas de feno
- 297,900 toneladas ensilagem
- 327,88 toneladas de ração estocada
- 14 comunidades participaram
- 2.500 quilos de mel/ano (EFA - Conviver)
- 247 árvores plantadas
- 05 músicas apresentadas
- 06 participantes no concurso de piegas
- 10 casais no concurso de forró
- mais de 150 variedades de artesanatos.
- 50 variedades de alimentos industrializados

HORA DE AVALIAR:**VI Festival de Feno e Silo – 15/12/2002**

Com muita dedicação, conseguimos organizar as comunidades para o VI Festival de FENO e SILO. E finalmente o evento aconteceu, com a participação de aproximadamente 1.200 pessoas de municípios circunvizinhos. A avaliação, é uma forma de buscar a melhoria. Para que nossa festa, se torne ainda mais bonita, com maior incentivo, participação e produtividade. AGORA VAMOS AVALIAR.

- Como foi a nossa festa?
- O que precisa melhorar?

Previsão para o "El Niño"

Em carta enviada em 12 de novembro de 2002, pelo IRPPA de Juazeiro, falando sobre o fenômeno El Niño, mostra que a conclusão tirada para o Semi-árido brasileiro, (SAB) é que terá mais chuvas irregulares na estação chuvosa de dezembro de 2002 a abril de 2003. A situação fica bastante grave, principalmente onde a chuva caiu concentrada num período muito curto no início de 2002. É importante chamar atenção dos Sindicatos, Prefeituras, Igrejas e das comunidades sobre a possibilidade de uma seca em 2003.

Sugestões:

- Elaboração de planos de gerenciamento de água para as comunidades/municípios.
- Aprofundar as aguadas e aumentar a área de captação de água da chuva
- Investir na cavação de poços rasos, perfuração de poços profundos e conserto de poços existentes e quebrados.
- Continuação de construção de cisternas
- Reforma de aguadas, para colher a água que cai do céu.

Os aspectos globais esperado incluem, tempo mais seco para o **Nordeste do Brasil e o Norte da América do Sul** de dezembro de 2002 a abril de 2003. Esperamos então, que este evento seja mais fraco do que o El Niño de 1997 e 1998.

Fonte: Centro de Previsões de Clima dos Estados Unidos.